UNIVÉRTIX

Um Centro Universitário feito com você!

SOCIEDADE EDUCACIONAL GARDINGO LTDA. – SOEGAR
CENTRO UNIVERSITÁRIO VÉRTICE – UNIVÉRTIX

TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

PSICOLOGIA – 2025/01

COORDENAÇÃO DE CURSO: PROF. D. Sc. JANINE LOPES DE CARVALHO

PROFESSORA RESPONSÁVEL: PROFA. M. SC. RENATA APARECIDA FONTES

MATIPÓ, 2025

TRABALHOS PRESENTE NESTE VOLUME

A AUTODESCOBERTA DE UMA MULHER TRANSEXUAL NO INTERIOR DE MINAS GERAIS
EGRESSOS DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVÉRTIX: ATUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO E PERCEPÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO
EVOLUÇÃO DAS NOTIFICAÇÕES DE AFASTAMENTO POR TRANSTORNOS RELACIONADOS AO ESTRESSE NO TRABALHO EM MINAS GERAIS ENTRE 2015 E 2024
MATERNIDADE SOLO E SAÚDE MENTAL: ENFOQUE NA EXPERIÊNCIA FEMININA
RETRATOS DA CLÍNICA-ESCOLA EM UM CENTRO UNIVERSITÁRIO: UM ESTUDO QUANTITATIVO ENTRE 2020 E 2024
TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO TRABALHO EM GESTANTES NO ESTADO DE MINAS GERAIS

A AUTODESCOBERTA DE UMA MULHER TRANSEXUAL NO INTERIOR DE MINAS GERAIS

ACADÊMICA: Bruna Vitória dos Reis Gardingo

ORIENTADORA: MSc. Alcione Januária Teixeira da Silveira.

LINHA DE PESQUISA: Psicologia e Ciências Sociais Aplicadas.

RESUMO

A transexualidade refere-se à condição do indivíduo cuja identidade de gênero diverge do gênero ligado ao sexo físico biológico que lhe foi atribuído ao nascimento. O termo transexual é empregado para se referir a homens e mulheres trans, no intuito de se referir a eles como pessoas que não se identificam com os atributos socioculturais de homens e mulheres. O objetivo do trabalho foi analisar a autodescoberta de uma mulher transexual no interior de Minas Gerais. Como proposta metodológica, tratou-se de uma pesquisa de cunho qualitativo e para coleta de dados, foi utilizada uma entrevista semiestruturada com questões adaptadas. Os resultados apresentaram que a autodescoberta de uma mulher transexual é marcada por uma trajetória repleta de desafios e restrições, pontuada por instantes de incerteza, preconceito e resistência, tanto interna quanto externa. A entrevistada relatou que, em sua história de vida não apresentou vergonha de ser quem é, considera-se ter “vencido” e agradece a Deus por estar viva e por conseguir se assumir e se apresentar na sociedade como “normal”, enfatizou que assumir sua identidade para os outros nunca foi uma tarefa simples, sendo o primeiro passo a aceitação de sua transexualidade.

PALAVRAS-CHAVE: mulher transexual; autodescoberta; psicologia; estigmas.

1 INTRODUÇÃO

Gênero é um conceito que trata dos papéis sociais e comportamentos culturalmente associados ao sexo biológico de uma pessoa. No entanto, este comportamento não é natural ao sexo biológico, é algo construído socialmente. Quando uma pessoa acredita que seu gênero corresponde ao seu sexo biológico, ela é considerada uma pessoa cisgênero, uma mulher cisgênero ou um homem cisgênero (Moreira; Marcos, 2019).

No entanto, quando uma pessoa não identifica o seu gênero como equivalente ao sexo que lhe foi atribuído à nascença, é uma pessoa transgênero, uma mulher trans, um homem trans ou uma pessoa não binária. Devido ser um fato social, o gênero pode ser construído e desconstruído, por isso é visto como algo que muda e não se limita, sendo uma denominação que abrange a diversidade da experiência humana (Mello; Magalhães, 2020).

Definir a categoria trans é paradoxal, pois, apesar de existir uma definição genérica que abarca essas pessoas, as vivências individuais são singulares e inserem-se em diversas subcategorias dentro do grupo social. Assim, é impossível fixar a transgeneridade em categorias rígidas, já que os conceitos possuem certa plasticidade, embora a definição mais ampla geralmente sirva como ponto de partida para compreender esse grupo (Beauregard *et al*., 2018).

Para Sousa (2016), transexualidade refere-se à condição do indivíduo cuja a identidade de gênero diverge do gênero ligado ao sexo físico biológico que lhe foi atribuído ao nascimento. O termo transexual é empregado para se referir a homens e mulheres trans, no intuito de se referir a eles como pessoas que não se identificam com os atributos socioculturais de homens e mulheres. Em algumas situações podem, através de modificações corporais, exercer a sua identidade de gênero de acordo com o seu bem-estar biopsicossocial.

O trabalho em questão justifica-se como proposta de um trabalho de conclusão do curso de psicologia, além de ser interesse das pesquisadoras sobre o tema e, de forma significativa, traz especificidades da vivência trans. Ao abordar este tema, o artigo pode ajudar a preencher lacunas no conhecimento sobre a diversidade de experiências transexuais no país, promovendo um entendimento mais amplo e inclusivo.

Considerando que a vivência de uma mulher transexual no interior de Minas Gerais pode ser marcada por desafios específicos decorrentes de fatores culturais, sociais e econômicos característicos das regiões interioranas, como o conservadorismo e a falta de suporte institucional, a hipótese do estudo é que, apesar dessas adversidades, o processo de autoconhecimento e afirmação da identidade de gênero é impulsionada por redes de apoio informal, pela resiliência individual e por estratégias de resistência cultural que desafiam as normas de gênero estabelecidas.

Assim, as questões que norteiam nossa pesquisa são: como se deu o processo de autodescoberta e afirmação da identidade de gênero de uma mulher transexual no interior de Minas Gerais? E quais foram os principais desafios enfrentados em termos de aceitação social, familiar e acesso a recursos de saúde e apoio?

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar a autodescoberta de uma mulher transexual no interior de Minas Gerais.

Trabalhos como este são relevantes para evidenciar as causas múltiplas de uma mulher transexual. Além disso, explora as dinâmicas de aceitação e resistência

em comunidades tradicionalmente mais conservadoras, oferecendo uma visão única sobre como identidades de gênero diversas são percebidas e tratadas em contextos fora dos grandes centros urbanos. E, ainda, a investigação pode ter implicações práticas importantes, como informar políticas públicas que considerem as necessidades e os desafios específicos enfrentados por mulheres transexuais, e sensibilizar profissionais de saúde, educação e assistência social sobre as particularidades dessas experiências.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo de auto identificação revela-se crucial na vida das pessoas trans, servindo como um ponto de inflexão que assinala a percepção de não se adequar à identidade de gênero atribuída ao nascimento. Essa etapa é predominantemente caracterizada pelo estranhamento em relação ao próprio corpo (Hanauer; Hemmi, 2020).

A identificação como transexual não necessariamente surge na infância, pois varia conforme a trajetória de cada indivíduo. No âmbito da construção social de gênero, instituições como a família desempenham um papel essencial na formação dos comportamentos infantis, de acordo com o que é considerado aceitável ou não pela sociedade, perpetuando, dessa maneira, padrões comportamentais heteronormativos e cisnormativos. A cisnormatividade refere-se à norma que valida apenas aquelas pessoas que se reconhecem com o gênero correspondente ao sexo atribuído no nascimento, sempre dentro da lógica binária de homem e mulher (Moreira; Marcos, 2019).

A heteronormatividade, por sua vez, procura estabelecer a heterossexualidade como um padrão regulatório, tanto nas relações afetivas quanto nos comportamentos dentro de uma sociedade específica. Essas normas definem o que é considerado aceitável em termos de gênero e sexualidade, impondo formas de ser, agir e se comportar, o que resulta em diversas consequências para a vida das pessoas trans (Hanauer; Hemmi, 2020).

Como apresentado, o gênero é uma construção social, construção essa na qual aprendemos a nos identificar como homem ou mulher em um determinado contexto sociocultural, cuja norma predominante é a heterossexualidade (acompanhada da cisnormatividade). Assim, qualquer pessoa que não se enquadre nessa norma, de maneira natural, acaba sendo excluída (Mello; Magalhães, 2020).

A transexualidade, por sua vez, pode ser percebida como uma condição patológica, uma vez que oferece uma nova maneira de o sujeito se expressar. Esse fenômeno pode ser encarado como uma anormalidade, visto que pessoas que não se ajustam ao modelo binário geralmente enfrentam várias formas de exclusão. Assim, podemos refletir sobre as possíveis manifestações de violência, uma vez que o sexismo e a homofobia surgem como reflexos do regime binário que regula a sexualidade (Sá; Caputo; Moraes, 2022).

A homofobia pode ser vista como uma manifestação do (cis)sexismo, que também rejeita todos aqueles que não se encaixam nos papéis predeterminados para seu sexo biológico. Assim, podemos concluir que o (cis)sexismo gera violência e invisibilidade em relação às pessoas trans, o que se conhece como transfobia (Silva; Luppi; Veras, 2020). Apesar da ausência de apoio familiar ou de amigos, à medida que o tempo avança e as pessoas começam a se identificar com experiências semelhantes, elas parecem encontrar uma forma de se perceber de acordo com o gênero com o qual se identificam. Nesse sentido, o papel das redes sociais é crucial (Hanauer; Hemmi, 2020).

Em 2013, foi apresentado o Projeto de Lei 5002/2013, conhecido como a Lei de Identidade de Gênero, conhecido também como o Projeto de Lei João Nery, este que foi o primeiro homem trans brasileiro a realizar cirurgias de adequação de gênero (Santos e Kokay, 2013). O projeto propunha direitos mais amplos às pessoas trans, mas ainda não foi aprovado no Brasil.

Quando as pessoas se reconhecem e passam a entender a si mesmas, o conflito se estende do corpo para o nome registrado. Portanto, a identificação se manifesta também através do uso de um nome social, que se torna uma reafirmação de sua própria identidade. A exigência de ter o nome social formalizado está ligada não apenas à identidade de gênero, mas também serve como uma forma de prevenção contra situações constrangedoras (Hanauer; Hemmi, 2020).

O país tem avançado na garantia de direitos para a população trans por meio de decisões judiciais e regulamentações de órgãos profissionais. A Resolução n.º 01/2018 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) orienta profissionais da Psicologia quanto ao atendimento de pessoas transexuais e travestis, estabelecendo que a atuação deve respeitar a identidade de gênero, promover o acolhimento, combater a patologização e contribuir para a eliminação de preconceitos e discriminações.

Em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que pessoas transgênero podem mudar o nome e o gênero no registro civil sem a necessidade de cirurgias ou laudos médicos, o que reforça o direito à autodeterminação de gênero. Também em 2018, o Conselho Nacional de Justiça publicou o Provimento nº 73/2018, que dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das pessoas naturais, eliminando a necessidade de processos judiciais

O nome no registro civil carrega um peso significativo para as pessoas transexuais, e muitos desejam alterá-lo. Além disso, diversas pessoas buscam mudanças físicas. Entretanto, é importante ressaltar que o caminho ainda é longo, especialmente em relação à aceitação social. A diferença entre o nome registrado e a aparência pode resultar em discriminação, levando ao isolamento social, ao desemprego e à dificuldade em acessar serviços essenciais (Hanauer; Hemmi, 2020).

3 METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, que segundo Martins (2004), é definida como aquela que privilegia a análise por meio do estudo das ações sociais individuais e coletivas, realizando um exame intensivo dos dados. Para coleta de dados, foi utilizada uma entrevista semiestruturada com questões adaptadas de Paniza (2021). A entrevista, segundo Castro e Oliveira (2022), demonstra a eficiência real dos dados coletados mediante a relação pesquisador-pesquisado, a qual permite flexibilidade na gestão dos dados, assim como posterior elaboração dos resultados alcançados.

Para chegar à participante, uma das pesquisadoras apresentou a proposta de trabalho a uma mulher transexual conhecida por ela, pensou-se que encontrar a participante por meio de uma rede de confiança, por meio de contatos pessoais, poderia ser uma estratégia de seleção da mulher transexual. A pesquisa tinha estimativa de entrevistar uma mulher transexual, maior de dezoito anos.

A pesquisa foi gravada mediante autorização da participante, “a gravação tem a vantagem de registrar todas as expressões orais, imediatamente, deixando o entrevistador livre para prestar toda a sua atenção ao entrevistado” (Ludke e André, 1986, p. 37). Os documentos ficarão sob posse da pesquisadora, podendo a pesquisada ter acesso a esses documentos caso deseje. Ao realizar a pesquisa de campo, salienta-se que a entrevistada assinou o Termo de Consentimento Livre

Esclarecido, informando-a sobre todos os detalhes da pesquisa, em especial o anonimato, e também sobre a sua participação voluntária, podendo ela desistir a qualquer momento da pesquisa.

A entrevista foi transcrita para análise de dados e foi realizada através da análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo é descrita como um combinado de técnicas baseadas em análise das comunicações, que busca conseguir, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das escritas, indicadores que direcionam às conclusões de conhecimentos. No mais, é dita como um conjunto de instrumentos metodológicos, em melhoria contínua, que visa analisar as diferentes contribuições de conteúdo, tanto verbais quanto não verbais, por meio de uma sistematização dos métodos utilizados na análise dos dados.

A pesquisa em questão implicou vários riscos e para minimizá-los, foi tomado as medidas de segurança em acordo com o Comitê de Ética, tanto que foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisas sob o número do parecer: 6.585.323. Os benefícios da pesquisa tanto para a participante quanto para a comunidade acadêmica e profissional, visa enriquecer o conhecimento acadêmico sobre mulher transexual, assim como, fortalecer as políticas públicas no que se refere à pessoa transexual a fim de evitar estigmas, preconceitos e exclusão social.

Todo o processo de elaboração do presente projeto, bem como a condução da abordagem aos sujeitos de pesquisa, os processos de consentimento, coleta e análise dos dados foram desenvolvidos com base na resolução 510/2016 (Brasil, 2012) e ofício circular 2/2021. Os resultados serão divulgados através de publicação em congressos e ou fóruns acadêmicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Agnes, nome fictício usado para preservar a identidade da participante, foi entrevistada em sua casa no mês de fevereiro de 2025. Agnes foi receptiva com a pesquisadora, se mostrando muito acessível.

Destacamos que os relatos foram transcritos com ajustes gramaticais da língua escrita em respeito à fala oral da entrevistada e assim aproximar a interpretação. Manzini (2014) explica que, em apresentações públicas, é adequado realizar ajustes na grafia das falas transcritas, com o intuito de evitar estigmatizações.

4.1 História da vida de Agnes e sua autodescoberta

Agnes iniciou falando de sua história como não muito fácil, justificado por ser uma mulher transexual. Relatou que desde os 14 anos de idade vive em luta no mundo, relatou que não teve o apoio de todos em casa e até mesmo na rua. Agnes tem 20 anos, se identifica como mulher transexual, enfatizando que sempre se sentiu mulher. Possui ensino médio completo, iniciou um curso técnico de enfermagem, mas não terminou. Atualmente trabalha a três anos como cuidadora de idosa e reside na casa onde trabalha.

Quando perguntada sobre o contexto familiar, contou que tem três irmãs e relata ter boa convivência com elas. Em sua trajetória de autodescoberta, relatou ter tido muitos problemas dentro de casa, pois o pai era mais fechado e não aceitou o fato dela ser uma mulher transexual:

> Porque eu fui o único filho homem, entre aspas, assim dizia ele (Agnes, 2025).

> Porque a minha mãe já me aceita desde sempre. Desde que assumi o homossexualismo e assumi ser trans. Minha mãe foi a primeira pessoa a poder me apoiar, estar do meu lado. Graças a Deus, da minha mãe eu tive esse apoio. Meu pai me deu uma surra, me mandou pra fora de casa. Desde então, minha mãe e meu pai se separaram, inclusive, por conta disso. Pela minha mãe querer me proteger e o meu pai não me queria. É meio clichê, meio a história de todo trans, parece (Agnes, 2025).

No relato de sua história, se contradiz ao manifestar o apoio da mãe desde sempre, quando aos14 anos, se assumiu e foi mandada embora de casa pelos pais. Diante disso, foi residir em uma cidade vizinha:

> Então, eu me vi numa situação que eu não teria escolha. Nem ir para casa de mãe, nem ir para casa de pai. Porque ambos não me queriam na casa deles. Então eu falei, ou eu fico na rua e passo fome, ou eu arrumo alguém para morar. E eu conhecia um cara muito mais velho do que eu, e aí me deu na cabeça de juntar com ele e ficar com ele. Nisso eu sofri diversos abusos, agressão, abuso psicológico, físico (Agnes, 2025).

Agnes viveu no relacionamento por um ano e quatro meses, e disse que se viu “presa”, uma vez que não sabia para onde ir, que não tinha um lugar seguro para morar, “eu vou aguentar isso até eu ter condição de me estabilizar e poder sair. Que foi onde ele veio a falecer. Aí eu me vi na condição de poder viver minha vida. E é onde eu consegui”. Agnes relatou que o namorado com quem morava faleceu, disse que ele vivia enrolado em muitos problemas (sem explicar exatamente o que seria), destacando, “a gente morava em morro, você sabe como é morro, né? Coisas sérias

demais”. Após esse episódio relatou que retornou para sua cidade, e foi morar com sua mãe e seu padrasto.

Na pesquisa de Janini e Santos (2020), os dados evidenciaram como a não aceitação da família impede a pessoa transexual de exercer suas identidades por meio de pressão e ou imposição normativa, gerando por vezes uma série de dificuldades na vida e no processo de formação da sua identidade. A família não apenas influencia a formação da personalidade das pessoas transexuais pelo silêncio, mas também pela falta de apoio social e pela reafirmação do discurso de verdade social. A família utiliza o discurso binário cisnormativo para subverter a lógica transexual. Uma parte do discurso é extraída estrategicamente e sua inversão é proposta, com o objetivo de negá-lo e enfraquecer o discurso não oficial (Foucault, 2014).

Outro aspecto que merece destaque, é a violência direcionada às mulheres transexuais que constitui uma séria infração aos direitos humanos, manifestando-se por meio de várias formas, como agressões físicas, psicológicas e sexuais, discriminação e homicídios. Essas mulheres frequentemente se deparam com estigmas sociais e preconceitos, o que as torna suscetíveis a situações de violência, tanto em ambientes públicos quanto privados. A interseccionalidade entre gênero, orientação sexual e, em muitos contextos, raça, intensifica essa realidade, ocasionando uma marginalização que obstrui o acesso a serviços essenciais, proteção legal e amparo emocional, perpetuando assim um ciclo de violência e exclusão (Silva *et al*., 2022).

Agnes relatou que, em sua história de vida, não apresentou vergonha de ser quem é. Em sua fala, considera-se ter “vencido” e agradece a Deus por estar viva, por conseguir se assumir e se apresentar na sociedade como “normal”. Agnes relatou que não é fácil ter a coragem de, de um dia para o outro, revelar sua orientação sexual. Ela explicou que sempre se identificou dessa forma, desde a infância, percebendo-se em um corpo feminino, com características e sonhos alinhados ao universo das meninas. No entanto, assumir sua identidade para os outros nunca foi uma tarefa simples, sendo o primeiro passo a aceitação de sua transexualidade.

O indivíduo deve ter a liberdade de reinventar seu gênero conforme achar melhor, sem a necessidade de se ajustar a normas e comportamentos que não foram por ele escolhidos, a importância de não conceber o gênero como uma extensão do sexo biológico, nem como uma construção restrita à lógica binária de feminino e

masculino, mas, sim, relevante para as diversas expressões e possibilidades que surgem na identidade humana (Cruz *et al.*, 2020).

Por volta dos 14 anos, Agnes menciona que começou a sentir dificuldades em reprimir sua verdadeira essência. A partir desse momento, passou a expressar-se de maneira mais autêntica, pois não via mais razões para ocultar quem realmente era.

> Eu sempre tive aquele gosto por maquiagem, por coisas mais femininas, mas naquele padrão masculino. Cabelo curto, estilo de roupa masculino. Feminino, só em casa, só escondido. Depois, quando a minha mãe chegou para mim, olhou e falou, eu sei de você, não tem problema, eu sou sua mãe, eu te apoio. Eu falei, cara, se a minha mãe chegou para mim e falou isso, quem são os outros? Agora não tem mais travas, amarras, né? A partir daquele momento eu perguntei, mãe, se eu tivesse nascido uma menina, qual seria o meu nome? Ela respondeu que seria Agnes. Eu falei, então a partir de hoje o meu nome é Agnes (Agnes, 2025).

A família desempenha um papel crucial na aceitação e no apoio de indivíduos transexuais, pois pode ser um espaço de acolhimento ou de rejeição. Quando a família assume a transexualidade de um membro, ela contribui significativamente para o bem-estar emocional e psicológico da pessoa, promovendo um ambiente seguro onde a identidade de gênero pode ser explorada e afirmada. Esse apoio familiar é fundamental para a construção da autoestima, a redução do estigma social e a prevenção de problemas de saúde mental, como depressão e ansiedade. Além disso, uma família compreensiva pode facilitar o acesso a recursos, serviços de saúde e comunidades de apoio, ajudando a enfrentar os desafios sociais e legais que muitas vezes acompanham a transição. Em suma, a aceitação familiar é um pilar vital para o desenvolvimento saudável e a felicidade de pessoas transexuais (Silva; Santos, 2018).

4.2 Ser uma Mulher Transexual

No que se refere ao fato de ser uma mulher transexual, Agnes relatou que é importante ter amor-próprio, preservar e alimentar a autoestima, porque nos dá altivez para enfrentar certos obstáculos da vida:

> Acho que, tipo assim, ser mulher trans não é ter um cabelão, não é ter um seio grande, uma cintura fina, um salto alto. Acho que ser mulher trans é você se sentir bem consigo mesma. Você olhar e ver aquilo que você sente por dentro. Então, acho que quando eu me olho no espelho, eu estou toda linda, toda arrumada, eu me vejo. Então, acho que é um hobby. Toda vez que eu posso, eu estou na frente do espelho (Agnes, 2025).

A autoestima é um componente essencial no percurso da transexualidade, pois abrange a aceitação e a valorização intrínseca da própria identidade de gênero. Um considerável número de indivíduos transexuais enfrenta desafios substanciais em

relação à autoestima, exacerbados por estigmas sociais, preconceitos e a pressão para se adequar às normas de gênero convencionais. Cultivar o amor-próprio contribui para a formação de uma resiliência interna, fundamental para enfrentar a discriminação e a rejeição, ele capacita indivíduos transexuais a se reconhecerem como merecedores de amor, respeito e felicidade, o que, por sua vez, pode exercer uma influência benéfica em suas relações interpessoais e na saúde mental. Dessa forma, o amor-próprio emerge como uma ferramenta significativa na trajetória de autodescoberta e autoafirmação, facilitando uma existência mais autêntica e plena (Silva; Santos, 2018).

Quando questionada sobre os maiores desafios enfrentados no período em que se descobriu, a entrevistada respondeu que esses desafios ainda persistem nos dias atuais. No entanto, reconhece que, com o aumento da visibilidade e do conhecimento sobre o tema, há um maior respeito por parte da sociedade. Além disso, destacou a influência de residir em uma cidade pequena, no interior, e mencionou a idade que tinha quando decidiu assumir sua identidade.

> Muito nova, entendeu? E você pegar e se assumir assim, sem medo nenhum, do dia para noite, para todo mundo. Você pega e fala e as pessoas ficam, tipo, nossa, louca, né? Não é normal. É visto como uma anomalia, pela sociedade (Agnes, 2025).

As pessoas trans frequentemente se deparam com estigmas que as rotulam como "anormais" ou como uma anomalia na sociedade, o que pode culminar em discriminação e marginalização. Essa visão distorcida frequentemente decorre de preconceitos culturais e sociais que falham em reconhecer a diversidade das identidades de gênero como um aspecto intrínseco da experiência humana. Ao invés de receberem aceitação e respeito por suas identidades, numerosas pessoas trans são consideradas fora do convencional, o que perpetua a exclusão e a violência. Esta perspectiva restrita, não apenas atenta contra a dignidade desses indivíduos, como também obstrui o avanço rumo a uma sociedade mais inclusiva e equitativa (Fedoko; Berrodo, 2017).

Agnes relata que, atualmente, consegue caminhar com a cabeça erguida em sua cidade, onde é amplamente conhecida, não pelo nome que usava anteriormente, mas pelo nome que verdadeiramente a representa. Ela expressa grande felicidade ao

olhar para sua trajetória até os dias de hoje, com 20 anos, refletindo sobre o caminho percorrido para ser reconhecida e respeitada por sua identidade.

Entretanto, Agnes menciona que ainda enfrenta dificuldades no mercado de trabalho, mesmo tendo nascido e crescido na cidade e sendo conhecida por sua história, ela ressalta que muitos ainda mantêm estereótipos e preconceitos, associando pessoas homossexuais a atividades ilícitas, como roubo e prostituição. Além disso, destaca a discriminação em relação à saúde, mencionando a equivocada crença de que pessoas trans são automaticamente portadoras de doenças sexualmente transmissíveis.

Nesse sentido, Marinho e Almeida (2019) destacam que indivíduos trans enfrentam significativas adversidades no mercado de trabalho, frequentemente em virtude de preconceitos e estigmas que ainda permeiam a sociedade. Essa exclusão não se restringe apenas à limitação das oportunidades laborais, mas também promove a precarização da existência desses indivíduos, resultando em elevadas taxas de desemprego e subemprego. Ademais, o receio de represálias ou de não serem aceitos pode compelir indivíduos trans a ocultar suas identidades, perpetuando um ciclo de marginalização e dificultando sua integração total na sociedade.

4.3 Expectativas de futuro

Ao ser questionada sobre suas perspectivas e as de pessoas trans de modo geral, a entrevistada afirmou considerar a evolução nesse campo muito significativa. Destacou, ainda, a importância do reconhecimento legal, que agora garante o direito de frequentar e ocupar os mesmos espaços que pessoas heterossexuais. Agnes enfatiza, contudo, que ainda deseja ver pessoas como ela alcançando grandes conquistas e ocupando posições que, por muito tempo, sequer foram imaginadas como possíveis.

> Eu ouvi isso uma vez, eu não lembro onde eu ouvi, mas eu sempre carrego comigo. Nós não precisamos da sua aceitação, e sim do seu respeito. Exatamente isso. Eu não preciso que ninguém me aceite. Apenas do mesmo respeito que eu vou lhe dar. Da mesma oportunidade, do mesmo direito. Eu sou uma pessoa igual a você. O meu sangue igual ao seu. Entendeu? Somos pessoas que sofremos da mesma forma. O sofrimento de ninguém é maior do que o do outro. Somos todos iguais. Então eu acho que os direitos são iguais. E o respeito principalmente (Agnes, 2025).

A fala da entrevistada nos envolve em uma reflexão interessante sobre a percepção de conquista. Para Agnes, sua visão de evolução e conquista está atrelada

ao direito básico de ser reconhecida e respeitada na sociedade. Isso mostra o impacto profundo da exclusão social. Para quem sempre teve acesso a esses direitos, pode parecer pouco, mas para quem precisou lutar para ser aceito, pode ser um avanço imenso. Faz sentido, então, que Agnes veja sua trajetória como uma conquista. A luta por respeito e dignidade não é um "prêmio" menor, é o alicerce para que outras vitórias, como oportunidades de trabalho e ascensão social, possam ser alcançadas no futuro. O fato de ela desejar que pessoas trans alcancem espaços antes impensáveis mostra que sua visão de conquista não se limita apenas ao presente, mas se estende a um futuro onde mais oportunidades sejam possíveis.

Para determinados indivíduos, "conquistar" é sinônimo de ascender a posições elevadas, atingir um status social elevado ou alcançar êxito financeiro. Entretanto, para certos grupos, em particular aqueles que historicamente sofrem marginalização, a mera possibilidade de viver sem temor, ser respeitado e expressar sua identidade revela-se uma conquista significativa (Cunha, 2023).

A liberdade e os direitos da população trans são cruciais para a edificação de uma sociedade mais justa e equitativa, na qual todos possam vivenciar plenamente suas identidades de gênero. Assegurar tais direitos envolve não apenas o reconhecimento jurídico de suas identidades, mas também o fomento de um ambiente social que respeite e valorize a diversidade (Vilaça; Dias; Oliveira, 2023).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autodescoberta transexual constitui uma jornada repleta de desafios e restrições, vivenciadas por instantes de incerteza, preconceito e resistência, tanto interna quanto externamente. Entretanto, à medida que essa jornada se desenrola, muitos indivíduos descobrem poder nas suas experiências, convertendo adversidades em oportunidades de desenvolvimento e autoconhecimento. A superação de obstáculos sociais e pessoais, a busca pela aceitação e a afirmação da identidade de gênero podem culminar em um intenso sentimento de realização.

Atualmente, os indivíduos que percorreram essa trajetória frequentemente experimentam uma sensação de empoderamento, comemorando não apenas sua identidade, mas também os sucessos alcançados. Este feito evidencia a resiliência e a coragem indispensáveis para a vivência autêntica, servindo de inspiração para que todas as pessoas lutem por um mundo mais inclusivo e acolhedor.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf. Acesso em: 31 de ago. de 2024.

BRASIL. **Resolução nº 510**, de 07 de abril de 2016. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf. Acesso em: 31 de ago. de 2024.

BRASIL. **OFÍCIO CIRCULAR Nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS**. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf. Acesso em: 31 de ago. de 2024.

CASTRO, Elaine de; OLIVEIRA, Ulisses Tadeu Vaz de. **A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa:** um guia de análise processual. Entretextos, [*S.l.*], v. 22, n. 3, p. 25-45, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/370490440_A_entrevista_semiestruturada_na_pesquisa_qualitativa-interpretativa_um_guia_de_analise_processual. Acesso em: 01 de set. de 2024.

CRUZ, L. E. M. P., BARRETO, M. L. S., & DAZZANI, M. V. M. Do gênero aos papéis sociais: a construção da identidade da pessoa transexual. **Interfaces Científicas-Educação**, [*S.l.*], v.8, n.2, p. 299-314. Disponível em: https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/7905/3808. Acesso em 19 de mar. de 2025.

CUNHA, L.L.N. PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA GENEALOGIA TRANS BRASILEIRA: TRANS* NUM RECORTE HISTÓRICO, ATIVISTA E JURÍDICO. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, [*S.l.*], v. 28, n. 2, p. 138-164, 2023. Disponível em: https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/download/2390/783. Acesso em: 15 de abr. de 2025.

FEDORKO, B.; BERREDO, L. **O círculo vicioso da violência:** pessoas trans e gênero-diversas. Migração e trabalho sexual. Série de publicações TvT, [*S.l.*], v. 19, n.1, p.1-24, 2017. Disponível em: https://transrespect.org/wp-content/uploads/2018/01/TvT-PS-Vol19-2017.pdf.Acesso em: 05 de abr. de 2025.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** 24ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 23p.

FOUCALT, M. **História da sexualidade 2**: O uso dos prazeres. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017a. 320p.

FOUCALT, M. **História da sexualidade 3:** O cuidado de si. 4ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2017b. 308p.

FOUCALT, M. **História da sexualidade 1:** A vontade do saber. 7ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2018. 151p.

HANAUER, Otto Felipe Dias; HEMMI, Ana Paula Azevedo. Caminhos percorridos por transexuais: em busca pela transição de gênero. **Saúde em Debate**, [*S.l.*], v. 43, p. 91-106, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/fLrnG5RSbCYVZdRsgzrvRhJ/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 01 de set. de 2024.

JANINI, Janaina Pinto. SANTOS, Rosângela da Silva. **Relações sócio-familiares e a construção da personalidade da pessoa transexual.** Research, Society and Development, v. 9, n. 9, e677997883, 2020 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7883. Disponível em: file:///C:/Users/Alcione/Downloads/7883-Article-111753-1-10-20200902.pdf. Acesso em 19 de mar. de 2025.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas – São Paulo: EPU, 1986. (Temas Básicos de Educação e Ensino).

MANZINI, Eduardo José**. CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTAS**. 2014. Este texto fez parte do material utilizado para obtenção do título de Livre-docência em Educação intitulada “A entrevista como instrumento de pesquisa em Educação e Educação Especial: uso e processo de análise”, pela Unesp de Marília pelo presente autor. Peço a gentileza de manter esse texto dentro do âmbito do Projeto da ONEESP, pois, estamos em processo da compilação de um livro sobre entrevista. Disponível em: https://transcricoes.com.br/wp-content/uploads/2014/03/texto_orientacao_transcricao_entrevista.pdf. Acesso em 16 de abri. de 2025.

MARTINS, Heloisa Helena T de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, [*S.l.*], v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/4jbGxKMDjKq79VqwQ6t6Ppp/. Acesso em: 01 de set. de 2024.

MARINHO, Silvana; DE ALMEIDA, Guilherme Silva. Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo1. **Sociedade e Cultura**, [*S.l.*], v. 22, n. 1, p. 114-134, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/703/70361437008/70361437008.pdf. Acesso em: 05 de abr. de 2025.

MELLO, Yasmin Teixeira; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Inserção, Reconhecimento e Visibilidade de pesquisadoras/es trans no meio acadêmico e científico. **Humanidades & Inovação**, [*S.l.*], v. 7, n. 27, p. 226-242, 2020. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5051. Acesso em: 01 de set. de 2024.

MOREIRA, Euza Aparecida da Silva; MARCOS, Cristina Moreira. Breve percurso histórico acerca da transexualidade. **Psicologia em revista**, [*S.l.*], v. 25, n. 2, p. 593-

609, 2019. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-11682019000200013&script=sci_arttext. Acesso em: 01 de set. de 2024.

PANIZA, Maurício Donavan Rodrigues. **As travestis e mulheres transexuais no mundo do trabalho:** um estudo a partir da experiência das trabalhadoras trans e de aliadas e aliados na área de consultoria e gestão da diversidade. / Maurício Donavan Rodrigues Paniza. – 2021. 203 f. Orientador: Rafael Alcadipani da Silveira. Tese (doutorado CDAE) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/items/51315a33-8411-4075-954f-32438cb92f58. Acesso em 30 de ago. de 2024.

SÁ, Paula Trovão de; CAPUTO, Valeria Garcia; MORAES, Magali Aparecida Alves de. Percepção de pessoas transexuais sobre os atendimentos em serviços de saúde. **Revista Psicologia e Saúde**, [*S.l.*], v. 14, n. 1, p. 77-90, 2022. Disponível em:https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2022000100007. Acesso em: 01 de set. de 2024.

SILVA, Bruno de Brito; SANTOS, Elder Cerqueira. **Apoio social na autoestima e identidade social de pessoas trans brasileiras**. Psico, [*S.l.*], v. 49, n. 4, p. 422-432, 2018. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/30029. Acesso em: 30 de mar. 2025.

SILVA, Maria Aparecida da; LUPPI, Carla Gianna; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [*S.l.*], v. 25, n. 5, p. 1723-1734, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/DbBMCHS9t6QMC5YtYSQnCpP/?lang=pt#. Acesso em: 01 de set. de 2024.

SILVA, Izabel Cristina Brito; ARAÚJO, Ednaldo Cavalcante; SANTANA, Alef Diogo da Silva; MOURA, Jefferson Wildes da Silva; RAMALHO, Marclineide Nóbrega de Andrade; ABREU, Paula Daniella. A violência de gênero perpetrada contra mulheres trans. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [*S.l.*], v. 75, n.1, p. e20210173, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/RnNr3PFBcwc9YhTx9VF8bLn/?format=html&lang=pt. Acesso em: 30 de mar. de 2025.

SOUSA, Junior Araujo. Travestis e transexuais no universo das pesquisas científicas. **Bagoas-Estudos gays:** gêneros e sexualidades, [*S.l.*], v. 10, n. 15, p. 1-26, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/9978. Acesso em: 01 de set. de 2024.

SANTOS, Jean Wyllys de Matos; KOKAY, Erika Jucá. **PL 5002/2013**. Brasília, 20 de fev. de 2013. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315. Acesso em: 10 de set. de 2024.

VILAÇA, Murilo; DIAS, Maria Clara; OLIVEIRA, Fabio Alves Gomes de. Pessoas trans, travestis e direitos transumanos: o caso da liberdade morfológica. **Saúde em Debate**,

[*S.l.*], v. 47, n.1, p. e8153, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/NxKskWTwq7Kp6wmhyRNJmRy/?lang=pt. Acesso em: 05 de abr. de 2025.

ANEXO

A AUTODESCOBERTA DE UMA MULHER TRANSEXUAL NO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Roteiro de entrevista semiestruturada - Adaptada de: Paniza (2021).

1. Apresentação da pesquisadora, gravação e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE);
2. Perguntas de Caracterização Pessoal (Nome, Idade, Formação Educacional, Profissão, Cargo/Função, Tempo de Empresa);
3. Questionar como gostariam de ser chamada na pesquisa;
4. Você pode me contar a sua história de vida?
(Entrevistada narra, com tempo livre, sua trajetória de vida. O pesquisador interfere pouco nesse momento da entrevista).

Caso seja necessário e a entrevistada não contemple esses elementos ao apresentar sua biografia, estimular a trazer as seguintes informações:

a) Experiência de se descobrir uma mulher transexual;
b) Experiência de se descobrir uma mulher transexual no interior de Minas Gerais.
c) Experiências de formação educacional;
d) Experiências de trabalho, incluindo as anteriores ao ingresso no mercado formal de trabalho;
e) Relações com as pessoas no ambiente de trabalho;
f) Diferenças em relação à experiência trans no ambiente de trabalho e fora dele.
g) Experiência de se descobrir uma mulher transexual em relação a família;
h) Experiência de se descobrir uma mulher transexual em relação ao ambiente/amigos;
i) Expectativas de futuro em relação as pessoas transexuais.

Referência:

PANIZA, Maurício Donavan Rodrigues. **As travestis e mulheres transexuais no mundo do trabalho:** um estudo a partir da experiência das trabalhadoras trans e de aliadas e aliados na área de consultoria e gestão da diversidade. / Maurício Donavan Rodrigues Paniza. – 2021. 203 f. Orientador: Rafael Alcadipani da Silveira. Tese (doutorado CDAE) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/items/51315a33-8411-4075-954f-32438cb92f58. Acesso em 30 de ago. de 2024.

EGRESSOS DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVÉRTIX: ATUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO E PERCEPÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO

ACADÊMICAS: Geysimara Aparecida Braga Gomes, Olivia Estanislau Cata Preta.

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: M.Sc. Alcione Januária Teixeira da Silveira.

LINHA DE PESQUISA: Psicologia e Ciências Sociais Aplicadas.

RESUMO

A carreira em Psicologia no Brasil é dinâmica, plural e em constante transformação, expandindo-se para além dos campos tradicionais. O exercício profissional envolve desafios éticos, sociais e políticos. Assim, a carreira se constrói em diálogo com a realidade brasileira e a inovação contínua. Este estudo teve como objetivo conhecer a trajetória profissional dos egressos do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIVÉRTIX. A pesquisa adotou a combinação metodológica entre a abordagem quantitativa e qualitativa e a coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semiestruturado, elaborado com questões voltadas à identificação da trajetória de trabalho, áreas de atuação, satisfação profissional, desafios enfrentados e percepção sobre a formação acadêmica. Os resultados da pesquisa evidenciam um perfil profissional majoritariamente feminino, jovem e inserido principalmente na prática clínica. Apesar da alta taxa de empregabilidade entre os egressos, observam-se desafios relevantes, como vínculos de trabalho instáveis e remunerações modestas. Essa realidade reflete a precarização do trabalho em Psicologia, especialmente no setor público, onde predominam contratos temporários e prestação de serviços. Além disso, a expressiva insatisfação com a remuneração aponta para uma valorização ainda limitada da profissão, mesmo diante das altas exigências éticas e técnicas da prática psicológica.

PALAVRAS-CHAVE: egressos; psicologia; formação.

1 INTRODUÇÃO

A psicologia, antes de se consolidar como ciência, tinha seus temas divididos entre a filosofia, as ciências naturais e as sociais. No entanto, no século XIX, o avanço das ciências sociais e as transformações trazidas pela Revolução Industrial e pelo capitalismo impulsionaram a necessidade de compreender as novas formas de individualização e como isso impactou na produção da subjetividade. Nesse contexto, a psicologia começou a se organizar como uma disciplina científica, destinada a entender essas complexidades sociais emergentes (Figueiredo; Santi, 2008).

A história da Psicologia no Brasil revela uma trajetória marcada por tensões políticas, sociais e institucionais desde sua regulamentação em 1962 (Brasil,1962). Antes disso, o saber psicológico já circulava em diferentes espaços educacionais e religiosos, mas ainda de forma não sistematizada. A profissionalização da Psicologia ocorreu em um contexto autoritário, logo após o golpe militar de 1964, o que

influenciou sua institucionalização sob as bases de um regime conservador. Esse cenário favoreceu a hegemonia da clínica psicológica, que se tornou símbolo da profissão, embora limitada em sua acessibilidade e voltada, majoritariamente, às elites urbanas. Durante a ditadura, a Psicologia também foi ambivalente, ora colaborando com práticas repressivas, ora se tornando espaço de resistência. A expansão de cursos de graduação, especialmente em instituições privadas, ocorreu de maneira acelerada e, muitas vezes, precária, o que gerou questionamentos sobre a qualidade da formação. Ao longo das décadas, a profissão se diversificou, incluindo áreas como Psicologia do Trabalho, Escolar e Comunitária, mas manteve a clínica como referência. A história da Psicologia no Brasil, portanto, é atravessada por contradições estruturais e disputas intermináveis, refletindo tanto os avanços, quanto os desafios de sua consolidação como ciência e prática comprometida com a transformação social (CFP, 2022a).

Este trabalho justifica-se como uma proposta de conclusão do curso de Psicologia, tendo em vista a importância de refletir criticamente sobre a formação acadêmica na área. Nesse sentido, torna-se imprescindível avaliar de forma constante a qualidade do ensino ofertado e seus reflexos na trajetória dos egressos, contribuindo para o aprimoramento dos processos formativos e para a construção de uma atuação mais qualificada e comprometida com as demandas sociais.

Assim, esse estudo teve como objetivo conhecer a trajetória de trabalho dos profissionais de Psicologia formados pelo Centro Universitário Vértice - UNIVÉRTIX.

Este trabalho torna-se relevante para contribuir com a avaliação da formação acadêmica em Psicologia. Seus resultados podem subsidiar melhorias pedagógicas e institucionais, além de orientar políticas educacionais mais alinhadas às demandas do mercado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para atuar como psicólogo no Brasil, é necessário concluir a graduação em Psicologia, que tem duração mínima de cinco anos e uma carga horária de 4.000 horas, das quais 20% são destinadas a estágios supervisionados. O curso oferece uma formação generalista que combina teoria e prática, abrangendo áreas como fundamentos epistemológicos e históricos, abordagens teórico-metodológicas e processos psicológicos. Além disso, possibilita ao estudante escolher ênfases

curriculares, como avaliação psicológica, processos clínicos, gestão de pessoas e promoção da saúde, permitindo especialização em áreas específicas (Brasil, 2023).

O CFP (2022b) realizou o CensoPsi entre outubro de 2021 e março de 2022 e teve como objetivo descrever o perfil dos psicólogos atualmente. A análise também fez comparações com pesquisas realizadas nos anos 1980 e 2010, mostrando o crescimento exponencial da profissão. Em 1962, ano da regulamentação da profissão, havia apenas 15 psicólogos registrados, esse número aumentou para 11.343 em 1974, 60.000 em 1986, 236.100 em 2010 e, em 2022, atingiu 428.791 psicólogos inscritos nos Conselhos Regionais de Psicologia. O crescimento significativo reflete a expansão da profissão no Brasil ao longo dos anos. Esse mesmo Censo, em relação à formação acadêmica, demonstra que 72% dos psicólogos se formaram em instituições privadas, enquanto 27% concluíram seus estudos em instituições públicas, o que se explica pelo maior número de cursos oferecidos no setor privado (CFP, 2022b).

Embora a formação do psicólogo no Brasil seja caracterizada por sua amplitude e diversidade, Rechtman e Bock (2019) identificaram, ao analisar a formação de estudantes do último ano do curso de Psicologia, que apesar da valorização crescente de conteúdos curriculares voltados a questões sociais, há uma insuficiência na capacitação para lidar com as complexidades da realidade brasileira. As autoras destacam que, além da aplicação técnica dos conhecimentos, é imprescindível promover uma formação crítica, que favoreça a reflexão sobre o papel social do psicólogo e sua atuação ética nas transformações sociais.

A carreira do psicólogo, não é linear nem homogênea, mas se desenvolve em meio a deslocamentos entre áreas, reorganizações internas e uma crescente hibridização dos fazeres profissionais. Compreender essa complexidade, exige reconhecer a Psicologia como um campo disciplinar plural, que agrega teoria, método e discurso, e se reinventa diante dos desafios éticos, políticos e sociais do presente. Dessa forma, a construção da carreira em Psicologia está intimamente ligada ao compromisso com a realidade brasileira e ao constante diálogo entre tradição e inovação no exercício profissional (CFP, 2022c).

3 METODOLOGIA

Para realização desse estudo, foi utilizada a combinação metodológica entre a abordagem quantitativa e qualitativa. A abordagem qualitativa parte de questões

amplas que vão se ajustando conforme o estudo avança, ela visa a compreender os fenômenos sob a perspectiva dos próprios sujeitos envolvidos. Além disso, esse método foca no universo dos significados, crenças, valores e atitudes, procurando interpretar a realidade a partir desses fenômenos sociais (Godoy, 1995; Minayo *et al.*, 2002). A abordagem quantitativa de acordo com Gil (2008), é caracterizada pelo uso de técnicas estatísticas e numéricas para coletar e analisar dados, com o objetivo de quantificar variáveis e estabelecer padrões e relações entre elas.

A pesquisa foi realizada com os egressos do curso de psicologia do Centro Universitário Vértice – Univértix. Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário semiestruturado (Anexo A), enviado por *e-mail* e, também, por meio do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, utilizando o contato telefônico dos participantes. As questões foram elaboradas com o objetivo de identificar a trajetória dos profissionais. Foi utilizado um questionário adaptado de Cruces (2006) e utilizada a plataforma *Google Forms* para coleta e hospedagem das respostas.

As informações foram exportadas e tabuladas, eletronicamente, por meio do programa *Excel* a fim de permitir melhor visualização e compreensão dos dados. A análise foi realizada com base em 69 respostas obtidas, no total de 118 enviadas, representando então 58,47% dos formandos. Para a análise dos dados, trabalhamos com a análise descritiva que, segundo Freedman (2007), é uma abordagem utilizada para descrever, resumir e apresentar informações sobre o conjunto de dados ou fenômenos sem fazer inferências ou prever relações de causa e efeito.

Espera-se com esta pesquisa subsidiar debates acerca da formação de psicólogos, assim como, apresentar seus espaços de atuação e, ainda, fortalecer as políticas públicas no que se refere à legislação para inserção de psicólogos nos espaços. Espera-se, também, retornar aos participantes e à instituição informações importantes deste artigo, como os principais resultados, as tendências de atuação profissional, as áreas de especialização mais procuradas e as percepções dos egressos sobre a formação recebida.

Todo o processo de elaboração do presente projeto, bem como a condução da abordagem com os participantes de pesquisa, os processos de consentimento e a coleta e análise dos dados foram desenvolvidos com base na resolução 510/2016 (Brasil, 2012) e no ofício circular 2/2021. A pesquisa implicou riscos e, para minimizá-los, foram tomadas as medidas de segurança necessária. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisas sob o número do parecer: 7.259.548.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 apresenta o perfil dos egressos do curso de psicologia do Centro Universitário Vértice – Univértix entre os anos de 2020 e 2024. Destaca-se que a pesquisa envolveu 69 participantes.

Tabela 1 – Perfil dos egressos do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vértice - Univértix 2020-2024.

Variável	Quantidade	(%)
Idade		
Menos de 25 anos	17	24,60
Entre 26 e 30 anos	36	52,25
Entre 31 e 35 anos	5	7,20
Entre 36 e 40 anos	2	2,90
Mais de 40 anos	9	13,05
Sexo		
Feminino	63	91,30
Masculino	6	8,70
Estado civil		
Solteiro(a)	40	58,00
Casado(a)/ União estável	27	39,10
Divorciado/ Separado	2	2,90
Raça/ Cor		
Amarela	2	2,90
Branca	23	33,30
Parda	32	46,40
Preta	12	17,40

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Verifica-se que 91,30% dos participantes da pesquisa referem ser do sexo feminino. Destas a maioria mencionou ser parda (46,40%) ou branca (33,30%). Em relação à faixa etária, 52,25% disseram ter entre 26 e 30 anos e 24,60% ter menos de 25 anos (Tabela 1). Destaca-se, também, a predominância do estado civil solteiro (58%). Esses dados vão ao encontro dos achados do CensoPsi de 2022, segundo os quais a Psicologia no país permanece uma profissão majoritariamente feminina, com 79,2% de mulheres, sendo os profissionais da área predominantemente brancos e heteroidentificados e 50% dos profissionais têm até 39 anos, evidenciando um perfil relativamente jovem (CFP, 2022c)

A Tabela 2 apresenta informações sobre a inserção dos egressos no mercado de trabalho.

Tabela 2 – Mercado de trabalho dos egressos do Curso de Psicologia Univértix 2020-2024

Variáveis	Quantidade	(%)

Quanto tempo após a conclusão do curso você conseguiu seu primeiro emprego na área de Psicologia?		
Menos de 6 meses	43	62,30
Entre 6 meses e 1 ano	11	15,90
Entre 1 ano e 2 anos	6	8,70
Ainda não conseguiu emprego na área	9	13,10
Você está atualmente empregado?		
Sim	63	91,30
Não	5	7,25
Não responderam	1	1,45
Em qual área está trabalhando?		
Administração Pública	1	1,47
Clínica	42	61,78
Docência/Ensino Superior	1	1,47
Escolar/Educacional	3	4,41
Institucional	1	1,47
Jurídica	1	1,47
Organizacional/RH/Marketing	2	2,94
Saúde (geral e mental)	6	8,82
Social	7	10,29
Trânsito (Psicologia do tráfego)	1	1,47
Não está trabalhando	3	4,41

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Com relação ao tempo necessário para obter o primeiro emprego na área, observou-se que a maioria dos respondentes (62,30%) conseguiu colocação profissional em até seis meses. Quanto à situação atual de emprego, 91,30% dos participantes afirmaram estar empregados, o que demonstra um alto índice de empregabilidade entre os egressos (Tabela 2).

No que se refere à área de atuação, a maioria dos profissionais estão inseridos na área clínica (61,78%). Outras áreas de destaque incluem a Psicologia Social (10,29%) e a Psicologia da Saúde (8,82%) (Tabela 2). Esses resultados assemelham-se ao CensoPsi de 2022, que revelou que a maioria dos psicólogos se encontram na área clínica, sendo que a proporção é ainda maior entre egressos de instituições privadas (77% dos egressos de privadas contra 65% de públicas). Em segundo lugar, aparece a área Social, bastante próxima à Saúde (CFP, 2022a).

Além de investigar a inserção dos egressos no campo específico da Psicologia, buscou-se também identificar se eles atuam em atividades profissionais que, mesmo fora da área, demandam formação em nível superior. Os dados revelaram que 42,30% dos respondentes se enquadram nesse perfil. Tal achado pode ser interpretado como uma valorização das competências desenvolvidas ao longo da graduação, incluindo habilidades interpessoais, capacidade de escuta, pensamento crítico e conhecimento em comportamento humano (Macedo, 2023).

A Tabela 3 evidencia informações sobre a atuação profissional dos egressos.

Tabela 3 – Atuação Profissional dos egressos do Curso de Psicologia Univértix 2020-2024.

Variáveis	Quantidade	(%)
Você está atuando em qual esfera?		
Autônomo	10	14,49
Comércio	1	1,45
Desempregada	1	1,45
Estadual	1	1,45
Hospitalar	1	1,45
Municipal	34	49,27
Municipal e autônomo(a)	3	4,34
Municipal, Estadual e Privado	1	1,45
Nenhuma	1	1,45
Privado	16	23,20
Se você está atuando em setor público está em que condição?		
Cargo comissionado	1	1,44
Contratado	27	39,13
Efetivo	4	5,80
Outras	10	14,50
Prestador de serviços	11	15,95
Não responderam	16	23,18
Faixa de remuneração mensal (bruta) atual em seu principal emprego na área da Psicologia.		
Menos de R$2.000	17	24,66
Entre R$2.001 e R$4.000	45	65,21
Acima de R$8.001	2	2,89
Não responderam	5	7,24
Como você avalia sua satisfação em relação ao retorno financeiro?		
Muito satisfeito	4	5,8
Satisfeito	24	34,8
Insatisfeito	32	46,4
Muito insatisfeito	9	13
Quantas horas por semana você trabalha em média, em seu principal emprego na área da Psicologia?		
Menos de 20 horas	12	17,39
Entre 21 e 30 horas	22	31,89
Entre 31 e 40 horas	21	30,44
Acima de 41 horas	7	10,14
Não responderam	7	10,14

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Observa-se uma predominância do setor municipal, com 49,27% dos respondentes (Tabela 3). A concentração no serviço municipal pode estar relacionada à presença de políticas públicas voltadas à saúde mental, assistência social e educação, que tradicionalmente demandam o trabalho de psicólogos (Cordeiro; Svartman; Souza, 2018). Já a prática independente revela uma distribuição relativamente equilibrada entre vínculos institucionais (Colosio; Fernandes, 2014).

Para os que atuam no setor público, os vínculos predominantes são de contratação temporária (39,13%) e prestação de serviços (15,95%) (Tabela 3). Estes resultados indicam uma frequência de vínculos laborais mais instáveis ou precários, o que pode impactar a segurança profissional e a perspectiva de carreira a longo prazo. Essa realidade evidencia a diferença entre trabalhadores estáveis, que compõem o

núcleo da força de trabalho e aqueles com vínculos mais flexíveis e que precisam lidar com maior dinamismo e adaptação no mercado profissional (Araujo; Morais, 2017).

A respeito das horas trabalhadas, os participantes entre 21 e 30 horas representam 31,89%, entre 31 e 40 horas semanais representam 30,44%. Teston *et al*., (2022) relatam que profissionais com jornadas superiores a 30 horas apresentam níveis mais elevados de conflito trabalho-família, com destaque para diferenças significativas entre os que trabalham até 30 horas e os que ultrapassam 40 horas semanais. Esses dados reforçam que o aumento da carga horária compromete o equilíbrio entre os papéis pessoais e profissionais.

Em relação à remuneração mensal bruta, a maioria dos participantes (65,21%) recebe entre R$ 2.001 e R$ 4.000 (Tabela 3). Esses dados sugerem que, apesar do nível superior de formação, os rendimentos ainda se concentram em faixas salariais modestas, o que se reflete na avaliação subjetiva da satisfação financeira (CFP, 2022a). A maioria dos participantes referiram estar insatisfeitos ou muito insatisfeitos (59,40%) em relação ao retorno financeiro (Tabela 3), sugerindo uma valorização ainda limitada da profissão no que tange à remuneração, especialmente considerando a complexidade e a responsabilidade envolvidas no exercício da Psicologia (Silva; Melo-Silva, 2021).

A Tabela 4 apresenta os dados relativos à continuidade dos estudos.

Tabela 4 – Continuidade dos estudos dos egressos do Curso de Psicologia Univértix 2020-2024.

Variáveis	Quantidade	(%)
Você prosseguiu com os estudos após a graduação?		
Sim, fiz especialização	31	44,92
Sim, fazendo especialização	26	37,68
Não continuei meus estudos	4	5,79
Ainda não iniciei nenhuma pós-graduação	1	1,44
Outros	1	1,44
Eu não investi em pós, investi em cursos práticos	1	1,44
Sim, fazendo pós-graduação.	1	1,44
Faço pós-graduação em um projeto de psicologia	1	1,44
Sim, finalizei pós-graduações e estou tentando entrar no mestrado.	1	1,44
Não responderam	2	2,89
Sua especialização foi em que tipo de instituição?		
Público	2	2,89
Privado	53	76,81
Público e privado	5	7,24
Não responderam	9	13,01
Se não, você pretende continuar com seus estudos?		
Sim	49	71,01
Não responderam	20	28,98

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Verifica-se que 46,36% as egressas já concluíram pelo menos uma especialização, enquanto 38,8% estão atualmente cursando uma (Tabela 4). O que

demonstra um forte engajamento com o aprimoramento técnico e teórico da prática profissional. Martins, Matos e Maciel (2009) enfatizaram que a formação em Psicologia deve assegurar não apenas uma preparação ética e qualificada para a atuação profissional, mas também promover a continuidade dos estudos por meio de cursos de especialização, mestrado e doutorado, como forma de acompanhar as demandas da sociedade e do mercado de trabalho.

Quanto ao tipo de instituição onde realizaram suas especializações, 88,30% optaram por instituições privadas (Tabela 4). A predominância do setor privado nos cursos *lato sensu* pode ser explicada pela ampla oferta e pela flexibilidade desse segmento, que viabiliza modelos mais acessíveis. Isso se reflete na criação de turnos diferenciados para atender alunos trabalhadores, na concentração das aulas em dias específicos e na elaboração de programas de extensão, sob demanda, para o setor produtivo e grupos sociais (Porto; Régnier, 2003).

A Tabela 5 revela informações sobre a satisfação com a formação acadêmica.

Tabela 5 – Satisfação com a formação acadêmica dos egressos do Curso de Psicologia Univértix 2020-2024.

Variáveis	Quantidade	(%)
Como você avalia a qualidade da formação que recebeu no curso de Psicologia		
Excelente	32	46,37
Boa	30	43,47
Regular	7	10,14
Ruim	0	0,00
O curso atendeu às suas expectativas?		
Totalmente	37	53,62
Parcialmente	31	44,92
Não atendeu	1	1,44
O currículo do curso de psicologia do Centro Universitário Vertice – Univertix atendeu às suas expectativas de formação profissional?		
Totalmente	40	57,97
Parcialmente	27	39,13
Não atendeu	2	2,89
A quantidade e qualidade das atividades práticas e estágios oferecidos pelo curso foram adequados para a sua formação?		
Sim, totalmente	36	52,17
Sim, mas com ressalvas	31	44,92
Não, foram insuficientes	2	2,89
Como você avalia a qualidade do corpo docente durante sua formação?		
Excelente	42	60,86
Bom	24	34,78
Regular	3	4,34

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A maioria dos participantes (89,90%) mencionaram que a qualidade da formação recebida durante a graduação foi excelente ou boa, que o curso e o currículo atenderam às expectativas (53,62% totalmente e 44,92% parcialmente), que as

atividades práticas e estágios foram adequados (97,10%) e que a qualidade do corpo docente é excelente ou ótima (95,70%) (Tabela 5). Além disso, a maioria dos participantes concorda totalmente com o desenvolvimento de competências (43,70%) e habilidades (53,60%). A maioria também respondeu que concorda que ocorreu o desenvolvimento da capacidade de comunicação com os pacientes/clientes, trabalho em equipe e a resolução de problemas (49,30%; 52,20%, 40,60%, respectivamente).

Esses resultados demonstram uma avaliação positiva quanto à preparação oferecida pelo curso para o exercício da Psicologia. Além disso, os achados se alinham à proposta pedagógica da Instituição, que enfatiza uma abordagem de ensino moderna e comprometida com a formação de indivíduos capazes de resolver problemas, tomar decisões e aprender continuamente, promovendo autonomia, criatividade e engajamento com as demandas sociais e do mercado de trabalho (Faculdade Vértice - Univértix, 2021).

A Tabela 6 apresenta dados sobre a contribuição do curso para o desenvolvimento pessoal e social.

Tabela 6 - Contribuição do curso para o desenvolvimento pessoal e social egressos do Curso de Psicologia Univértix 2020-2024.

Variáveis	Quantidade	(%)
O curso de Psicologia contribuiu para seu desenvolvimento pessoal?		
Muito	58	84,05
Moderadamente	09	13,04
Pouco	2	2,89
O curso ajudou a desenvolver sua capacidade de interação social e a convivência em diferentes contextos?		
Muito	48	69,56
Moderadamente	21	30,43
Pouco	0	0,00
Você recomendaria o curso de psicologia do Centro Universitário Vértice - Univertix para futuros alunos?		
Sim	66	95,65
Não	2	2,89
Não responderam	1	1,44

Fonte: Elaborado pelas autoras

A maioria dos egressos (84,1%) afirmou que o curso contribuiu muito para o desenvolvimento pessoal. No que se refere à capacidade de interação social e convivência em diferentes contextos, 69,6% dos egressos reconheceram uma contribuição muito importante. Além disso, 97,10% dos participantes recomendariam o curso para outras pessoas (Tabela 6).

Essas informações estão em consonância com os pressupostos da formação em Psicologia, que, além do domínio técnico-científico, também valoriza o desenvolvimento de habilidades interpessoais e pessoais. Nesse contexto, Feldman

e Miranda (2002) ressaltaram que o psicólogo deve cultivar competências como acolher, estimular, escutar, compreender e ser empático, fundamentais para a construção de uma relação terapêutica eficaz. Complementando essa perspectiva, Torres (1997) destaca a importância de outras habilidades, como a assertividade, a expressividade emocional e a percepção de aspectos de si durante o atendimento, por meio da auto-observação, autopercepção e autoconhecimento.

É relevante destacar que a recomendação expressiva (97,10%) do curso de Psicologia sintetiza a percepção positiva geral sobre a formação recebida, funcionando como um importante indicativo da credibilidade da Instituição e do potencial de influência positiva sobre a escolha de novos ingressantes. Essa resposta é confirmada nas respostas sobre sugestões e/ou recomendações para melhoria do curso de Psicologia:

> A faculdade Univértix vem proporcionando o melhor para o aprendizado dos estudantes do curso de psicologia quantos aos outros. A faculdade deve manter a dedicação e excelência com profissionais que amam seu trabalho, todos os professores foram mestres maravilhosos (Participante 20, 2025).

Nesse mesmo quesito de sugestão e/ou recomendações, os participantes fizeram a sugestão de dialogar com os alunos para que sejam mais interessados e proativos, que valorizem o contato com o público, que sejam frequentes e diversificadas as opções de cursos de extensão, projetos e estágios, “gostaria de ressaltar o quanto a fase de estágio é de extrema importância, em diferentes ramos, a preparação para o mundo do trabalho vai além das teorias” (Participante 04, 2025).

Outras sugestões foram sobre o aprofundamento na elaboração de relatórios, encaminhamentos, laudos e no uso prático de testes psicológicos. Além disso, enquanto alguns participantes pediram maior investimento nos estágios das áreas sociais, da saúde e documentos do serviço público, outros sugeriram investir mais na prática clínica e autônoma. Sobre a prática clínica e autônoma, os egressos sugeriram intensificar as orientações referentes à burocracia, gestão financeira, impostos, INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), marketing, empreendedorismo e a realidade virtual.

> Nunca vi, naquele ambiente, um profissional de sucesso que vivesse exclusivamente de atendimentos particulares. Isso acaba gerando um estigma de que não é possível viver da psicologia no consultório (Participante 01, 2025).

> Algo que senti falta, de documentos utilizados tanto na prática clínica, quanto em ambientes como o CRAS etc. Entendo que se houvesse um maior

> investimento nas áreas sociais e da saúde, irá agregar muito o repertório do aluno e o preparar para o mercado de trabalho (Participante 02, 2025).

Os egressos sugeriram ampliar visitas técnicas, reforçar e valorizar as competências e áreas da psicologia, incluir mais abordagens teóricas com técnicas específicas, atualizar conteúdos com casos de suicídio, identidade de gênero, sexualidade e transtornos psicológicos e garantir, durante o estágio, experiências diversificadas com pacientes de todas as faixas etárias (crianças, adolescentes e adultos).

Os resultados da pesquisa se alinham à proposta formativa do curso de Psicologia da Univértix, que busca preparar profissionais para o exercício de uma cidadania ativa, comprometida com a transformação social em diferentes contextos de atuação. O curso capacita os alunos para atuarem de forma ética e crítica em áreas como saúde, educação, clínica, comunidade, justiça e organizações, promovendo o bem-estar coletivo e contribuindo para o fortalecimento da cidadania por meio de processos educativos e práticas interdisciplinares (Centro Universitário Vértice – Univértix, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados apresentados, é possível considerar que o curso de Psicologia da Univértix tem promovido uma formação sólida e satisfatória, com altos índices de aprovação quanto à qualidade da formação, do corpo docente e do desenvolvimento de competências.

A predominância da atuação na área clínica, aliada ao engajamento com a formação continuada, evidencia o compromisso dos egressos com o aprimoramento profissional. Ao mesmo tempo, permanecem desafios como vínculos de trabalho instáveis, lacunas na formação prática em áreas menos tradicionais e insatisfação com a remuneração. Os resultados reforçam a importância da escuta aos egressos e da atualização contínua do curso, visando à qualificação crítica e à atuação ética e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Marley Rosana Melo de; MORAIS, Kátia Regina Santos de. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo , v. 20, n. 1, p. 1-13, 2017 . Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172017000100001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 de abr. de 2025.

BRASIL. **Lei n° 4.119, de 27 de agosto de 1962**. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. Disponível em: https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/15/2016/12/Lei-4119_1962.pdf. Acesso em: 14 de set. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmera de Educação Superior. **Resolução CNE/CES n° 1, 11 de outubro de 2023**. Institui as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação de psicologia. Diário Oficial da União: sessão 1, Brasília, DF, 55-57, 23 de out. 2023. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2023-pdf/252621-rces001-23/file. Acesso em: 05 de out. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf. Acesso em: 31 de ago. de 2024.

COLOSIO, Robson; FERNANDES, Maria Inês Assumpção. Vínculo e instituição como temas básicos da abordagem psicanalítica na formação e no trabalho do psicólogo em instituições públicas. **Psicol. USP** 25 (3) • Sep-Dec 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pusp/a/8txPZ5vBdZr7gWjFs8cYq9k/. Acesso em: 16 de abr. 2025.

CFP -CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Censo da Psicologia Brasileira:** condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social. Brasília. CFP, 2022a. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol2-1.pdf. Acesso em: 15 de abr. 2025.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Seis décadas da psicologia como profissão regulamentada no Brasil. **Psicologia ciência e profissão**. Ano 18, n° 13, outubro 2022b. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/revista-dialogos-60anos-web.pdf. Acesso em: 14 de set. 2024.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **CensoPsi 2022:** CFP divulga os resultados da maior pesquisa sobre o exercício profissional da Psicologia brasileira. Brasília, 2022c. Disponível em: https://site.cfp.org.br/censopsi-2022-cfp-divulga-os-resultados-da-maior-pesquisa-sobre-o-exercicio-profissional-da-psicologia-brasileira/. Acesso em: 07 de set. 2024.

CORDEIRO, Mariana Prioli; SVARTMAN, Bernardo; SOUZA, Laura Vilela. **Psicologia na assistência social:** um campo de saberes e práticas. São Paulo. Psicologia/USP, Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/212/191/890?inline=1. Acesso em: 16 de abr. 2025.

CENTRO UNIVERSITÁRIO VÉRTICE - UNIVÉRTIX. **Projeto Pedagógico do curso de bacharelado em Psicologia.** Matipó, Faculdade Vértice, 2021. Disponível em:

https://univertix.edu.br/wp-content/uploads/2021/07/PPC-PSICOLOGIA-.pdf. Acesso em: 19 abr. 2025.

FELDMAN, Clara.; MIRANDA, Márcio Luís de. L. **Construindo a relação de ajuda.** Belo Horizonte: Crescer, 2002 Disponível em: https://pdfcoffee.com/qdownload/feldman-clara-construindo-a-relaao-de-ajuda-pdf-free.html. Acesso em: 17 de abr. de 2025.

FIGUEIREDO, Luis Claudio M.; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro. **Psicologia uma (nova) introdução.** 3 ed. - São Paulo: EDUC, 2008. 104 p. ; 18 em. - (Série Trilhas). Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/FIGUEIREDO%20e%20SANTI%20Psicologia_Uma_nova_introducao.pdf. Acesso em: 14 de set. 2024.

FREEDMAN, David; PISANI, Robert; PURVES, Roger. **Estatística.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, mar-abr, p. 57-63, 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 08 de set. de 2024.

MACEDO, Simone Pantaleão. **Formação em psicologia e mercado de trabalho:** inserção, estresse e qualidade de vida. 2023. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências, Bauru, 2023. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/6d06fb47-10b9-4fd6-bd98-85fe7fab0d9a/content. Acesso em: 15 de abr. 2025.

MARTINS, Karla Patrícia Holanda; MATOS, Tereza Gláucia Rocha; MACIEL, Regina Heloisa Mattei de Oliveira**.** Formação em psicologia e as novas demandas sociais: relato dos egressos da Universidade de Fortaleza. **Revista Mal-Estar e Subjetividad**e, Fortaleza, v. 9, n. 3, p. 1023–1042, set. 2009. Disponível em: https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/1673/3639. Acesso em: 14 de abr. de 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Revista e atualizada. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 1-80. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf. Acesso em: 08 de set. de 2024.

PORTO, Cláudio; RÉGNIER, Karla. **O ensino superior no mundo e no Brasil**: condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025: uma abordagem exploratória. Brasília: UNESCO/MEC, 2003. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasiltendenciascenarios2003-2025.pdf. Acesso em: 25 de abr. de 2025

RECHTMAN, Raizel; BOCK, Ana Mercês Bahia. **Formação do psicólogo para realidade a brasileira:** Identificando recursos para a atuação profissional. Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações. Psic.: Teor. e Pesq. 35, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/rpn5FcNBLhqm55NQskLjymm/?lang=pt. Acesso em: 19 de abr. 2025.

SILVA, Marlize Paulo da; MELO-SILVA, Lucy Leal. Transições na carreira na perspectiva de psicólogos: motivos e estratégias de enfrentamento. **Interação em psicologia**, vol. 25 n. 01, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351179299_Transicoes_na_carreira_na_perspectiva_de_psicologos_motivos_e_estrategias_de_enfrentamento. Acesso em: 16 de abr. 2025.

TORRES, Nione. **O ensino e a supervisão em Terapia Comportamental**. Mesa Redonda do VI Encontro Anual da ABPMS, São Paulo, 1997. Acesso em: 17 abr. 2025.

TESTON, Sayonara de Fátima; ZAWADZKI, Patrick; MORAIS, Caroline Bordignon de; LUCAS, Michele Gaboardi. **Casa de ferreiro, espeto de pau: conflito trabalho-família de psicólogos.** Summa Psicológica UST, Santiago (Chile), v. 19, n. 1, p. 45–54, 2022. Disponível em: https://summapsicologica.cl/index.php/summa/article/view/493. Acesso em: 4 jul. 2025.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO ADAPTADO DE CRUCES (2006)[1]

EGRESSOS DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVÉRTIX: ATUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO E PERCEPÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO

Questionário adaptado de: Cruces, 2006.

1. Idade
( ) Menos de 25 anos
( ) Entre 25 e 30 anos
( ) Entre 31 e 35 anos
( ) Entre 36 e 40 anos
( ) Mais de 40 anos

2.Gênero
( ) Masculino
( ) Feminino
( ) Transgênero

[1] CRUCES, Alacir Villa Valle. **Egressos de cursos de psicologia**: preferências, especializações, oportunidades de trabalho e atuação na área educacional. 2006. P. 10-293. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-08082006-151346/publico/TESE.pdf. Acesso em: 05 de out. de 2024.

( ) Gênero neutro
( ) Outro _____

3. Estado Civil
( ) Solteiro(a)
( ) Casado(a)/União estável
( ) Separado(a)/Divorciado(a)
( ) Viúvo(a)

4. Raça/Cor
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Amarela
( ) Indígena
( ) Prefiro não responder

5. Você tem filhos?
( ) Sim
( ) Não

6. Ano em que se formou no Bacharelado em Psicologia.
( ) 2020
( ) 2021
( ) 2022
( ) 2023
( ) 2024
1. Inserção no Mercado de Trabalho
1.1. Quanto tempo após a conclusão do curso você conseguiu seu primeiro emprego na área de Psicologia?
( ) Menos de 6 meses
( ) Entre 6 meses e 1 ano
( ) Entre 1 e 2 anos
( ) Ainda não consegui emprego na área

1.2. Você está atualmente empregado(a)?
( ) Sim, na área de Psicologia. Qual? _____
( ) Sim, em outra área. Qual? _____
( ) Não

1.3. Se você pudesse escolher livremente, em que área da Psicologia você escolheria trabalhar hoje?
_____
1.4. Você está desempenhando alguma atividade profissional mesmo que não seja na área da Psicologia, mas que necessitou do curso superior?
( ) não
( ) Sim. Em que área você está atuando?

1.5. Se sim, qual é o tipo de vínculo empregatício?
( ) CLT (carteira assinada)

( ) Contrato temporário
( ) Autônomo
( ) Outros (especifique) _____

1.6. Você está atuando em qual esfera?
( ) Municipal
( ) Estadual
( ) Federal
( ) Privado
( ) Autônomo

1.7. Se você está atuando em setor público, está em que condição?
( ) Efetivo
( ) Contratado
( ) Cargo Comissionado
( ) Prestador de Serviços

1.8. Faixa de remuneração mensal (bruta) atual em seu principal emprego na área de Psicologia:
( ) Menos de R$ 2.000
( ) Entre R$ 2.001 e R$ 4.000
( ) Entre R$ 4.001 e R$ 6.000
( ) Entre R$ 6.001 e R$ 8.000
( ) Acima de R$ 8.001

1.9 Como você avalia sua satisfação em relação ao retorno financeiro?
( ) Muito satisfeito
( ) Satisfeito
( ) Insatisfeito
( ) Muito insatisfeito

1.10. Quantas horas por semana você trabalha, em média, em seu principal emprego na área de Psicologia?
( ) Menos de 20 horas
( ) Entre 20 e 30 horas
( ) Entre 31 e 40 horas
( ) Mais de 40 horas

2. Continuidade dos Estudos
2.1. Você prosseguiu com estudos após a graduação?
( ) Sim, fiz especialização
( ) Sim, fiz mestrado
( ) Sim, fiz doutorado
( ) Sim, fazendo especialização
( ) Sim, fazendo mestrado
( ) Sim, fazendo doutorado
( ) Não continuei meus estudos

2.2. Sua especialização foi em que tipo de instituição?
( ) público
( ) privado
( ) público e privado

2.3. Se não, você pretende continuar seus estudos?
( ) Sim
( ) Não

3. Satisfação com a Formação Acadêmica
3.1. Como você avalia a qualidade da formação que recebeu no curso de Psicologia?
( ) Excelente
( ) Boa
( ) Regular
( ) Ruim

3.2. O curso atendeu às suas expectativas profissionais?
( ) Totalmente
( ) Parcialmente
( ) Não atendeu

3.3 O currículo do curso de Psicologia do Centro Universitário Vértice - Univértix atendeu às suas expectativas de formação profissional?
( ) Sim
( ) Parcialmente
( ) Não

3.4 A quantidade e qualidade das atividades práticas e estágios oferecidos pelo curso foram adequadas para sua formação?
( ) Sim, totalmente
( ) Sim, mas com ressalvas
( ) Não, foram insuficientes

3.5 Como você avalia, de forma geral, a sua formação no curso de Psicologia do Centro Universitário Vértice - Univértix?
( ) Muito satisfeito
( ) Satisfeito
( ) Insatisfeito
( ) Muito insatisfeito

3.6 Como você avalia a qualidade do corpo docente durante sua formação?
( ) Excelente
( ) Boa
( ) Regular
( ) Insuficiente

3.7. Você recomendaria o curso de Psicologia do Centro Universitário Vértice - Univértix para futuros alunos?
( ) Sim

( ) Não

3.8. Você teve oportunidades suficientes de participar de projetos de extensão e pesquisa durante o curso?
( ) Sim
( ) Não, mas gostaria de ter tido mais
( ) Não tive interesse

3.9. Você acredita que o aprendizado com os artigos científicos, as publicações no FAVE ajudaram em sua formação?
( ) Sim
( ) Não, mas gostaria de ter tido mais
( ) Não tive interesse

4. Desenvolvimento de Competências e Habilidades
4.1. O curso de Psicologia proporcionou o desenvolvimento das seguintes competências necessárias para sua atuação profissional?
(Avalie de 1 a 5, sendo 1 = discordo totalmente e 5 = concordo totalmente)
 Capacidade de comunicação com pacientes/clientes (1)(2)(3)(4)(5)
 Capacidade de trabalhar em equipe (1)(2)(3)(4)(5)
 Desenvolvimento de pensamento crítico e analítico (1)(2)(3)(4)(5)
 Capacidade de resolver problemas (1)(2)(3)(4)(5)
 Habilidade em pesquisa e produção científica (1)(2)(3)(4)(5)

4.2 Você considera que o Centro Universitário Vértice - Univértix preparou adequadamente para o mercado de trabalho em Psicologia?
( ) Sim, plenamente preparado(a)
( ) Parcialmente preparado(a)
( ) Não, insuficientemente preparado(a)

4.3 Você acredita que o Centro Universitário Vértice - Univértix contribuiu para o desenvolvimento de competências necessárias para atuar como psicólogo?
( ) Sim, completamente
( ) Parcialmente
( ) Não

5. Contribuição do curso para o desenvolvimento pessoal e social
5.1. O curso de Psicologia contribuiu para o seu desenvolvimento pessoal?
( ) Muito
( ) Moderadamente
( ) Pouco
( ) Não contribuiu

5.2. O curso ajudou a desenvolver sua capacidade de interação social e convivência em diferentes contextos?
( ) Muito

( ) Moderadamente
( ) Pouco
( ) Não contribuiu

6. Sugestões.
6.1. Você tem sugestões ou recomendações para a melhoria do curso de Psicologia?
( ) Sim (especifique): _____
( ) Não

EVOLUÇÃO DAS NOTIFICAÇÕES DE AFASTAMENTO POR TRANSTORNOS RELACIONADOS AO ESTRESSE NO TRABALHO EM MINAS GERAIS ENTRE 2015 E 2024

ACADÊMICAS: Auane de Lima Paiva e Laura de Oliveira Veloso do Carmo

ORIENTADORA: Cíntia Mendes de Assis

LINHA DE PESQUISA: Psicologia e Processos Clínicos e da Saúde

RESUMO

Os Transtornos Mentais e Comportamentais são caracterizados como condições clinicamente significativas, nas quais estão presentes alterações do modo de pensar e do humor (emoções) e comportamentos associados com angústia pessoal e/ou deterioração do funcionamento. Nos últimos anos, especialmente após o início da pandemia de Covid-19, os transtornos mentais e comportamentais vêm ganhando crescente destaque no debate sobre saúde pública, com ênfase nos impactos causados pelo estresse, ansiedade e outras manifestações psicossociais no ambiente de trabalho. Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi avaliar a evolução das notificações por transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (CID-10 F40 - F48), no estado de Minas Gerais no período de 2015 a 2024. Trabalhos como este são importantes para ampliar a compreensão sobre a relevância da Psicologia no ambiente do trabalho, evidenciando a necessidade da presença desse profissional para garantir um espaço mais saudável, acolhedor e promotor de bem-estar emocional. Este trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. Os dados utilizados foram extraídos do DATASUS, do Ministério da Saúde, especificamente pela plataforma TABNET, que reúne notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho. Foram notificados 10.407 casos de transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (CID-10 F40 - F48) no estado de Minas entre 2015 e 2024. Diante dessa perspectiva, torna-se fundamental a estruturação de cuidados psicossociais eficazes no ambiente ocupacional, com base nos dados apresentados, bem como na observação dos direitos garantidos pela legislação trabalhista brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: transtornos mentais; saúde do trabalhador; notificação compulsória.

1 INTRODUÇÃO

O absenteísmo no ambiente de trabalho representa um desafio significativo para as organizações, gestores e colaboradores. Sua ocorrência provoca interrupções nos processos produtivos, exige a redistribuição das tarefas e acaba gerando sobrecarga entre os demais membros da equipe, resultando em queda de produtividade e impactos negativos no desempenho geral da instituição (Barbieri; Cheade; Santi, 2018).

As faltas ao trabalho, na maioria das vezes, podem indicar a existência de problemas relacionados à saúde do trabalhador. E apesar das melhorias nas condições gerais de saúde da população mundial ao longo dos últimos 100 anos, os afastamentos do trabalho por motivo de doença têm crescido nos países industrializados desde a década de 1950. Esse aumento gera impactos significativos, resultando em elevados custos para as economias ao redor do mundo (Barbieri; Cheade; Santi, 2018). No Brasil, estima-se que milhões de pessoas sofrem com depressão e transtornos relacionados à ansiedade, segundo dados da Organização Mundial da Saúde. Além dos impactos significativos na saúde dos indivíduos, esses distúrbios contribuem para a perda de bilhões de dias de trabalho por ano, gerando um prejuízo de quase 1 trilhão de dólares para a economia mundial (OMS, 2022).

Os Transtornos Mentais e Comportamentais são caracterizados como condições clinicamente significativas, nas quais estão presentes alterações do modo de pensar e do humor (emoções) e comportamentos associados com angústia pessoal e/ou deterioração do funcionamento (OMS, 2022).

Segundo Pimenta *et al.* (2024), os Transtornos Mentais e Comportamentais Relacionados ao Trabalho (TMCRT) correspondem a diversos diagnósticos presentes na Classificação Internacional de Doenças (CID-10). Desde 1999, são oficialmente reconhecidos pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. Além disso, fatores relacionados ao trabalho podem impactar a saúde mental dos trabalhadores, por exemplo, a exposição a agentes tóxicos, a altos níveis de ruído, a situações de risco à integridade física, a formas de organização do trabalho e políticas de gestão que não atentam aos limites físicos e psíquicos do trabalhador.

O adoecimento impacta diretamente a força de trabalho economicamente ativa, reduzindo sua produtividade e gerando custos significativos para o Estado. Além disso, contribui para processos de exclusão social, o que intensifica o sofrimento crônico dos indivíduos adoecidos e perpetua um ciclo de desgaste. Contudo, é notório que as ausências frequentes no ambiente de trabalho podem indicar a necessidade de recuperação diante das tensões ocupacionais, sendo que afastamentos prolongados podem sinalizar a presença de problemas mais sérios (Cardoso; Araújo, 2016).

A recente atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), por meio da Portaria MTE nº 1.419/2024, incluiu formalmente os riscos psicossociais no Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGR), exigindo das empresas não

apenas a identificação de fatores como assédio, sobrecarga e estresse crônico, mas também a adoção de medidas efetivas de prevenção e cuidado. Tal regulamentação impõe às organizações de diversos setores o desafio de repensar suas práticas relacionadas à saúde mental no trabalho, incentivando a superação de ações simbólicas em prol de uma cultura de cuidado genuíno. No entanto, sua efetividade depende de aspectos como a capacidade técnica das instituições, o comprometimento das lideranças, a clareza dos mecanismos de compliance e o suporte institucional à sua implementação (Menezes, 2024).

Nos últimos anos, especialmente após o início da pandemia de Covid-19, os transtornos mentais e comportamentais vêm ganhando crescente destaque no debate sobre saúde pública, com ênfase nos impactos causados pelo estresse, ansiedade e outras manifestações psicossociais no ambiente de trabalho. Os transtornos neuróticos, classificados sob os códigos F40 a F48 da CID-10, englobam uma série de condições que afetam de forma significativa a qualidade de vida dos indivíduos e sua produtividade, sendo muitas vezes subnotificados ou negligenciados nos serviços de saúde (Silva; Caveião, 2016).

No estado de Minas Gerais, o monitoramento dessas notificações é essencial para compreender a realidade dos trabalhadores, identificar os períodos de maior incidência e subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à saúde mental ocupacional. A análise de tendências temporais pode revelar padrões importantes, como picos relacionados a crises sanitárias, alterações econômicas ou transformações no mercado de trabalho. Dessa forma, este estudo se justifica pela necessidade de conhecer a dinâmica das notificações por transtornos neuróticos relacionados ao estresse no período de 2015 a 2024, contribuindo com dados concretos para o planejamento de ações preventivas, estratégias de acolhimento psicológico e fortalecimento da vigilância em saúde mental no âmbito do SUS e da saúde do trabalhador (Cardoso; Araújo, 2016).

Contudo, tem-se a seguinte questão norteadora: qual a evolução das notificações por transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (CID-10 F40 - F48) no estado de Minas Gerais entres os anos de 2015 e 2024?

Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi avaliar a evolução das notificações por transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (CID-10 F40 - F48), a fim de compreender a realidade da saúde mental

dos trabalhadores e subsidiar ações de prevenção e promoção do bem-estar no ambiente ocupacional.

Trabalhos como este são importantes para ampliar a compreensão sobre a relevância da Psicologia no ambiente do trabalho, evidenciando a necessidade da presença desse profissional para garantir um espaço mais saudável, acolhedor e promotor de bem-estar emocional. Além disso, contribuem para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de prevenção e intervenção mais eficazes no cuidado com a saúde mental dos trabalhadores. A partir dessa reflexão, espera-se que as organizações e gestores passem a valorizar ainda mais o cuidado psicológico no ambiente laboral, promovendo ações que minimizem os fatores de risco psicossociais e incentivem o cuidado contínuo com a saúde mental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os Transtornos Mentais e Comportamentais têm se consolidado como uma das principais causas de afastamento do trabalho no Brasil, especialmente devido ao impacto significativo que exercem sobre a saúde e a funcionalidade dos trabalhadores. Essas condições muitas vezes estão associadas a estressores psicossociais no ambiente laboral, que resultam em absenteísmo prolongado e queda na produtividade. Estudos evidenciam que episódios como depressão e ansiedade são responsáveis por uma parcela expressiva dos afastamentos registrados entre servidores públicos e profissionais da saúde, apontando para a necessidade urgente de políticas de prevenção e cuidado em saúde mental nos espaços de trabalho (Costa, 2015).

A sobrecarga de trabalho, aliada à escassez de recursos humanos e à rigidez nas estruturas organizacionais, tem contribuído significativamente para o aumento dos afastamentos por transtornos mentais entre servidores públicos federais. Entre 2015 e 2024, observou-se uma média anual de 215 afastamentos por motivos de saúde mental, sendo a depressão e a ansiedade os diagnósticos mais prevalentes. Essas condições são frequentemente exacerbadas por fatores como a dificuldade de mobilidade entre equipes e a pressão decorrente da falta de reposição de pessoal (Sindfesp, 2024).

Os Transtornos Mentais e Comportamentais representam uma parcela significativa dos afastamentos no serviço público, como evidenciado por estudo realizado no Tocantins, onde 29,2% dos afastamentos registrados foram atribuídos a

essas condições. Essa estatística ressalta a necessidade de políticas públicas eficazes que abordem não apenas os custos financeiros associados ao absenteísmo, mas também os impactos humanos e sociais decorrentes do adoecimento mental dos trabalhadores (Leão *et al.*, 2015).

Durante a pandemia de Covid-19, os agentes comunitários de saúde enfrentaram desafios adicionais que impactaram sua saúde mental. Estudo conduzido em Minas Gerais identificou prevalências elevadas de ansiedade (41,8%) e depressão (31,6%) entre esses profissionais, associadas a fatores como excesso de trabalho, insuficiência de equipamentos de proteção individual e responsabilidades ampliadas no contexto pandêmico (Fernandes *et al.,* 2023).

A dependência de substâncias psicoativas tem sido uma causa relevante também de afastamentos por transtornos mentais. O uso de álcool e outras drogas compromete a capacidade funcional dos trabalhadores, levando a quadros de desorganização, aumento do absenteísmo e dificuldades no cumprimento das tarefas laborais. Esses fatores evidenciam a necessidade de intervenções específicas voltadas para a prevenção e o tratamento da dependência química no ambiente de trabalho (Silva, 2020).

Além disso, dados apontam que as mulheres são desproporcionalmente afetadas, representando 65,8% dos afastamentos por transtornos mentais. A faixa etária entre 35 e 49 anos também se destaca como a mais vulnerável, refletindo as pressões e exigências do auge da vida profissional (Shimaoka *et al.,* 2023).

Para compreender esse fenômeno, modelos teóricos como o Demanda-Controle-Apoio Social (DCA) e o Desequilíbrio Esforço-Recompensa (DER) são amplamente utilizados. Esses modelos explicam como os fatores psicossociais no ambiente de trabalho, como alta demanda, baixo controle sobre as tarefas e ausência de apoio social, podem levar ao adoecimento mental (Silva; Fischer, 2015). Segundo Brito e Rimes (2023), a exposição constante a estressores ocupacionais está associada ao desenvolvimento de sintomas como ansiedade, depressão, insônia e alterações no comportamento social e emocional.

O impacto econômico desse adoecimento também é relevante. Em 2024, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) gastou quase R$ 3 bilhões com benefícios para trabalhadores afastados por transtornos mentais, sendo que a média de duração dos afastamentos foi de três meses (Soares, 2025). Esses dados reforçam a urgência de políticas públicas e ações preventivas dentro das organizações, voltadas à

promoção da saúde mental e à criação de ambientes laborais saudáveis e acolhedores (Brasil, 2023).

3 METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. Segundo Rodrigues *et al.* (2021), o método quantitativo permite um olhar mais amplo sobre os fenômenos coletivos, avaliando-os com base em dados numéricos, sendo um estudo descritivo que visa retratar e classificar aspectos de uma população ou evento específico de forma objetiva, sem alterar ou distorcer a realidade.

Foram verificadas as notificações registradas relacionadas a transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (CID-10 F40 - F48) no estado de Minas Gerais entre os anos de 2015 e 2024. Esse período justifica-se por abranger os dados mais recentes disponíveis na plataforma pesquisada.

Os dados utilizados foram extraídos do DATASUS, do Ministério da Saúde, especificamente da plataforma TABNET, que reúne notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho. As informações foram obtidas exclusivamente por meio da base de dados do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), o que pode ser reafirmado no link a seguir: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/transmentalmg.def.

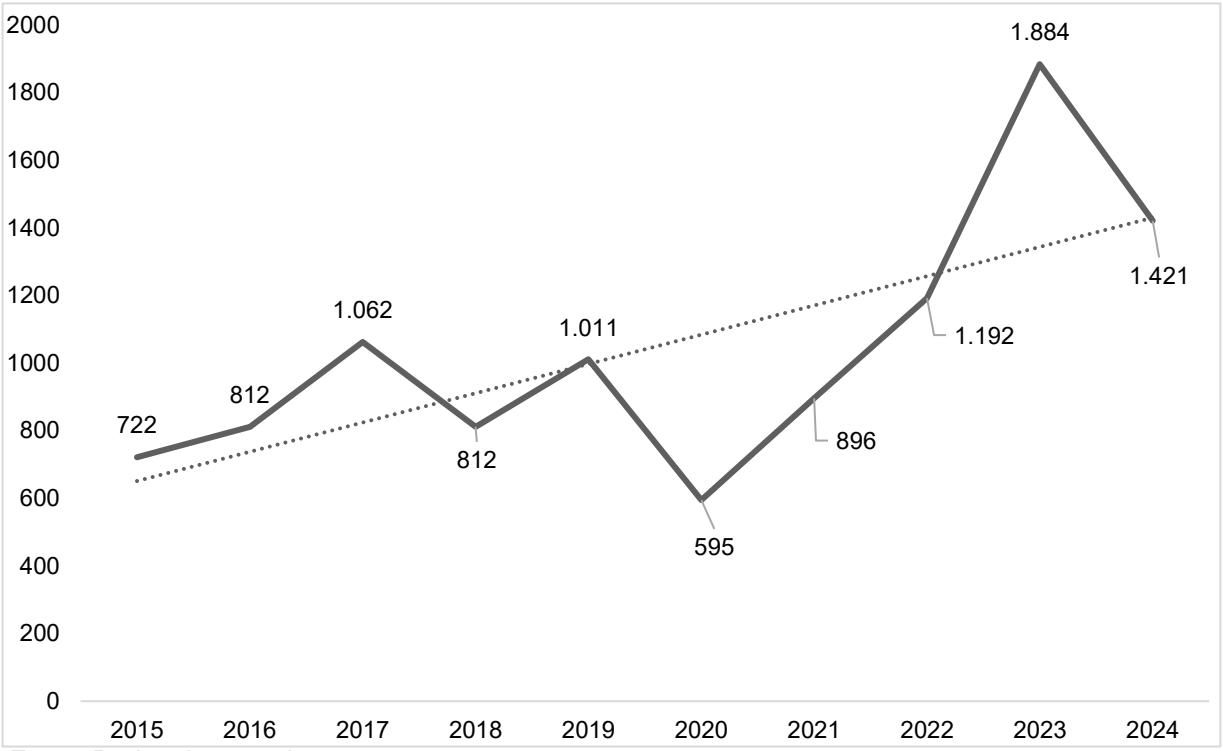
Os dados coletados foram organizados e processados em planilhas por meio do software Microsoft Excel, sendo analisados com o uso de técnicas de estatística descritiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram notificados 10.407 casos de transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (CID-10 F40 - F48) no estado de Minas entre 2015 e 2024. A Figura 1 mostra a evolução no número de notificações.

Figura 1 – Número de notificações de transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e

transtornos somatoformes (CID-10 F40 - F48) no estado de Minas entre 2015 e 2024.



Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 1 evidencia uma tendência de crescimento ao longo dos anos das notificações. Destaca-se o crescente número de casos entre os anos de 2021 e 2023, sendo que neste ano, observou-se o pico mais elevado de notificações em toda a série histórica.

O aumento das notificações de transtornos mentais a partir de 2021 pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo o impacto prolongado da pandemia de Covd-19, que intensificou o estresse, a ansiedade e a depressão na população. Além disso, houve uma ampliação dos serviços de saúde mental e uma maior conscientização sobre a importância do diagnóstico e tratamento desses transtornos, o que contribuiu para o aumento das notificações (Brasil, 2021). Essa elevação nas notificações pode ser resultado tanto de um maior número de casos quanto de um aumento na capacidade de diagnóstico. A pandemia exacerbou fatores de risco para transtornos mentais, enquanto investimentos em saúde mental, como a expansão dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), melhoraram a detecção e o registro desses casos (Brasil, 2021).

Tendo em vista que, assim como destacado acima, a pandemia de Covid-19 teve um impacto significativo na saúde mental da população. De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), houve um aumento de 25% na

prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo durante o primeiro ano da pandemia, devido ao isolamento social, medo de infecção, luto e dificuldades financeiras (OPAS, 2022).

A Tabela 1 abaixo apresenta os dados da evolução do número de notificações de transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (CID-10 F40-F48) no estado de Minas Gerais, no período de 2015 a 2024, assim como a variação percentual anual desses registros. Os dados mostram instabilidades em alguns períodos, com aumentos expressivos nos anos de 2017, 2021 e 2023 e quedas acentuadas em 2018, 2020 e 2024.

Tabela 1 – Número de notificações e coeficiente de variação entre os anos de transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (CID-10 F40 - F48) no estado de Minas Gerais entre 2015 e 2024.

Ano	N	Variação (%)
2015	722	-
2016	812	+12,46 %
2017	1062	+30,78%
2018	812	-23,56%
2019	1011	+24,51%
2020	595	-41,14%
2021	896	+50,59%
2022	1192	+33,26%
2023	1884	+58,03%
2024	1421	-24,59%
Total	10407	-

Fonte: Dados da pesquisa.

De forma geral, os dados apresentados na Tabela 1 evidenciam variações importantes no número de notificações de transtornos neuróticos, transtornos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes no estado de Minas Gerais entre 2015 e 2024.

Observa-se um crescimento expressivo em determinados anos, como 2021 (+50,59%) e 2023 (+58,03%), possivelmente relacionado ao impacto prolongado da pandemia de Covid-19 sobre a saúde mental da população.

Esse crescimento pode ser explicado pelos impactos da pandemia de Covid-19, que agravou fatores psicossociais como isolamento, medo da infecção, luto e sobrecarga laboral. Tais condições favoreceram o desenvolvimento de quadros de sofrimento mental, especialmente ansiedade e depressão, amplamente relatados entre trabalhadores. A maior visibilidade das questões de saúde mental no contexto da pandemia também pode ter contribuído para a intensificação dos diagnósticos e notificações formais dos casos (Fernandes *et al.,* 2023).

Dessa forma, o governo brasileiro implementou políticas públicas para enfrentar o aumento dos transtornos mentais, incluindo investimentos significativos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Em 2021, foram investidos mais de R$ 57 milhões em políticas públicas de saúde mental, com a habilitação de novos serviços e aumento do custeio de programas existentes (Brasil, 2021).

É essencial manter e ampliar o apoio em saúde mental para continuar investindo na expansão e qualificação dos serviços de saúde mental, promover campanhas de conscientização e implementar programas de prevenção e promoção da saúde mental no ambiente de trabalho. A criação de departamentos específicos e a recomposição financeira dos serviços são passos importantes nessa direção. Portanto, as ações de prevenções podem incluir também a implementação de programas de promoção da saúde mental nos ambientes laborais, capacitação de gestores e profissionais para a identificação precoce de sinais de sofrimento psíquico, além da ampliação do acesso a serviços de apoio psicológico e psiquiátrico. Políticas de valorização do trabalhador, melhoria das condições de trabalho e incentivo ao equilíbrio entre vida pessoal e profissional também foram fortalecidas como estratégias para reduzir os impactos desses transtornos na população economicamente ativa (Brasil, 2021).

Por outro lado, o período também registrou quedas, destacando-se os anos de 2018 (-23,56%), 2020 (-41,14%) e 2024 (-24,59%). Essas reduções podem refletir desde subnotificações até limitações no acesso aos serviços de saúde mental, especialmente em 2020, ano crítico da pandemia, quando muitos atendimentos foram interrompidos ou redirecionados para demandas emergenciais (Brant, 2016).

Segundo Soares (2025), a evolução das notificações de afastamento por transtornos mentais relacionados ao estresse no trabalho entre 2020 e 2024 revela um cenário preocupante para a saúde mental dos trabalhadores no Brasil. Esse período foi marcado por um aumento expressivo dos afastamentos, impulsionado por fatores como a pandemia de Covid-19, mudanças nas dinâmicas laborais e pressões socioeconômicas. Em 2024, o Brasil registrou um recorde de 472.328 afastamentos do trabalho por transtornos mentais, representando um aumento de 68% em relação ao ano anterior. O crescimento desses afastamentos está diretamente associado aos efeitos da pandemia, como luto, isolamento social, insegurança financeira e sobrecarga de trabalho.

Estudos apontam que diversos fatores psicossociais no ambiente de trabalho exercem influência significativa sobre a saúde mental dos trabalhadores. Entre esses fatores, destacam-se as condições de trabalho como a qualidade do ambiente físico, a disponibilidade de equipamentos adequados, o grau de autonomia, a possibilidade de participação nas decisões, o relacionamento interpessoal, a presença de uma cultura organizacional de suporte, além de aspectos individuais, como a percepção do valor social do trabalho, as oportunidades de desenvolvimento profissional e o sentido atribuído à atividade laboral (Silva; Tolfo, 2022).

Essas oscilações reforçam a necessidade de fortalecimento das políticas públicas de saúde mental e da estruturação de um sistema de vigilância mais rigoroso, capaz de captar de forma contínua e confiável os casos relacionados aos transtornos mentais. Além disso, os dados sugerem que crises sanitárias e contextos sociais críticos podem impactar diretamente os registros e, possivelmente, a prevalência desses transtornos na população.

Diante dessa perspectiva, torna-se fundamental a estruturação de cuidados psicossociais eficazes no ambiente ocupacional, com base nos dados apresentados, bem como na observação dos direitos garantidos pela legislação trabalhista brasileira. A melhoria das condições laborais contribui diretamente para a prevenção do adoecimento mental, ao evitar que o trabalho se torne um fator desencadeante de sofrimento psíquico. Nesse contexto, a prevenção de exposições adversas no ambiente de trabalho revela-se uma medida urgente, além de representar um passo importante na mitigação das demandas físicas e psicossociais enfrentadas pelos trabalhadores (Freitas *et al.,* 2021).

Os dados evidenciados na tabela reforçam a urgência de ações voltadas à saúde mental no contexto laboral, sobretudo diante do crescimento expressivo de notificações em determinados anos. A discussão sobre a manutenção e ampliação do apoio psicológico aos trabalhadores torna-se central, uma vez que ambientes de trabalho inadequados somados a pressões cotidianas, podem ser fatores determinantes no adoecimento psíquico.

Diante do aumento das notificações de transtornos mentais e comportamentais ao longo dos anos, torna-se essencial a implementação de estratégias efetivas para manter e ampliar o apoio em saúde mental voltado aos trabalhadores. Para evitar que esses números sigam essa tendência de crescimento, é necessário investir em políticas públicas que promovam ambientes de trabalho mais saudáveis, com ênfase

na prevenção, detecção precoce e acolhimento dos casos. A criação de programas institucionais de apoio psicológico, a capacitação de gestores para o manejo adequado de situações relacionadas ao sofrimento psíquico, bem como a garantia de acesso facilitado a serviços especializados são medidas fundamentais (Rocha, 2023).

É possível considerar que os aumentos observados no número de notificações ao longo dos anos refletem não apenas um crescimento real no número de casos de transtornos mentais e comportamentais, mas também uma ampliação na capacidade de diagnóstico e registro por parte dos serviços de saúde. A elevação nos anos de 2017, 2021 e 2023 pode estar ligada tanto ao agravamento das condições psicossociais, sobretudo em contextos de crise como a pandemia, quanto a uma maior conscientização das instituições e profissionais para a identificação e notificação desses transtornos. Contudo, os dados sugerem uma combinação de ambos os fatores: mais casos reais e um aumento na identificação e realização dos diagnósticos.

Portanto, os dados sugerem que o crescimento nas notificações reflete tanto um aumento real nos casos de transtornos mentais quanto avanços na detecção e formalização dos diagnósticos. Destaca-se também a necessidade contínua de políticas públicas que promovam ambientes de trabalho mais saudáveis e a integração efetiva entre as políticas de saúde do trabalhador e de saúde mental (Brant, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise realizada, foi possível observar que os transtornos mentais e comportamentais relacionados ao trabalho, em especial aqueles classificados entre o (CID-10 F40-F48), apresentaram variações significativas ao longo dos anos, com destaque para o aumento expressivo no período pós-pandêmico em Minas Gerais. Os dados obtidos reforçam o impacto da pandemia de Covid-19 na saúde mental dos trabalhadores e evidenciam a necessidade de políticas públicas eficazes voltadas à prevenção, diagnóstico precoce e promoção do cuidado psicossocial.

O estudo destaca ainda a importância da atuação interdisciplinar, sobretudo da Psicologia no contexto organizacional, como estratégia essencial para o enfrentamento dos fatores psicossociais associados ao adoecimento mental. O tempo analisado entre 2015 e 2024 aponta para a urgência de fortalecer ações institucionais que promovam ambientes laborais mais humanizados e saudáveis. Espera-se,

portanto, que os resultados apresentados sirvam de base para o desenvolvimento de novas estratégias de cuidado em saúde mental no trabalho, contribuindo para uma cultura organizacional mais empática, inclusiva e comprometida com o bem-estar coletivo.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, A. R.; CHEADE, M. F. M.; SANTI, D. B. Absenteísmo-doença no serviço público brasileiro: uma revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, *[s. l.],* v. 16, n. 1, p. 100–109, 2018. Disponível em: https://cdn.publisher.gn1.link/rbmt.org.br/pdf/v16n1a11.pdf. Acesso em: 5 abr. 2025.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). **Transtornos mentais e adoecimento no ambiente de trabalho: como enfrentar?** Brasília: CNS, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/transtornos-mentais-e-adoecimento-no-ambiente-de-trabalho-como-enfrentar. Acesso em: 14 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde investiu mais de R$ 57 milhões em políticas públicas de Saúde Mental no ano de 2021. **Brasília: Ministério da Saúde**, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021/dezembro/ministerio-da-saude-investiu-mais-de-r-57-milhoes-em-politicas-publicas-de-saude-mental-no-ano-de-2021. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRANT, José Moreira; MENEZES, Paulo Ricardo. Transtornos mentais relacionados ao trabalho: desafios para a vigilância em saúde. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 645–657, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepid/a/Yh6T8zjCBZR4VhZVL3KzHNt. Acesso em: 14 maio 2025.

BRITO, A. F. S.; RIMES, T. S. Análise dos transtornos mentais relacionados ao trabalho. **Cadernos ESP,** Fortaleza, v. 18, n. 1, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.54620/cadesp.v18i1.1830. Acesso em: 14 abr. 2025.

CARDOSO, M. A. C. B., &, ARAÚJO, T. M. Os Centros de Referências em Saúde do Trabalhador e as ações em saúde mental: um inquérito no Brasil. **Revista. Brasileira de Saúde Ocupacional,** *[s. l.],* 41, e7, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbso/a/8Bs9cytR3gzdHcrGMb98Nyt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 05 abr. 2025.

COSTA, V. S.; LOURENÇO, L. G.; NOBRE, L. L.; GUIMARÃES, M. do C. L.; LOURENÇO, R. A.; LIMA-COSTA, M. F. Afastamento do trabalho por transtornos mentais e estressores psicossociais ocupacionais**. Revista Brasileira de Epidemiologia,** São Paulo, v. 18, n. 4, p. 735–744, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepid/a/scrmsyPfcnkCQhSdX3H9S3r. Acesso em: 8 abr. 2025.

FERNANDES, T. F.; RAMOS, V. O.; CÂNDIDO, E. O.; MENDES, K. L. da S. Condições de trabalho e saúde mental de agentes comunitários de saúde na pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, *[s. l.],* v. 28, n. 10, p. 2931–2940, 2023. Disponível em: https://scielosp.org/article/csc/2023.v28n10/2931-2940/. Acesso em: 14 abr. 2025.

FREITAS, P. P. de; LOPES, M. S.; ASSUNÇÃO, A. Á.; LOPES, A. C. S. Saúde e trabalho no Brasil: demandas físicas e psicossociais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 9, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/pTCPRHzhjPST9WzRphkpXYk/?format=pdf&lang=en. Acesso em: 24 abr. 2025.

LEÃO, L. E. C.; SOUSA, K. C. O.; MACÊDO, F. F.; LIMA, S. A. S.; RÊGO, R. M. S.; SOUSA, C. F. A. Afastamentos por transtornos mentais entre servidores públicos federais no Tocantins. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 40, n. 132, p. 156–169, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbso/a/WMrVjmdcGFZf5LDrVRhTMFz/. Acesso em: 14 abr. 2025.

MENESES, Bárbara Letícia Almeida. **Nova NR-1 e o Impacto Multinível das Exigências Legais sobre Saúde Mental nas Empresas Brasileiras: Da Conformidade à Cultura de Cuidado**. **Journal of Convergent Scientific Inquiry (ISSN 3085-8356)**, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, p. 34–48, 2024. Disponível em: https://jcsi.ufrdj.com/index.php/jcsi/article/view/8. Acesso em: 5 jul. 2025.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Pandemia de COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo**. 2022. Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em. Acesso em: 23 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Diretrizes sobre saúde mental no trabalho**. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/363177/9789240053052-eng.pdf?sequence=1. Acesso em: 06 abr. de 2025.

PIMENTA, N. M.; SCREPANTI, R. R.; OLIVEIRA, R. S. S.; SILVEIRA, R. W.; MINASSE, C. Y. Transtornos mentais relacionados ao trabalho entre 2018 e 2023 em Minas Gerais: um estudo ecológico. **Revista Brasileira de Saúde e Reavaliação**, *[s. l.],* v. 7, n. 9, p. e75953, 2024. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/75953/52884. Acesso em: 5 abr. 2025.

ROCHA, R. A. P.; SEVERIANO, L. L.; SILVA, P. N. Análise das políticas de saúde do trabalhador e saúde mental: uma proposta de articulação. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 137, p. 449–463, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/QTS7hML3vsnbNyhNtSYfWCG/. Acesso em: 14 maio 2025.

RODRIGUES, T. D. F. F.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, J. A. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 154–174, 2021. Disponível em: https://www.emnuvens.com.br/revistaprisma/article/view/2. Acesso em: 6 abr. 2025.

SINDFESP - SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO. **Em média, 215 servidores públicos se afastam todos os anos para cuidar da saúde mental**. 2024. Disponível em: https://www.sindfesp.org.br/noticia/005/2024/05/28/em-media-215-servidores-publicos-se-afastam-todos-os-anos-para-cuidar-da-saude-mental-/602.html. Acesso em: 14 abr. 2025.

SHIMAOKA, A. M.; SANTOS, R. A.; PEREIRA, C. F.; CASTRO, A. C.; LIMA, E. H. **Ansiedade no trabalho em tempos de mudança: tendências e perfis durante e pós-pandemia no estado de São Paulo 2020-2023**. SciELO Preprints*, [s. l.],* 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11019. Acesso em: 14 abr. 2025.

SILVA, J. S.; FISCHER, F. M. Afastamento do trabalho por transtornos mentais e estressores psicossociais ocupacionais. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 735-744, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-5497201500040005. Acesso em: 14 abr. 2025.

SILVA, J. S.; OLIVEIRA, M. V.; LIMA, R. C.; MARTINS, E. A. Transtornos mentais e comportamentais em trabalhadores: estudo sobre os afastamentos laborais. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 54, e03614, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reeusp/a/vxYwNTZwvpWTf6ZFM9RnY3k/. Acesso em: 14 abr. 2025.

SILVA, M. G.; TOLFO, S. R. Processos psicossociais, saúde mental e trabalho em um instituto federal de educação. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 74, e13, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbso/a/6RmYJyXghD4xfdjfN3dsc7C/. Acesso em: 22 abr. 2025.

SILVA, M. M.; CAVEIÃO, C. Análise dos afastamentos de saúde dos trabalhadores de ensino de Divinópolis – MG. **Revista Saúde e Desenvolvimento**, *[s. l.]*, v. 10, n. 5, p. 138–156, 2016. Disponível em: https://www.revistasuninter.com/revistasaude/index.php/saudeDesenvolvimento/article/view/562?articlesBySameAuthorPage=2. Acesso em: 05 abr. 2025.

SOARES, G. **Brasil enfrenta crise de saúde mental com mais de 472 mil afastamentos em 2024**. Jornal Opção, Goiânia, 10 mar. 2025. Disponível em: https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/brasil-enfrenta-crise-de-saude-mental-com-mais-de-472-mil-afastamentos-em-2024-687203. Acesso em: 14 abr. 2025.

MATERNIDADE SOLO E SAÚDE MENTAL: ENFOQUE NA EXPERIÊNCIA FEMININA

ACADÊMICAS: Camila Cristina da Silva Corrêa; Thaís Cornélio Pinheiro.

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Profª Ma. Fernanda Bicalho Pereira.

LINHA DE PESQUISA: Psicologia e Processos Clínicos e da Saúde.

RESUMO

Este projeto de pesquisa teve como objetivo analisar as experiências de mulheres que chefiam famílias monoparentais e seus impactos na saúde mental, que na literatura, é conceituada como maternidade solo ou famílias monoparentais. A pesquisa qualitativa, com método fenomenológico, investigou as vivências de mães solo por meio de entrevistas com duas participantes. A análise revelou os desafios psicossociais e as estratégias de enfrentamento adotadas no cotidiano.De acordo com pesquisas, há um grande número de mulheres brasileiras que enfrentam esta realidade, expondo-as a sobrecargas intensas ao lidar com as diversas demandas diárias, enquanto tornam-se alvos de julgamentos sociais negativos, influenciados por uma cultura patriarcal que visa não apenas controlar seus corpos, mas também impor um padrão de maternidade ideal. Os resultados evidenciaram que as mulheres que assumem a responsabilidade exclusiva pelo cuidado dos filhos enfrentam desafios substanciais, incluindo a ausência de suporte social e emocional, sobrecarga de funções e estigmatização. Esses desafios são frequentemente exacerbados por crenças sociais baseadas em uma cultura que reprova moralmente estas vivências, por não se encaixarem em seus padrões de normas conjugais, reforçando sentimentos de insuficiência, insegurança, entre outros prejuízos à sua saúde mental. No entanto, observa-se que as mães solo entrevistadas, apesar das adversidades, demonstram uma notável capacidade de adaptação, recorrendo a estratégias de enfrentamento e apoio terapêutico para superar as dificuldades impostas por essa vivência.

PALAVRAS-CHAVE: monoparentalidade; saúde mental; maternidade.

1 INTRODUÇÃO

A maternidade, sob uma perspectiva social, é culturalmente idealizada como algo divino, natural e inerente ao feminino. Espera-se que toda mulher deseje maternar, assumindo a responsabilidade pelo cuidado, alimentação e educação dos filhos, conforme o papel tradicionalmente atribuído à figura materna no núcleo familiar (Santos, 2022). Contudo, essa vivência nem sempre é marcada por romantização. Em diferentes contextos, muitas mulheres enfrentam uma maternidade solitária e desafiadora, distante do ideal socialmente construído (Silva et al., 2023).

A realidade das famílias monoparentais femininas evidencia esse contraste. Nelas, a mãe assume, sozinha, a responsabilidade pelos filhos. Muitas vezes em decorrência de separações, abandono ou violência. Essa configuração sobrecarrega

as mulheres, que precisam conciliar múltiplas demandas (cuidado, trabalho, tarefas domésticas) enquanto enfrentam pressões sociais que ainda associam o valor da mulher à abnegação materna (Silva, 2021; Santos, 2022). O sofrimento psíquico, nesse contexto, é frequentemente ignorado ou naturalizado (Santos, 2022).

Butler (2003) e Federici (2019) destacam que dispositivos de gênero operam como formas de controle sobre os corpos das mulheres, normatizando comportamentos e reforçando a associação entre maternidade e subordinação. A exclusividade do cuidado materno reforça a lógica patriarcal, isentando os homens de seus papéis parentais. Diante disso, como apontam Araújo *et al.* (2023), o apoio emocional e psicológico é fundamental para que essas mães enfrentem a sobrecarga, elaborem suas vivências e fortaleçam o cuidado consigo e com seus filhos.

O interesse pelo tema do presente estudo surgiu a partir das experiências pessoais das autoras, que cresceram sob a responsabilidade da mãe devido à ausência dos pais. Essa vivência pessoal proporcionou uma visão íntima dos desafios enfrentados por mães solo e despertou o desejo de entender melhor a situação de outras mulheres na mesma condição, partindo dos seguintes questionamentos: Como as mulheres que vivem a monoparentalidade lidam com os desafios psicossociais atrelados a essa experiência e quais estratégias de enfrentamento adotam em seu cotidiano?

Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar as experiências de maternidade de mulheres que chefiam famílias monoparentais.

Trabalhos como estes são importantes para ampliar o conhecimento e compreensão a respeito dos desafios e nuances da maternidade solo, ampliando a literatura sobre o tema e contribuindo para fomentar debates que ampliem transformações sociais que promovam qualidade de vida e garantia de direitos a essas mulheres e suas famílias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A experiência solitária vivenciada por muitas mulheres é nomeada como maternidade solo ou monoparental. Para Oliveira (2023), ela se caracteriza pela responsabilidade exclusiva da mulher na criação dos filhos e no sustento do lar, exercendo simultaneamente as funções socialmente estabelecidas como maternas e paternas. Essa condição pode ocorrer em diversos contextos, como viuvez, divórcio, abandono paterno, adoção voluntária ou reprodução assistida, sendo vivenciada de

forma singular por cada mulher, a depender de suas condições socioeconômicas e do acesso a redes de apoio (Fernandes, 2022). Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (2023), entre 2012 e 2022, o número de famílias monoparentais chefiadas por mulheres cresceu 17,8%, totalizando 11,3 milhões de brasileiras nessa condição.

Historicamente, mulheres que assumem sozinhas a responsabilidade pela família, enfrentam julgamentos sociais que colocam em xeque sua moral e competência. Como destaca Dantas (2020), a figura da mãe sem o pai presente foi, por muito tempo, vista como anômala e inaceitável dentro de uma lógica patriarcal. Em contextos de monoparentalidade, a família torna-se centrada na figura materna, o que contrasta com o modelo tradicional de família nuclear e desestabiliza as normas de gênero. Butler (2003) afirma que corpos e vidas que fogem da norma heterossexual e conjugal são socialmente regulados por dispositivos morais e simbólicos. Federici (2019), por sua vez, aponta que esse controle se dá também pelo histórico de apropriação do trabalho e do corpo das mulheres, especialmente no campo do cuidado, ainda hoje desvalorizado e invisibilizado.

Apesar dos avanços nas conquistas de direitos, as mulheres seguem sendo cobradas por não se adequarem às normas culturais que, desde a infância, as vinculam à função materna idealizada. Para as mães solo, isso se traduz em uma sobrecarga emocional, financeira e doméstica, agravada pela falta de apoio efetivo (Fernandes, 2022). Mesmo quando há presença física do pai ou de familiares, muitas mulheres se veem desamparadas, acumulando funções e sentimentos contraditórios (Silva *et al.,* 2023). A expectativa de autossuficiência, frequentemente imposta a essas mães, acentua a autoexigência e, quando frustrada, dá lugar à culpa e à sensação de insuficiência, como apontam Araújo, Fontes e Andrade (2024), tornando a maternidade solo um campo de vulnerabilidade e de resistência.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida a partir do método fenomenológico. A metodologia fenomenológica, ao privilegiar o sentido dos fenômenos tal como se apresentam à consciência, valoriza o contexto, o processo e o significado das vivências. Para isso, exige do pesquisador a suspensão de pré-conceitos, com o objetivo de acessar o fenômeno em sua forma mais autêntica (Pereira; Castro, 2021).

Para o presente estudo, foram realizadas entrevistas com base em um roteiro semiestruturado, contemplando a leitura flutuante das transcrições, a identificação das unidades de significado, a elaboração dessas unidades e, por fim, a construção de uma síntese compreensiva que buscou captar a essência das vivências maternas reveladas pelas participantes.

Tal instrumento permitiu uma escuta aberta e flexível, favorecendo a articulação entre os aspectos subjetivos das participantes e os sentidos que atribuem à experiência de maternar de forma solo.

A entrevista semiestruturada é uma ferramenta útil na pesquisa científica por permitir flexibilidade na condução, adaptando-se às necessidades do entrevistador e favorecendo a exploração mais profunda dos temas abordados. Essa flexibilidade, contudo, exige cautela para que o entrevistador não influencie nas respostas, mantendo uma postura ética e equilibrada. Ao atuar como mediador, o entrevistador pode estimular novas reflexões no entrevistado, enriquecendo a análise dos dados. No entanto, a proximidade entre entrevistador e entrevistado pode afetar a objetividade, sendo essencial que o pesquisador reconheça seu papel e avalie criticamente as informações, geralmente subjetivas, obtidas durante o processo (Santos, Jesus, Battisti, 2021).

Os critérios de inclusão adotados para a participação no estudo foram: ser mulher, maior de 18 anos, ser mãe de pelo menos um filho e reconhecer-se como mãe solo no momento da entrevista. Foram excluídas mulheres que não se encaixassem nessas condições. A seleção das participantes se deu por amostragem intencional, a partir de indicações de pessoas do círculo de convivência da pesquisadora. O contato inicial foi feito com base nessas indicações, seguido da apresentação dos objetivos, riscos e benefícios da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As entrevistas foram agendadas em horários e locais que garantissem privacidade e conforto. Os diálogos foram gravados em áudio com o consentimento das participantes, e, posteriormente, transcritos na íntegra para fins de análise.

A entrevista foi estruturada em duas partes: um breve levantamento de dados sociodemográficos e a condução da narrativa a partir de um roteiro semiestruturado, adaptado com base no instrumento utilizado por Silva (2023). As entrevistas duraram, em média, entre 40 minutos.

As entrevistas foram realizadas com duas mulheres que se reconhecem como mães solo e principais provedoras de seus lares no momento atual. Por razões éticas e da confidencialidade dos dados, foram aqui denominadas Violeta e Íris, bem como, informamos nomes fictícios às pessoas citadas pelas entrevistadas.

O estudo seguiu todas as diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012), obtendo aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa para a sua realização, por meio do parecer de número 7.301.676.

4 CATEGORIAS DE ANÁLISE DE DADOS

4.1 Tornar-se mãe solo: percursos, rupturas e a escolha possível

Íris, com 43 anos, é mãe de dois filhos, possui ensino superior completo e atua em duas frentes de trabalho: na docência e em atendimentos particulares em sua área de formação. Violeta, com 28 anos, também mãe de dois filhos, possui ensino médio completo e formação técnica em estética. Atua na área da beleza e reside com seus pais, formando um núcleo familiar com cinco pessoas. Ambas vivenciam a maternidade solo em contextos distintos, o que possibilitou uma análise rica e diversificada do fenômeno investigado. Suas histórias, embora distintas, revelam pontos de interseção: ambas assumiram a maternidade em contextos afetivos instáveis, enfrentando o rompimento com os pais dos filhos e a ausência de corresponsabilidade paterna.

No contexto da maternidade solo, o conceito de "escolha" revela-se ambíguo, pois, embora as entrevistadas tenham decidido não manter vínculos com parceiros abusivos ou negligentes, essa decisão foi tomada dentro de limites impostos pela violência e pela ausência de corresponsabilidade paterna, o que desloca a ideia de escolha livre para uma escolha possível diante da violação.

Violeta tornou-se mãe pela primeira vez aos 21 anos, após o término de um relacionamento abusivo. Ao descobrir a gravidez, sua decisão de não retomar o vínculo com o ex-companheiro foi imediata e firme:

> Quando eu descobri, eu já sabia que eu não queria ficar com aquela pessoa, porque, tipo assim, ela era muito tóxica (Violeta, 2025).

Sua ‘escolha’ pela maternidade solo emerge, assim, como um gesto de autopreservação. Ao mesmo tempo, revela os limites da ‘escolha’ diante de um cenário em que a violência psicológica e o despreparo afetivo do parceiro inviabilizavam qualquer possibilidade de partilha parental. Como aponta Silva (2024),

a monoparentalidade pode ser resultado tanto de uma decisão consciente quanto de fatores externos, como o abandono ou o não reconhecimento da paternidade. Ainda que legalmente não haja isenção de responsabilidades parentais, na prática, observa-se a persistente evasão paterna.

Íris, por sua vez, relata um percurso em que a maternidade solo surge após o fim de relacionamentos que se prolongaram, mas foram marcados pela ausência de apoio real. Ela compartilha:

> Minha primeira filha, eu tinha 16 anos, do João eu tinha 38 anos. Eu tive um tempo de relacionamento e depois foi quando terminei, né, foi interrompido os relacionamentos (Íris, 2025).

Na segunda gestação, o vínculo afetivo era ainda mais frágil, permeado por controle e violência psicológica, inclusive em momentos que envolviam o cuidado com a filha:

> Como ele era abusivo, eu tinha que sair com ele [filho mais novo] correndo [...] marcava médico por minha conta e saía com ele escondido (Íris, 2025).

As experiências das participantes evidenciam que a maternidade solo, longe de ser um projeto planejado, foi assumida como uma resposta possível a relações que adoeciam. Em ambos os casos, o rompimento não representou o início da solidão materna, mas a formalização de um cuidado que já vinha sendo exercido unilateralmente.

Essas vivências confirmam o que Santos (2022) e (Dantas, 2020) problematizam: a cultura patriarcal historicamente atribui à mulher a responsabilidade pelo cuidado e pela reprodução da vida familiar, ao passo que naturaliza a ausência masculina na criação dos filhos. A decisão de romper vínculos conjugais abusivos ou negligentes implica, para essas mulheres, assumir ainda mais sobrecarga (emocional, afetiva e financeira), sem o respaldo de políticas públicas e redes sociais que reconheçam e sustentem essa realidade.

Dessa forma, o tornar-se mãe solo é um processo marcado por rupturas, mas também por resiliência (Silva, 2023). Em contextos de violência simbólica e abandono afetivo, Íris e Violeta constroem trajetórias que revelam o enfrentamento cotidiano de estruturas de gênero que desresponsabilizam os homens e culpabilizam as mulheres. Ao seguirem sem os genitores de seus filhos, não apenas assumem seus filhos, mas assumem também a tarefa de reconstruir a própria identidade materna fora do ideal

normativo da família nuclear, tema que será aprofundado nas próximas seções (Rodrigues; Machado, 2024).

4.2 Medos, inseguranças e o desafio de “dar conta”

A maternidade solo, ainda que assumida por decisão ou necessidade, é frequentemente atravessada por sentimentos de medo, insuficiência e sobrecarga emocional (Silva, 2024). Esses sentimentos, longe de expressarem fragilidade pessoal, revelam as consequências da ausência de partilha no exercício da parentalidade e o peso das expectativas sociais construídas em torno da figura materna (Santos, 2022; Magalhães; Cunha, 2024).

Violeta, ao rememorar os primeiros momentos como mãe solo, expõe com clareza a exaustão emocional que atravessa sua experiência:

> Um dos medos era não dar conta da maternidade (...) tem dia que você esgota, tem dia que você chora, tem dia que dá vontade de desistir (...) então, pra mim evitar, eu prefiro sair de perto, me isolar por um tempo (Violeta, 2025).

Sua fala revela não apenas o medo de falhar, mas o sofrimento psíquico diante da impossibilidade de atender a todas as demandas impostas à figura materna. O isolamento aparece como estratégia de autocuidado e contenção, indicando o esforço de manter o cuidado sem repetir violências, um gesto que revela força, não fraqueza (Santos, 2022).

Íris, por sua vez, reconhece que o medo não era da função materna em si, mas da percepção social de que não seria capaz. Foi no processo terapêutico que ela reconheceu sua própria autonomia:

> No começo me sentia insegura, e aí eu fiz terapia, minha terapeuta me mostrou que eu não precisava ficar com medo porque eu já não tinha isso antes (...) eu já fazia as coisas sozinha (Íris, 2025).

Ambas as falas apontam para um conflito identitário profundo, alimentado por ideais de maternidade inatingíveis, que associam o ser mãe à abnegação absoluta e ao controle de todas as esferas da vida dos filhos. Como aponta Santos (2022), a divisão sexual do trabalho familiar atribui à mulher a centralidade das funções reprodutivas, afetivas e organizacionais, o que contribui para que as mães solo se sintam sozinhas, mesmo quando rodeadas por outras pessoas.

Para Silva (2021), a vivência da maternidade sem partilha, somada ao estigma social que recai sobre a mãe solo, pode desencadear sentimentos recorrentes de culpa, exaustão e autocobrança. O medo de “não dar conta” é, assim, menos uma reação individual e mais um efeito direto das desigualdades estruturais de gênero. A ausência de uma rede de apoio sólida, a omissão paterna e as críticas sociais silenciam o sofrimento dessas mulheres, ao mesmo tempo em que exigem delas força ininterrupta (Araujo *et al.,* 2023).

Ainda que o medo e a insegurança estejam presentes, tanto Violeta quanto Íris também expressam um processo gradual de fortalecimento. A terapia, no caso de Íris, e a reflexão crítica sobre suas decisões, no caso de Violeta, demonstram que o reconhecimento da própria capacidade não ocorre de forma espontânea, mas é construído em meio ao conflito, à dor e à resistência. Como afirma Violeta:

> Você tem que ter punho forte. Você tem que querer (Violeta, 2025).

Neste cenário, torna-se evidente que o desafio de "dar conta" não está na maternidade em si, mas na ausência de suporte e na sobrecarga imposta às mulheres. Questionar esse ideal é, portanto, não apenas um exercício de escuta sensível, mas também um gesto político de desnaturalização das desigualdades de gênero que estruturam a experiência da maternidade solo (Santos, 2022).

4.3 Julgamento social e estigmas sobre a maternidade solo

Embora Violeta e Íris apresentem trajetórias distintas, ambas compartilham uma vivência marcada por olhares estigmatizantes em relação à maternidade solo. Suas histórias revelam como o julgamento moral, ancorado em expectativas patriarcais de gênero, atravessa e influencia suas experiências subjetivas, afetivas e sociais.

Ser mãe solo, nesse contexto, não se limita à ausência de um parceiro, mas passa a ser compreendido socialmente como um sinal de falha, desvio ou insuficiência moral. Judith Butler (2003), ao discutir a normatividade de gênero, afirma que os corpos que não se conformam às normas esperadas, como a mulher que não está casada, ou não vive sob a lógica conjugal heterossexual, tornam-se passíveis de regulação, crítica e punição simbólica. A maternidade solo, por sua vez, expõe esse desvio: rompe com o modelo tradicional de família e desafia a performatividade de

gênero que associa a mulher à dependência e ao lugar subordinado dentro da conjugalidade.

Violeta expõe esse julgamento com contundência ao relatar:

> Depois que você separa, a única coisa que o homem fala é que ninguém vai te querer, porque você é mãe solo (Violeta, 2025).

Ela também comenta o julgamento sobre suas escolhas afetivas:

> Tem gente que fala que a gente escolhe as pessoas erradas, só que as pessoas não vêm com manual na testa (Violeta, 2025).

Íris por sua vez, enfrenta um duplo julgamento relacionado à idade e à estrutura familiar:

> Antes eu ouvia: 'tá muito nova pra ter filho', agora: 'você não acha que está muito velha? (Íris, 2025).
>
> Eu tenho filho de um e filho de outro, em momentos distintos da minha vida. E sofro preconceito até hoje (Íris, 2025).

Essas falas evidenciam como a mulher é constantemente regulada por uma moral social que estabelece 'tempos certos' e 'formas legítimas' de maternar, reforçando o que Silvia Federici (2019) aponta como o controle histórico do corpo e da sexualidade feminina como ferramentas fundamentais para a manutenção da ordem patriarcal e capitalista. A mãe solo, que foge ao ideal da esposa submissa e da família nuclear produtiva, é desautorizada, silenciada e culpabilizada.

Para além do julgamento simbólico, o estigma social tem efeitos concretos. Violeta e Íris reconhecem que o medo da estigmatização contribuiu para a permanência em relações abusivas:

> Eu só fui viver nesse, porque tinha acontecido a gestação (Violeta, 2025).
>
> Fiquei muito tempo tentando dentro de um relacionamento abusivo, porque eu já sabia como é esse sofrimento de ser mãe solteira, né? (Íris, 2025).

Essas experiências demonstram como o estigma da mãe solo atua como um dispositivo de controle social sobre os corpos femininos: mantém mulheres em situações de sofrimento; restringe sua liberdade e mina sua autoestima. Como destaca Silva (2023), a mulher que não se encaixa nos padrões patriarcais da maternidade é condenada moralmente, o que repercute não apenas em sua imagem social, mas também em sua saúde mental.

Ao denunciar os estigmas que enfrentam, Íris e Violeta não apenas narram suas dores, mas também rompem o silêncio que sustenta a idealização da maternidade e a culpabilização das mulheres. Expõem as contradições de uma sociedade que exige delas tudo, e oferece quase nada. Nomear esse julgamento é o primeiro passo para desnaturalizá-lo e afirmar o direito de maternar com liberdade e dignidade.

4.4 Presença materna como resistência: entre o acolhimento dos filhos e a reconstrução de si

A maternidade solo, conforme vivenciada por Violeta e Íris, é marcada por desafios que transcendem a ausência paterna e se manifestam sobretudo na sobrecarga afetiva e subjetiva da mulher. A elas são delegadas não apenas a provisão material, mas também a responsabilidade integral pela estabilidade emocional dos filhos. Exigindo presença constante, renúncias silenciosas e um esforço contínuo para preservar vínculos e identidades em meio à exaustão cotidiana.

Em contextos nos quais o pai se ausenta afetiva e materialmente, a mãe tende a torna-se o centro da vida psicológica da criança. Violeta compartilha a tentativa de mediar a dor do filho diante da rejeição paterna:

> O Joaquim chegou perto de mim [...] e me perguntou: ‘Ô mãe, por que meu pai foi embora? Eu perdi o rumo. Ali eu não soube o que eu ia responder (Violeta, 2025).

Ela complementa:

> O financeiro, pra mim, é o de menos. O mais é o... afetivo (Violeta, 2025).

Esse esforço em manter o afeto vivo mesmo sem reciprocidade do outro revela o tipo de cuidado invisível que recai sobre a mãe (Pereira, Xavier e Resende, 2024). Íris também expressa essa condição:

> A afetiva, né. Porque a gente não supre... a gente é só mãe (Íris, 2025).

Como apontam Pereira, Xavier e Resende (2024), ao perceberem o sofrimento dos filhos diante da ausência do pai, as mães acabam por tomar para si essa dor, carregando não apenas a função do cuidado, mas também a tarefa de consolar e dar sentido ao que lhes escapa.

Além do impacto afetivo nos filhos, as entrevistadas revelaram que sustentar essa presença materna exige renúncias profundas. Quando questionadas a respeito

do que precisaram ‘abrir mão’ por conta da maternidade solo, as entrevistadas responderam:

> Tudo. É praticamente tudo. [...] vendo o pai vivendo a vida. E eu ali, sendo crucificada (Violeta, 2025).

> Muita coisa. Tudo, quase, eu acho. [...] até de coisas financeiras, de coisas afetivas [...] até mesmo hoje eu não tenho suporte (Íris, 2025).

Essas falas escancaram a desigualdade de gênero ainda vigente nas relações parentais. Como sustenta Santos (2022), o modelo patriarcal estabelece que o cuidado dos filhos é obrigação da mulher, responsabilizando-a por todas as dimensões da maternidade, enquanto normaliza a omissão masculina.

Ainda assim, apesar da sobrecarga, o que emerge das falas não é a figura da mulher vitimizada, mas da mulher resistente, que reinventa estratégias para manter-se emocionalmente presente e construir laços significativos. Íris, por exemplo, compartilha como aprendeu, no processo terapêutico, a priorizar qualidade de presença:

> Aprendi na terapia a ter limite [...] quando tem [tempo junto com os filhos], ter qualidade de tempo para criar memórias afetivas mais positivas (Íris, 2025).

Essa reconstrução de si também atravessa os vínculos amorosos. As marcas de relações abusivas anteriores influenciam a forma como essas mulheres se posicionam diante de novos afetos. Íris revela:

> Eu tenho medo de me relacionar, de arranjar outra pessoa abusiva, porque ainda tô curando as feridas [...] então já aprendi a me posicionar [...] antes eu não conseguia (Íris, 2025).

Já Violeta reconhece que a maternidade exige escolhas cuidadosas e impõe limites para novos relacionamentos amorosos que nem todos estão dispostos a respeitar:

> A pessoa também tem que estar ciente que não é todas as vezes que você vai conseguir, porque você tem filhos. Mas, que a pessoa também está com você, porque ela quer estar ao seu lado, mesmo sabendo que você tem filhos (Violeta, 2025).

Essa consciência de si, construída a partir da experiência da maternidade solo, revela não apenas sobrecarga, mas também crescimento. Como aponta Oliveira (2023), ainda que marcada por dificuldades, a maternidade solo pode se tornar um campo de ressignificação quando a mulher desenvolve autonomia e estratégias próprias para enfrentar seus desafios. A resistência que se expressa nas falas de Íris

e Violeta, portanto, está na persistência cotidiana em manter os vínculos afetivos, em reorganizar-se emocionalmente, em sustentar a casa, o trabalho e a vida dos filhos, mesmo com pouco ou nenhum suporte. Trata-se de uma presença que vai além da sobrevivência: ela é reinvenção, potência e cuidado radical.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos de Íris e Violeta mostram que a maternidade solo, longe de ser uma escolha livre, surge como resposta à violência, negligência e ausência paterna. Diante de presenças masculinas instáveis ou nocivas, assumem sozinhas o cuidado dos filhos, arcando com uma sobrecarga imposta historicamente às mulheres pela lógica patriarcal. Nesse contexto, a “escolha” torna-se ato de resistência e sobrevivência.

A escuta fenomenológica revelou trajetórias marcadas por medos, renúncias e julgamentos, mas também por fortalecimento e reconstrução. Ser mãe solo é ocupar um lugar de exigências e poucas garantias, onde o cuidado diário se transforma em resistência e afirmação da vida. Ao desafiarem o modelo da família nuclear, as participantes também rompem com discursos normativos e excludentes sobre a maternidade.

O estudo evidencia a importância de aprofundar análises que relacionem maternidade solo a marcadores de raça, classe e território, além de reforçar a urgência de políticas públicas e redes de apoio que legitimem formas não convencionais de maternar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Augusto Andrade; ROCHA, Caroline Vieira da; FERNANDES, Gabrielly Alves; PINHEIRO, Isis; LIMA, Karen Cristine Vieira de; SILVA, Luis Augusto de Castro; SILVA, Nataly Alice Vieira da. **Mãe solo no mercado de trabalho**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Administração) – ETEC Tereza Aparecida Cardoso Nunes de Oliveira, São Paulo, 2023. Disponível em: http://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/15714/1/TCC-%20M%C3%83E%20SOLO%20NO%20MERCADO%20DE%20TRABALHO.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

ARAÚJO, Maria Clara Oliveira; FONTES, Maria das Dores; ANDRADE, Daniel Ramos de. A exaustão silenciosa: burnout em mães solo contemporâneas. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 3965-3975, out. 2024. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16341/8919. Acesso em: 8 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466*, de 12 de dezembro de 2012*. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos; Revoga as (RES. 196/96); (RES. 303/00); (RES. 404/08). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/acesso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2012/resolucao-no-466.pdf/view. Acesso em: 21 out. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DANTAS, Luzane Carla Karla Rodrigues. **Reflexão sobre a condição da mulher: maternidade e monoparentalidade feminina em Canapi - Sertão de Alagoas.** 2020. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2020. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/7583/1/Reflex%c3%a3o%20sobre%20a%20condi%c3%a7%c3%a3o%20da%20mulher%20maternidade%20e%20monoparentalidade%20feminina%20em%20Canapi%20-%20Sert%c3%a3o%20de%20Alagoas.pdf. Acesso em: 17 set. 2024.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. Tradução de Verena Glass. São Paulo: Elefante, 2019.

FEIJÓ, Janaína. **Mães solo no mercado de trabalho crescem 1,7 milhão em dez anos.** FGV, [s.l.], 18 mai. 2023. Disponível em: https://portal.fgv.br/artigos/maes-solo-mercado-trabalho-crescem-17-milhao-dez-anos. Acesso em: 10 set. 2024.

FERNANDES, Priscila da Silva da. **Família monoparental feminina: desafios de ser mãe solo**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2022. Disponível em: https://agendapos.fclar.unesp.br/agenda-pos/educacao_sexual/5832.pdf. Acesso em: 10 set. 2024.

MAGALHÃES, Jaciely da Silva; CUNHA, Mayara Magalhães. **24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano:** um estudo sobre a sobrecarga materna em experiências solo e conjugal. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Unidade Educacional Palmeira dos Índios, Universidade Federal de Alagoas, Palmeira dos Índios, 2024. Disponível em: https://ud10.arapiraca.ufal.br/repositorio/publicacoes/5534. Acesso em: 22 abr. 2025.

OLIVEIRA, Márcia Moraes de. **Além da maternidade:** os desafios das mães solo no mercado de trabalho. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Administração) - Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/6470/6/MONOGRAFIA_MaternidadeDesafiosM%c3%a3es.pdf. Acesso em: 17 abr. 2025.

PEREIRA, Denis Guimarães; CASTRO, Ewerton Helder Bentes de. O método de pesquisa em psicologia fenomenológica: aportes teóricos iniciais. **Revista educação e humanidades***, [s.l.],* v. 2. n.1,p. 359-377, jan-jun, 2021. Disponível em:

https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/reh/article/view/8508/6061. Acesso em: 21 abr. 2025.

PEREIRA, Jarmara Garcia Laurindo; XAVIER, Larissa Atanazio; RESENDE, Camila Miranda de Amorim.A vulnerabilidade de mães solo: desromantizando a ideia de "mulheres guerreiras". **Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades**, Vassouras, v. 15, n. 3, p. 285-297, set./dez. 2024. Disponível em: https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/4536/2718. Acesso em: 17 abr. 2025.

RODRIGUES, Naytiara da Silva de Almeida; MACHADO, Rebeca Nonato.Famílias monoparentais femininas: repercussões do abandono paterno e transmissões de representações materna aos filhos. **Mosaico:** estudos em psicologia, [*s.l*], v. 12, n. 1, p. 212-221, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/mosaico/article/view/49419/46604. Acesso em: 22 abr. 2025.

SANTOS, Alexa Fagundes dos; JESUS, Gabrieli Guterres de; BATTISTI, Isabel Koltermann. Entrevista semi-estruturada: considerações sobre esse instrumento na produção de dados em pesquisa com abordagem qualitativa. **Salão do conhecimento**, [*s.l.*], v. 7, n. 7, 2021. Disponível em: https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/article/view/20805. Acesso em: 10 set. 2024.

SANTOS, Ana Clara Dantas dos. **A experiência da maternidade solo para mulheres usuárias do centro de referência em assistência social.** 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49687 . Acesso em: 10 set. 2024.

SANTOS, Valentina Cabral Lopes dos. **Filha/o da mãe:** o sofrimento ético-político de mães solo na perspectiva interseccional, 2022. Monografia (Bacharelado em Psicologia) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022. Disponível em: https://rosario.ufma.br/jspui/handle/123456789/5382. Acesso em: 10 set. 2024.

SILVA, Isa Caroline Gomes da. **Relatório da reportagem "monoparentalidade feminina":** os desafios da maternidade solo para mulheres atuantes na área da saúde. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Jornalismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/57026/1/vers%c3%a3o%20final%20repositorio.pdf. Acesso em: 08 nov. 2024.

SILVA, Larissa Peixoto. Maternidade solo e sever de cuidado dos filhos: reflexões acerca da sobrecarga feminina no sustento familiar. **Direito UNIFACS - Debate virtual**, [*s.l.*], n. 286. p. 1-24, 2024. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/8757/5100. Acesso em: 16 abr. 2025.

SILVA, Maiquélen; WECKER, Amanda; OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado de; RIETH, Carmen Esther. Os desamparos da maternidade em um contexto de vulnerabilidade social. **Escola de ciências da saúde e da vida,** Porto Alegre, v. 54,

n. 1, p. 1-9, jan/dez, 2023. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/37872/28009. Acesso em: 10 set. 2024

SILVA, Maria Fernanda Pinto da. **Análise da produção de artigos sobre família monoparental feminina. 2021.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/21772 . Acesso em: 10 set. 2024.

Anexo A – Instrumento de Coleta de dados

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

1. Escolaridade: _____
2. Raça/etnia declarada: _____
3. Ocupação/profissão atual: _____
4. Renda Familiar: ( ) menor que um salário mínimo; ( ) um a dois salários mínimos ( ) três a cinco salários mínimos (mais de cinco salários mínimos
5. Estado civil: ( ) Solteira; ( ) União Estável; ( ) Casada; ( ) Viúva; ( ) Divorciada
6. Município de residência: _____

7. Quantos filhos tem?_____

8. Como é composto o seu núcleo familiar?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADO

1. Com quantos anos você se tornou mãe?

2. Com quantos anos se tornou mãe solo?

3. Quais foram/são os seus medos em relação a maternidade solo?

4. Você já enfrentou algum preconceito por ser mãe solo?

5. Qual foi/é o maior desafio, assumir sozinha a provisão financeira ou a afetiva?

6. Você precisou abrir mão de alguma coisa na sua vida por causa da

maternidade solo?

7. O que você acha que poderia ter sido diferente caso não precisasse criar

seu(s) filho(s) sozinha?

8. No processo de criação do(s) seu(s) filho(s), qual foi a sua maior dificuldade?

9. Como foi o processo de precisar trabalhar e assumir o papel da

monoparentalidade feminina?

10. Qual a sua maior dificuldade em relação a conciliar a jornada de trabalho com

a criação do(s) seu(s) filho(s)?

11. Você já se sentiu ausente na vida do(s) seu(s) filho(s) por causa da exaustão

da jornada de trabalho?

12. Você já sentiu sentimentos de exaustão e/ou insuficiência por precisar

assumir a monoparentalidade?

13. Você considera que ser mãe solo interfere de alguma forma em sua vida amorosa? Como?

RETRATOS DA CLÍNICA-ESCOLA EM UM CENTRO UNIVERSITÁRIO: UM ESTUDO QUANTITATIVO ENTRE 2020 E 2024

ACADÊMICAS: Fernanda Kellen Soares Cardoso e Milena Alves Mendes

ORIENTADORA: Esp. Magalí de Paula Silva Santana

LINHA DE PESQUISA: Psicologia e Processos Clínicos e da Saúde

RESUMO

A Psicologia, enquanto ciência, investiga os processos de pensamento, emoção e comportamento humano, tanto em nível individual quanto social. No campo da Psicologia Clínica, destacam-se as clínicas-escola, instituições vinculadas às universidades, as quais desempenham papel fundamental na formação de estudantes de Psicologia ao possibilitar o desenvolvimento da prática clínica e o aprimoramento das competências necessárias à atuação profissional. Essas instituições também prestam serviços psicológicos à comunidade, com o objetivo de mitigar demandas psicossociais e promover o bem-estar individual e coletivo. Este estudo teve como objetivo traçar um panorama do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) do curso de Psicologia da Univértix, caracterizando o perfil dos clientes da clínica-escola no período de agosto de 2020 a dezembro de 2024. Como proposta metodológica, adotou-se uma abordagem quantitativa, com base na análise documental de prontuários clínicos. Os dados foram tabulados, organizados e sistematizados no Microsoft Excel para fins de análise estatística e descritiva. Os resultados indicam que a maioria dos atendimentos foi realizada com o público feminino, predominantemente jovens e adultas, com destaque para estudantes universitárias. As principais demandas psicológicas referem-se a transtornos de ansiedade e depressão. O levantamento também aponta desafios relevantes, evidenciados pela elevada taxa de desistência dos atendimentos. Ademais, a pesquisa ressalta a importância das clínicas-escola como espaços privilegiados de articulação entre teoria e prática, bem como sua relevância social, enquanto dispositivo de cuidado psicológico.

PALAVRAS-CHAVES: clínicas-escola; psicologia; formação em psicologia; psicologia clínica.

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia é a ciência que estuda o comportamento e os processos mentais dos indivíduos em contextos individuais, sociais e culturais, utilizando métodos científicos. Dentre suas diversas áreas, destaca-se a Psicologia Clínica, voltada ao diagnóstico e tratamento de transtornos mentais e emocionais. É nesse contexto que surgem as clínicas-escola, as quais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento da prática clínica e no treinamento de habilidades e competências técnicas (Figueiredo; Santi, 2009; Tozo; Triginelli, 2019).

As clínicas-escola oferecidas pelas universidades têm como objetivo, na área da Psicologia, possibilitar aos estudantes a oportunidade de realizar a prática clínica

por meio dos estágios, aprimorando sua formação profissional e capacitando-os para uma atuação mais eficiente. Destaca-se, nesses serviços, a importância da articulação do saber teórico com as atividades prático-profissionais dos psicólogos em formação (Nunes 2020; Pereira, Mara, 2020; Pereira, Míria, 2020).

O estágio profissionalizante em Psicologia compreende um conjunto de atividades desenvolvidas por estudantes de graduação, regularmente matriculados em Instituições de Ensino Superior (IES), sob a supervisão de profissionais experientes devidamente vinculados ao Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP/MG). Atuando como elo entre teoria e prática, o estágio favorece uma reflexão crítica sobre a realidade e contribui para a formação de psicólogos capacitados para lidar com as demandas e as complexidades do mundo contemporâneo (CFP, 2013).

A profissão de psicólogo é regulamentada pela Lei nº 4.119/1962, que determina, em seu Artigo 16, a obrigatoriedade de as Instituições de Ensino em Psicologia oferecerem atendimento clínico acessível à população, de forma gratuita ou com remuneração simbólica (Brasil, 1962). Os estágios, frequentemente realizados nos Serviços-Escola, abrangem diversas modalidades práticas, incluindo os atendimentos clínicos individuais. Tais serviços são responsáveis pela organização dos estágios supervisionados e devem estar previstos no projeto pedagógico institucional, em consonância com as exigências da formação profissional e as demandas do mercado (CFP, 2013).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos Cursos de Graduação em Psicologia reforçam a importância de que os estágios articulem teoria e prática, além de enfatizarem o compromisso ético e científico que deve nortear a formação e a atuação dos profissionais da área (Brasil, 2023). Um dos compromissos dos serviços-escola de Psicologia é de oferecer atendimentos psicológicos de qualidade que ajudem a mitigar as demandas psicossociais da comunidade local. Dado que cada contexto comunitário apresenta necessidades específicas, cabe aos gestores do serviço-escola estabelecer estratégias eficazes para atender a essas particularidades (Mendes; Naves, 2021).

O trabalho em questão se justifica como proposta de trabalho de conclusão do curso de Psicologia. A clínica-escola é essencial na formação do psicólogo, unindo teoria e prática para desenvolver habilidades profissionais. Diante disso, avaliar seu

funcionamento e o perfil da clientela é crucial para aprimorar suas atividades, promover melhorias contínuas no curso e assegurar uma formação de qualidade, ajustada às necessidades sociais e culturais do público atendido.

A partir dessas considerações, delineia-se a seguinte questão norteadora: qual é o perfil dos clientes atendidos pela clínica-escola de Psicologia do Centro Universitário Vértice – Univértix, entre agosto de 2020 e dezembro de 2024? O serviço-escola da Univértix se chama Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) e será assim denominado neste estudo. Acredita-se que os clientes atendidos no SPA da Univértix entre 2020 e 2024 apresentam um perfil predominantemente composto por indivíduos jovens e adultos, com maior proporção de mulheres, cujas demandas principais estão relacionadas a questões emocionais, relacionais e transtornos depressivos, de ansiedade e outros transtornos mentais comuns.

Assim, o objetivo geral desse estudo foi traçar um retrato do Serviço de Psicologia Aplicada do curso de Psicologia da Univértix, caracterizando o perfil dos clientes da clínica-escola, destacando variáveis como idade, gênero, suas demandas para procura do serviço e possíveis desdobramentos dos tratamentos (avaliação, condução das intervenções, possível alta, encaminhamento, desistência ou continuidade dos atendimentos), no período de agosto de 2020 a dezembro de 2024.

Trabalhos como este são essenciais para discussão e ampliação da visibilidade dos serviços-escola, assim como podem oferecer subsídios para o aprimoramento contínuo da formação de estudantes de Psicologia, proporcionando-lhes uma compreensão mais detalhada dos desafios da prática clínica e preparando-os de maneira eficaz para o exercício profissional. Além disso, destaca-se o papel crucial das clínicas-escola no desenvolvimento da comunidade, proporcionando serviços psicológicos a pessoas que, de outra forma, poderiam não ter acesso a esse tipo de suporte, promovendo, assim, saúde mental e bem-estar geral da população.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As primeiras clínicas-escola de Psicologia no Brasil emergiram na década de 1960, acompanhando a concretização dos cursos de Psicologia no país. Essas clínicas atendiam à exigência legal de proporcionar aos estudantes de graduação um espaço para aplicar na prática os conhecimentos teóricos, preparando-os para os desafios inerentes à realidade profissional (Galindo; Tamman; Sousa, 2020).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de Graduação em Psicologia, conforme a Resolução n°1/2023, estabelecem que os cursos de Psicologia devem contar com um Serviço de Psicologia Aplicada (Serviço-Escola), que articule os estágios supervisionados, oriente as atividades práticas e coordene os estágios externos. Esse serviço atua na formação profissional, no atendimento comunitário e na produção de conhecimento científico (Brasil, 2023).

A clínica-escola se caracteriza como um serviço essencial para a formação acadêmica e a produção científica, representando a interface privilegiada entre universidade e sociedade, alicerçada no tripé ensino, pesquisa e extensão. Para além de seu caráter pedagógico, consolida-se como um espaço de promoção e prevenção em saúde mental, dedicado ao acolhimento, cuidado e mitigação do sofrimento psíquico humano (Souza *et al.*, 2021).

Ademais, o SPA cumpre dupla função ao integrar a formação prática dos estudantes de Psicologia com a oferta de atendimentos psicológicos à população. Atua como clínica-escola ao proporcionar vivências profissionais aos discentes, enquanto disponibiliza serviços acessíveis de psicoterapia à comunidade (Lima *et al*., 2010). Farias, Alves e Vieira (2020) ressaltam que, embora as clínicas-escola contemplem uma variedade de atividades, são primordialmente destinadas à prática clínica, oferecendo aos indivíduos, frequentemente marcados por trajetórias de encaminhamentos, silenciamentos e deslocamentos no Sistema de Saúde, um espaço resiliente para acolher seu sofrimento.

O estágio supervisionado especializado representa uma oportunidade fundamental para o aprimoramento das competências profissionais dos acadêmicos do curso de Psicologia. A demanda da clínica-escola abrange uma diversidade de contextos de atuação, proporcionando aos estagiários uma imersão contínua ao longo de todo o ano. Essa experiência favorece uma formação integral, permitindo ao estudante uma atuação abrangente e pluralista (Lima *et al*., 2023).

Mendes e Naves (2021) pontuam que o Serviço-Escola de Psicologia constitui o primeiro cenário em que o discente exerce suas atividades profissionais, exigindo de todos os participantes como técnicos, psicólogos, estagiários e gestores, um rigoroso compromisso ético e profissional. Tal compromisso envolve enfrentamento de desafios, autoavaliação do aluno e avaliação contínua da equipe clínica.

O serviço-escola deve disponibilizar, em local acessível, documentos informativos sobre suas modalidades de atendimento, equipe técnica, normas, custos, se houver, e horários de funcionamento (CFP, 2013).

De acordo com a Resolução nº 1/2009, do Conselho Federal de Psicologia (CFP), o serviço-escola é responsável por manter arquivo confidencial dos documentos gerados pelos serviços prestados, os quais devem ser organizados em prontuários para cada usuário, seja ele um indivíduo, um grupo ou uma instituição. Os prontuários devem abranger identificação do usuário, avaliação da demanda, evolução dos atendimentos e procedimentos técnico-científicos aplicados, garantindo-se o acesso ao prontuário pelo próprio usuário ou por terceiros por ele autorizados, em conformidade com o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2009).

3 METODOLOGIA

O presente estudo consistiu em uma pesquisa documental, de abordagem quantitativa e caráter descritivo, com o objetivo de analisar o perfil dos clientes atendidos no SPA do curso de Psicologia do Centro Universitário Vértice – Univértix. A coleta de dados seguiu os princípios da pesquisa quantitativa que, segundo Mussi *et al.* (2019), buscam identificar padrões e tendências através de dados mensuráveis, focando em grupos. Sua qualidade depende de modelos estatísticos, planejamento, seleção de variáveis e fundamentação teórica.

De acordo com Alves *et al.* (2021), a análise documental investiga diversos tipos de documentos, exigindo que o pesquisador atue ativamente na seleção e análise para identificar padrões e informações relevantes, explorando conteúdo explícito e implícito, sendo uma fonte rica para a pesquisa científica.

A amostra deste estudo consistiu na análise de 476 prontuários de clientes que receberam atendimento psicológico na Clínica-Escola de Psicologia da Univértix, entre agosto de 2020 e dezembro de 2024, buscando identificar variáveis como idade, gênero, demandas apresentadas e desdobramentos dos tratamentos realizados.

Os critérios de inclusão envolveram prontuários de clientes atendidos no período definido, que consentiram com o uso de seus dados para pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado no início dos atendimentos e cujos prontuários estavam completos.

Os prontuários foram preenchidos pelos estagiários da Clínica-Escola de Psicologia, que estão no 9º e 10º períodos do curso. O prontuário é assinado tanto pelos alunos quanto pelos supervisores responsáveis. A cada atendimento, os estagiários registram a evolução do acompanhamento e das intervenções realizadas, sendo essas anotações validadas com a assinatura e carimbo do supervisor, um psicólogo devidamente registrado no CRP/MG, que assume a responsabilidade pela condução do tratamento, pelas intervenções aplicadas e pelo acompanhamento do progresso. Essas informações também foram acompanhadas pela psicóloga responsável técnica pelo SPA.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é assinado por clientes adultos que receberam atendimento na Clínica-Escola. Ele assegura que o cliente está ciente de que será atendido por um estagiário de Psicologia sob a supervisão de um psicólogo orientador. O TCLE também informa sobre o sigilo das informações, a gratuidade do atendimento, e autoriza, caso aplicável, o uso de dados para pesquisas científicas, sempre respeitando a normatização do Comitê de Ética para pesquisa com seres humanos. O Termo de Consentimento Livre Esclarecido Infantil, semelhante ao TCLE, é utilizado no caso de menores de idade. Ele é assinado pelos responsáveis legais e contém as mesmas garantias.

Outro documento que compõe o prontuário é o Contrato de Atendimento Individual, que formaliza o acordo entre o cliente (ou responsável) e o estagiário, abordando aspectos práticos do atendimento, como a duração das sessões, regras sobre faltas e remarcações, sigilo profissional e gratuidade do serviço. Ele também estabelece que o período de acompanhamento psicológico terá uma duração de quatro meses (um período letivo), podendo ser prorrogado conforme a avaliação do supervisor e a necessidade do cliente.

Os dados coletados foram organizados, tabulados e analisados utilizando ferramentas adequadas para análise quantitativa. Inicialmente, os dados foram inseridos no Microsoft Excel. Na análise descritiva, foi caracterizado o perfil sociodemográfico dos participantes (como idade, gênero e escolaridade), condição atual do atendimento e encaminhamentos realizados, forma de ingresso no serviço (indicação ou procura espontânea) e motivo da busca pelo atendimento psicológico. Para melhor visualização e interpretação dos dados, foram geradas tabelas para

facilitar a leitura dos dados e para apresentar os resultados de forma clara e acessível, destacando padrões, tendências e relações observadas.

Essa abordagem permitiu uma análise mais robusta, proporcionando resultados detalhados e confiáveis, alinhados aos objetivos do estudo e com maior potencial de gerar insights relevantes. A pesquisa em questão implicou vários riscos e para minimizá-los, foram tomadas medidas de segurança em acordo com o Comitê de Ética. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisas sob o número do parecer: 7.474.313.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados a seguir buscam promover uma análise crítica e contextualizada das informações obtidas ao longo da pesquisa, assim como apresentar um retrato do Serviço de Psicologia Aplicada do curso de Psicologia da Univértix, caracterizando o perfil dos clientes da clínica-escola, destacando variáveis como idade, gênero, suas demandas para procura do serviço e possíveis desdobramentos dos tratamentos, no período de agosto de 2020 a dezembro de 2024.

Os dados foram tabulados e serão discutidos à luz das diretrizes éticas e a partir de levantamentos bibliográficos realizados nesse percurso da pesquisa. Considerando o contexto da prática profissional analisada, a tabela 1 apresenta o perfil sociodemográfico dos clientes atendidos pelo SPA da Univértix.

Tabela 1 – Características sociodemográficas dos clientes atendidos pelo SPA entre agosto de 2020 a dezembro de 2024.

Variável	n	%
Sexo		
Feminino	327	69
Masculino	149	31
Faixa etária		
3 – 11 anos	106	22
12 – 17 anos	70	15
18 – 59 anos	290	61
60 – 83 anos	10	2
Grau de instrução		
Educação Infantil (em curso)	18	3,78
Ensino Fundamental (em curso)	132	27,73
Ensino Fundamental (incompleto)	25	5,25
Ensino Médio (em curso)	22	4,62
Ensino Médio (incompleto)	11	2,31
Ensino Médio (concluído)	82	17,23
Curso Técnico (em curso)	15	3,15
Curso Técnico (concluído)	5	1,05
Curso Superior (em curso)	140	29,41
Curso Superior (concluído)	25	5,25
Doutorado (em curso)	1	0,21

Fonte: Dados da pesquisa.

Observou-se uma predominância do público feminino, com 327 casos (69%) (Tabela 1). Resultados semelhantes foram encontrados no estudo de Borges *et al.* (2019), no qual 70% dos atendimentos psicológicos foram realizados com mulheres. As mulheres tendem a buscar mais atendimento psicológico por enfrentarem menos resistências; enquanto os homens, influenciados por normas sociais que associam a masculinidade à força e à autonomia, muitas vezes enxergam essa busca como um sinal de fraqueza, o que pode gerar sentimento de culpa e vergonha, dificultando o cuidado com a saúde mental (Iaroseski Neto; Kristensen, 2022).

Conforme apresentado na Tabela 1, nota-se que a predominância de atendimentos é da população adulta (61%), seguido por crianças (22%), adolescentes (15%) e idosos (2%). A faixa etária prevalente desse estudo corrobora com o encontro da pesquisa de Campos *et al*. (2022), realizada em uma clínica-escola de psicologia inserida na rede de saúde pública de Belo Horizonte (MG), na qual foi observada uma maior prevalência da população adulta (46%), entre 18 e 59 anos, enquanto os idosos (acima de 60 anos) tiveram menor prevalência (10%).

Verifica-se, ainda na Tabela 1, que a maior parte dos atendidos na clínica-escola é composta por estudantes do nível superior, totalizando 140 indivíduos, o que corresponde a 29,41% do total. Esse dado revela uma tendência esperada, considerando que o SPA está localizado dentro da Univértix e é amplamente divulgado entre os alunos, o que facilita o acesso e estimula a procura pelos próprios estudantes.

Conforme Oliveira (2022), ao ingressarem no ensino superior, os jovens frequentemente experimentam um sentimento de ansiedade decorrente das novas exigências, responsabilidades, prazos, múltiplas tarefas e diferentes métodos de ensino. Em virtude desses desafios, aumenta a procura por atendimento psicológico para lidar com a vida acadêmica.

A Tabela 2 evidencia a área de formação dos participantes da pesquisa que declararam ter ou estar cursando o ensino técnico ou superior.

Tabela 2 – Área de formação (em curso ou concluída) dos clientes atendidos no SPA entre agosto de 2020 a dezembro de 2024.

Variável	N	%
Graduação		
Medicina	54	34,84
Medicina Veterinária	24	15,48
Psicologia	18	11,61
Odontologia	11	7,10
Direito	8	5,16
Enfermagem	5	3,23
Engenharia Civil	4	2,58

Farmácia	3	1,94
Administração	3	1,94
Ciências Contábeis	2	1,29
Biomedicina	2	1,29
Nutrição	1	0,65
Letras	1	0,65
Educação Física	1	0,65
Ciências da Computação	1	0,65
Arquitetura	1	0,65
Agronomia	1	0,65
Curso Técnico		
Técnico em Enfermagem	5	3,23
Técnico em Estética	4	2,58
Técnico em Segurança do Trabalho	3	1,94
Técnico de Administração	1	0,65
Técnico de Agronomia	1	0,65
Técnico de Edificações	1	0,65

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os 155 participantes da pesquisa que estão cursando ensino técnico ou superior (Tabela 2), destaca-se a predominância de atendimentos psicológicos demandados por discentes do curso de Medicina, somando 54 casos, o que representa 34,84% do total. Estudantes universitários, especialmente os de medicina, apresentam maior vulnerabilidade ao desenvolvimento de transtornos, como ansiedade e depressão, devido à altas demandas acadêmicas, à exigência por alto desempenho e à constante exposição ao sofrimento humano, fatores que comprometem o desenvolvimento acadêmico e a saúde mental dos estudantes. Por essa razão, observa-se uma maior procura desses estudantes por atendimento psicológico (Sacramento *et al.*, 2021).

Na sequência, destacaram-se os estudantes de Medicina Veterinária (15,48%), Psicologia (11,61%) e Odontologia (7,10%). Medicina Veterinária e Odontologia, assim como o curso de Medicina, são cursos diurnos com muitos estudantes residindo na cidade de Matipó, o que pode facilitar a procura e o acesso aos serviços da clínica-escola de Psicologia. O curso de Psicologia, apesar de ser um curso noturno, parece facilitar o conhecimento do serviço e a procura por ele, tanto pela cultura do curso quanto pela compreensão desses alunos sobre o processo terapêutico (Amaral *et al*., 2012).

A Tabela 3 apresenta os desfechos dos atendimentos realizados no SPA da Univértix.

Tabela 3 – Desfechos dos atendimentos realizados no SPA entre agosto de 2020 a dezembro de 2024.

Variável	**n**	**%**
Situação Atual e Encaminhamento		
Desistência (abandono do acompanhamento)	274	57,56
Desligamento por motivo de faltas	91	19,02

Alta terapêutica	71	14,92
Tratamento em continuidade em 2025	24	5,04
Encaminhado para o CAPS	9	1,89
Encaminhado para o CREAS	1	0,21
Encaminhado para o Terapeuta Ocupacional	1	0,21
Encaminhado para o Neuropediatra	1	0,21
Encaminhado para o Psiquiatra	1	0,21
Avaliação Psicológica Concluída	3	0,63

Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se na Tabela 3 que o desfecho mais recorrente entre os atendimentos foi a desistência por parte dos usuários, totalizando 274 casos (57,56%). Dentre as desistências, 107 casos (22,48%) referem-se a clientes que foram encaminhados para dar continuidade ao acompanhamento psicológico após o recesso do ano letivo, entretanto, esses clientes não retornaram para o atendimento no período subsequente, que coincide com a transição de estagiários na clínica-escola. Muitas pessoas desistem do tratamento psicológico devido às limitações do serviço, como o funcionamento em horário comercial do SPA, que dificulta a conciliação com a jornada de trabalho. Essa restrição impacta também o atendimento infantil, que depende da disponibilidade dos responsáveis. Ademais, a troca periódica dos estagiários pode gerar desconforto, pois geralmente o vínculo terapêutico é interrompido com o término do ano letivo (Farias; Alves; Vieira, 2020).

A principal forma de ingresso dos participantes à Clínica-Escola ocorreu por procura espontânea (285 clientes - 59,87%), seguida de encaminhamentos feitos por profissionais da área da saúde (108 clientes - 22,69%). Outras formas de encaminhamento foram por meio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPE) da Univértix, (9 clientes - 1,89%); instituições escolares, com 32 (6,72%); e amigos, com 20 (4,20%). Encaminhamentos decorrentes de outros serviços, como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi), diretamente pela Univértix ou por familiares, somaram 22 casos (4,62%).

A procura espontânea pelos atendimentos pode estar relacionada a mudanças na maneira como as pessoas cuidam da sua própria saúde mental. Bruscato e Condes (2020) apontam que, nos últimos anos, houve um reconhecimento maior da responsabilidade do indivíduo em relação ao seu bem-estar e uma valorização dos comportamentos que influenciam a saúde, incluindo aspectos psicológicos.

Muitas clientes buscaram o SPA a partir de indicações realizadas por profissionais da área da saúde (108 - 22,69%) e por amigos (20 - 4,20%). De acordo

com Krenkel e Crepaldi (2021), a ocorrência dessas indicações reforça o reconhecimento da importância do acompanhamento psicológico aliado ao tratamento médico, evidenciando uma visão mais ampla sobre os fatores que influenciam a saúde. Essa prática pode estar relacionada também ao perfil dos usuários, majoritariamente estudantes universitários afastados de suas famílias, que buscam apoio em sua rede social mais próxima.

A Tabela 4 apresenta informações sobre as demandas atendidas no SPA da Univértix, destacando que a maioria dos atendimentos envolveu pessoas com mais de uma demanda simultaneamente.

Tabela 4 - Distribuição da quantidade das demandas atendidas no SPA entre agosto de 2020 a dezembro de 2024.

Demandas	n	%
Relacionadas ao Transtorno de Ansiedade e sintomas (ansiedade generalizada, crise de ansiedade, transtorno do pânico, fobia social, transtorno obsessivo-compulsivo, estresse, insônia, medo excessivo, nervosismo, angústia e sobrecarga emocional).	258	35,01
Relacionadas a Depressão (humor deprimido, tristeza profunda, solidão, melancolia, perda de interesse nas atividades, choro excessivo, esgotamento emocional, pensamentos negativos, baixa autoestima e isolamento social).	98	13,30
Relacionadas a Transtornos do Neurodesenvolvimento (TDAH, TOD, TEA, Deficiência Intelectual e Dificuldade de Aprendizagem).	80	10,85
Relacionadas ao Autoconhecimento, Desenvolvimento Pessoal e Habilidades Sociais (Dificuldade de expressar os sentimentos, conflitos de identidade, insegurança, autonomia, orientação sexual, autocuidado, dificuldade de interação social e timidez).	50	6,78
Relacionadas a Adaptação a Mudanças Significativas (dificuldade de adaptação a um novo ambiente social ou cultural)	11	1,49
Relacionadas a Conflitos familiares e relacionamentos (separação dos pais, problemas conjugais e divórcios, conflitos familiares, dificuldades de relacionamento e término de relacionamento).	63	8,55
Relacionadas a Dificuldades Acadêmicas e Profissionais (desmotivação nos estudos, baixo rendimento, sobrecarga, estresse e exaustão acadêmica e no trabalho, falta de concentração, orientação profissional e planejamento dos estudos).	57	7,73
Relacionadas a Luto e Perdas (perda de ente querido, luto e repressão emocional).	27	3,66
Relacionadas a Comportamentos de Riscos e Saúde Mental Grave (pensamentos suicidas, ideação suicida, automutilação e surtos psicóticos).	19	2,58
Relacionadas a Traumas e Abusos (abuso sexual ou físico, violência doméstica, histórico de abuso psicológico e traumas passados).	9	1,22
Relacionadas a outros Transtornos Mentais (Transtorno Bipolar, Transtorno Borderline, Transtorno de Despersonalização).	6	0,81
Relacionadas ao Uso de Substâncias (uso de álcool e drogas).	3	0,41
Relacionadas a Comportamentos e Emoções Desreguladas (agressividade e impulsividade, hiperatividade, comportamentos desafiadores, mudanças bruscas de humor e desregulação emocional).	34	4,61
Outras demandas (bruxismo, miopatia, fibromialgia, sem demandas específicas, controle dos esfíncteres, inteligência acima da média, pensamento acelerado, lúpus, epilepsia, atraso no desenvolvimento, avaliação psicológica e compulsão alimentar).	22	2,99

Fonte: Dados da pesquisa.

As demandas mais frequentes no SPA referem-se a transtornos de ansiedade e depressão totalizando 48,31% dos atendimentos. Outras queixas relevantes incluem

transtornos do neurodesenvolvimento (10,85%), conflitos familiares e relacionamentos (8,55%), dificuldades acadêmicas e profissionais (7,73%) e questões relacionadas ao autoconhecimento e habilidades sociais (6,78%).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é considerado o país mais ansioso do mundo. Os transtornos de ansiedade afetam aproximadamente 9,3% da população, alcançando cerca de 18 milhões de brasileiros, enquanto a depressão atinge 5,8% da população brasileira, o que corresponde a cerca de 11 milhões de pessoas (OPAS, 2017). Em consonância, Freitas *et al*. (2024), destacam a elevada prevalência de ansiedade e depressão na população brasileira, que afeta milhares de pessoas e compromete aspectos importantes da vida cotidiana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que a maioria dos atendimentos foi realizada com o público feminino, em sua maioria jovens e adultas, com destaque para estudantes universitárias. As principais demandas psicológicas referem-se a transtornos de ansiedade e depressão, revelando o impacto das exigências acadêmicas e das transformações sociais contemporâneas sobre a saúde mental da população atendida. O levantamento aponta ainda para desafios importantes refletidos na elevada taxa de desistência. Este dado suscita reflexões sobre a necessidade de ampliação dos horários de atendimento, estratégias de fidelização e/ou algum comprometimento dos usuários do serviço, como, por exemplo, uma contrapartida financeira, já que o atendimento é totalmente gratuito.

Em termos formativos, a pesquisa evidencia a importância dos serviços-escola enquanto espaços privilegiados de articulação entre teoria e prática, bem como sua relevância social como dispositivo de cuidado. Assim, este retrato pode contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das práticas do SPA, fortalecendo sua missão institucional e seu compromisso ético com a formação qualificada dos estudantes de Psicologia e o cuidado com a saúde mental da comunidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Laís Hilário; SARAMAGO, Guilherme; VALENTE, Lucia de Fátima; SOUSA, Angélica Silva de. Análise documental e sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica. **Cadernos da FUCAMP**, Uberlândia, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2335. Acesso em: 30 set. 2024.

AMARAL, Anna Elisa Villemor; LUCA, Thalita de Cássia Rodrigues; LEITE, Carla de Andrade; LOPES, Fernanda Luzia; SILVA, Marlene Alves da. Serviços de psicologia em clínicas-escola: revisão de literatura. **Boletim de Psicologia**, São Paulo, v. 62, n. 136, p. 37-52, 2012. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v62n136/v62n136a05.pdf. Acesso em: 05 maio 2025.

BORGES, Angela Corrêa; SOUZA, Sandy Ayeska Queiroz; SANTOS, Alexandre dos**;** LIMA, Marilda Duran. Caracterização da clientela da clínica-escola de Psicologia do centro Universitário De Santa Fé Do Sul-SP. **Unifunec Científica Multidisciplinar**. Santa Fé do Sul –SP, v. 8, n. 10, p. 1-13, 2019. Disponível em: https://seer.unifunec.edu.br/index.php/rfc/article/view/3446/3034. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Lei n. 4.119 de 27 de agosto de 1962. **Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo.** Brasília, DF: Presidência da República. Diário Oficial da União, 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4119.htm. Acesso em: 07 set. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023**.** Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. **Diário Oficial da União,** Brasília: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/ces-n-1-de-11-de-outubro-de-2023-518120795. Acesso em: 07 set. 2024.

BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. **Diário Oficial da União** 2012; 12 dez. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRUSCATO, Wilze Laura; CONDES, Renata Pereira. Caracterização do Atendimento Psicológico na Saúde. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. São Paulo, v. 36, p. e3642, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/tx3rcWYLRXjQgmnqyN689XL/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 15 abr. 2025.

CAMPOS, João Guilherme de Figueredo; MARQUES, Luiz Felipe Nascimento; BACELAR, Tatiane Dias. Caracterização dos usuários e serviços prestados em uma clínica-escola de psicologia no contexto de saúde pública. **Revista Interdisciplinar Ciências Médicas**. Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 12-18, 2022. Disponível em: https://www.revista.fcmmg.br/index.php/RICM/article/view/138/133. Acesso em: 10 abr. 2025.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 01/2009: Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos.** Brasília, 2009. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/04/resolucao2009_01.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

CFP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, **Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, Associação Brasileira de Ensino e Psicologia.** Carta de Serviços Sobre Estágios e Serviços-Escola. Brasília, DF. 2013. Disponível em:

https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/carta-de-servicos-sobre-estagios-e-servicos-escola12.09-2.pdf. Acesso em: 06 set. 2024.

FARIAS, Isabela Cedro; ALVES, Samara Vasconcelos; VIEIRA, Camilla Araújo Lopes. O que (não) dizem as entrelinhas: Análise dos casos de abandono de uma clínica-escola em psicologia. **Interação em Psicologia**. Ceará, v. 24, n. 3, 2020. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/68058/42621. Acesso em: 11 abr. 2025.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça; SANTI, Pedro Luiz Ribeiro de. **Psicologia, uma (nova) introdução:** uma visão histórica da psicologia como ciência. São Paulo: EDUC, 2009.

FREITAS, André Alves da Silva; SOUZA, Antonio Vinícius Sales de Moraes; GUILHON, Luana Amorim; SOUZA, Vanessa Maria Gonçalves de; SILVA, Renata Barreto da; SILVA Nayane Mayse Barbosa; ROCHA, Sophya Bezerra Silva; SILVA, Laís Ferreira; Mendonça, Thiago Dutra; MARTINS, Maria Carolina Girotto. Compreendendo a prevalência de ansiedade e depressão na sociedade brasileira. **Periódicos Brasil. Pesquisa Científica**, v. 3, n. 2, p. 647-657, 2024. Disponível em: https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/79/101. Acesso em: 12 abr. 2025.

GALINDO, Wedna Cristina Marinho; TAMMAN, Bianca Falcão; SOUSA, Tamires Brandão de Siqueira. Estratégias Formativas em Serviços-Escola de Psicologia: Revisão Bibliográfica da Produção Científica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. e188175, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/TZg3qyX8ZX7rGzgCtMLC6hN/?format=pdf&lang=pt. Acesso: 06 set. 2024.

IAROSESKI NETO, Germano; KRISTENSEN, Christian Haag. Quando homens vão à psicoterapia: uma revisão de contextos e demandas. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, Porto Alegre, 2022. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/24033/2/Quando_homens_vo_psicoterapia_uma_reviso_de_contextos_e_demandas.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

KRENKEL, Scheila; CREPALDI, Maria Aparecida. Caracterização da clientela da clínica-escola de um instituto de terapia relacional sistêmica. **Pensando famílias**, v. 25, n. 2, p. 208-223, 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v25n2/v25n2a15.pdf. Acesso em: 12 abr. 2025.

LIMA, Laura Camara; VIEIRA, Renata Moraes; SOUSA, Conceição Reis de; MARTINS, Eduardo de Carvalho. Serviço-Escola de Psicologia da Unifesp: Campos de Estágio, Ações e Especificidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v.43, p. 01 - 14, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/tGSqZvTByJFY65r6YpBdfgP/?format=pdf. Acesso em: 07 set. 2024.

LIMA, Vanessa Aparecida Alves de; CHAGAS, Donilde Séfora Almeida das; MARQUES, Fernanda Lígia Leonard; VIANNA, João Jackson Bezerra; MONTES, Maria Cléia Moreira; MOURA, Mariana M. Cartaxo; SILVA, Angélica Aparecida Melo. **Clínica-Escola: um olhar da Psicologia Institucional sobre o Serviço de Psicologia Aplicada da UNIR.** *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 144-163,

2010. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41507/pdf_192. Acesso em: 21 out. 2024.

MENDES, Josimar Antônio de Alcântara; NAVES, Ana Rita Coutinho Xavier. **Implementação do plantão-psicológico no serviço-escola de psicologia: relato de experiência.** *Diaphora*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 76-82, 2021. Disponível em: https://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/244/242. Acesso em: 06 set. 2024.

MUSSI, Ricardo Franklin de Freitas; ASSUNÇÃO, Emerson Tadeu Cotrim; MUSSI, Leila Maria Prates Teixeira; NUNES, Claudio Pinto. **Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades.** *Revista Sustinere*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 414-430, jul./dez. 2019. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/sustinere/article/view/41193/32038. Acesso em: 30 set. 2024.

OLIVEIRA, Ana Paula Silva. **Ansiedade no meio acadêmico**: Alunos com Ansiedade no fim da Graduação. 2022. 20 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade Anhanguera, Taboão da Serra, 2022. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/45377/1/ANA_PAULA_SILVA_OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde. **Aumenta o número de pessoas com depressão no mundo**. 2017. Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/23-2-2017-aumenta-numero-pessoas-com-depressao-no-mundo. Acesso em: 15 abr. 2025.

PEREIRA, Mara Dantas; PEREIRA, Míria Dantas; NUNES, Andrea Karla Ferreira. **A importância da implementação das clínicas-escola de psicologia pelas universidades: uma revisão da literatura.** *Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - Sergipe*, v. 6, n. 2, p. 213, 2020. Disponível em: https://periodicos.grupotiradentes.com/cadernohumanas/article/view/9013. Acesso em: 7 set. 2024.

PERON, Suzana; CÂNDIDO, Caroline da Cruz Pavan; NEUFELD, Carmem Beatriz. **Atendimento psicológico e supervisão em terapia analítico-comportamental em um serviço-escola.** *Revista Brasileira de Psicoterapia*, São Paulo, v. 22, n. 1, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carmem-Neufeld/publication/341303599_Atendimento_psicologico_e_supervisao_em_terapia_analitico-comportamental_em_um_servico-escola/links/5eeb7154458515814a677af4/Atendimento-psicologico-e-supervisao-em-terapia-analitico-comportamental-em-um-servico-escola.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

SACRAMENTO, Bartira Oliveira; ANJOS, Tassiana Lima dos; BARBOSA, Ana Gabriela Lopes; TAVARES, Camila Fagundes; DIAS, Juarez Pereira. **Sintomas de ansiedade e depressão entre estudantes de medicina: estudo de prevalência e fatores associados.** *Revista Brasileira de Educação Médica*, Salvador, v. 45, p. e021, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-5271v45.1-20200394. Acesso em: 11 abr. 2025.

SOUZA, Monica de; BARBOSA, Carina Martins; RHODES, Mislene Aline; MAZINI, Étore Gomes. **O fazer da psicologia como experiência de estágio na clínica escola do UNIFACIG.** *Anais do Seminário Científico do UNIFACIG*, Manhuaçu-MG, n. 7, out. 2021. Disponível em: https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/semiariocientifico/article/view/2919/2528. Acesso em: 7 set. 2024.

TOZO, Stella Maria Poletti Simionato; TRIGINELLI, Mirelle França Michalick. **Clínica-escola de Psicologia: espaço de formação acadêmica e ética.** *Pretextos*, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 77-92, 19 jul. 2019. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/20755. Acesso em: 8 set. 2024

TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO TRABALHO EM GESTANTES NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ACADÊMICAS: Helena De Abreu Mendes e Shayanne Silva Sampaio

ORIENTADORA: Profa. Pollyana Brandão Gomes

LINHA DE PESQUISA: Psicologia e Processos Clínicos e da Saúde.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar o número de transtornos mentais relacionados ao trabalho em gestantes no Estado de Minas Gerais, no período de 2019 a setembro de 2024. A pesquisa, de abordagem quantitativa e descritiva, utilizou dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do DATASUS. Foram identificadas 1.909 notificações gerais de afastamento por transtornos mentais, sendo 149 referentes a gestantes, o que corresponde a 7,8% do total. A maior concentração de notificações ocorreu no segundo trimestre gestacional, corroborando achados da literatura sobre a vulnerabilidade emocional nessa fase. Observou-se um aumento expressivo nos anos de 2022 e 2023, possivelmente como reflexo dos efeitos tardios da pandemia de COVID-19 e do acúmulo de demandas reprimidas. O trabalho destaca que "a menor frequência de notificações entre gestantes não significa necessariamente que esse grupo esteja menos vulnerável", apontando para possíveis barreiras na notificação, como o medo de estigmatização. Os dados analisados reforçam a importância de considerar os impactos das condições laborais na saúde mental de gestantes e evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas que promovam ambientes laborais saudáveis e acolhedores, garantindo proteção e apoio adequados durante a gestação. A relevância do estudo está na visibilidade dada à saúde mental materna no contexto profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Gestantes; Minas Gerais; trabalho; transtornos mentais comuns.

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental refere-se ao estado psicológico, emocional e ao bem-estar das pessoas, e pode influenciar os sentimentos das gestantes e puérperas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) menciona que o conceito de saúde mental envolve um estado de bem-estar, onde o indivíduo é consciente de suas capacidades, é capaz de lidar com o estresse que surge ao longo da vida, trabalha de forma produtiva e traz contribuições para a sua comunidade (Steen; Francisco, 2019).

A gestação é um processo fisiológico que dura, em média, 40 semanas. É um período de transição essencial para o desenvolvimento humano e a continuidade da geração (Maman *et al*., 2022). O período gestacional é uma fase da vida da mulher marcada por diversas alterações físicas e psíquicas, estando associado a uma maior

vulnerabilidade em sua saúde mental. Durante essa fase, ocorrem mudanças no organismo e no bem-estar, que influenciam tanto o seu estado psicológico quanto o seu papel sociofamiliar. Além disso, pode-se observar um aumento nos sintomas relacionados ao sofrimento emocional, podendo até mesmo surgir transtornos psiquiátricos (Guimarães, 2019).

Durante a gravidez, a mulher é submetida a diversas mudanças internas e externas, como por exemplo mudanças no corpo, no comportamento, na vida conjugal. A vida familiar, social e profissional também sofre alterações, podendo surgir conflitos emocionais, como medo, ansiedade, insegurança, pensamentos positivos e negativos, entre outros (Silva; Araújo; Oliveira, 2023). Além disso, a situação socioeconômica pode influenciar, pois muitas mulheres têm atividades profissionais e sociais que dificultam a dedicação total à maternidade, o que pode aumentar a tensão emocional (Silva *et al*., 2024).

Os transtornos mentais mais comuns entre gestantes incluem a depressão, a ansiedade, a síndrome do pânico e o transtorno bipolar. A depressão se configura como um problema de saúde global, afetando um número maior de mulheres em comparação aos homens, e atingindo pessoas de diversas idades. Quando esse quadro se manifesta durante a gravidez, pode resultar em consequências sérias (Silva *et al.*, 2020).

Esta pesquisa tem como questão norteadora "qual o número de transtornos mentais relacionados ao trabalho em gestantes no estado de Minas Gerais, no período de 2019 a setembro de 2024?"; e tem por objetivo analisar o número de transtornos mentais relacionados ao trabalho em gestantes no estado de Minas Gerais, no período de 2019 a setembro de 2024.

A realização deste estudo se justifica pela crescente evidência de que o ambiente de trabalho e as condições laborais podem ter um impacto significativo na saúde mental das gestantes, influenciando diretamente os desfechos gestacionais.

A relevância desta pesquisa está em mostrar a importância da notificação de gestantes em afastamento laboral devido a problemas de saúde mental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Impactos físicos e Psíquicos da gestação na saúde mental

A gestação é considerada um estado de saúde que envolve diversas adequações e mudanças biomecânicas e fisiológicas no corpo, com o intuito de

prepará-lo para o desenvolvimento e a chegada do bebê. As mulheres enfrentam alterações significativas e repentinas no organismo, de natureza metabólica, clínica e laboratorial. Tais mudanças são algumas das mais marcantes que o corpo humano experimenta e impactam tanto física quanto emocionalmente a mulher. As mulheres lidam com essas alterações de maneira individual, podendo ser de forma positiva ou negativa o que agrava ou desenvolve problemas durante a gravidez. Durante a gravidez, o corpo da mulher sofre alterações hormonais, como o aumento dos níveis de estrogênio e progesterona, mudanças posturais e no centro de gravidade, além de sobrecarga nas articulações e estruturas ósseas devido ao ganho de peso, entre outras transformações (Coelho *et al.,* 2021).

As mudanças fisiológicas trazem diversas implicações para o corpo da mulher durante a gravidez. A gestante enfrenta diariamente essas transformações, que impactam tanto sua saúde quanto sua aparência, podendo influenciar negativamente sua autoestima e facilitar o aparecimento de distúrbios mentais. Além do aumento de peso, as grávidas podem enfrentar algumas alterações estéticas significativas, como estrias, inchaços, varizes, acne e melasma. O surgimento de acne pode levar ao desenvolvimento de problemas como depressão e fobia social. Os inchaços podem causar dor e desconforto nas gestantes, dificultando muitas vezes a execução de tarefas cotidianas (Garcia; Silva Neto; Vidal, 2020).

Segundo Coelho *et al.* (2021), dentre as diversas mudanças sofridas no corpo durante o período da gestação, pode ser identificado o aumento do tamanho do útero, que comprime o pulmão e eleva o diafragma, resultando em dificuldades respiratórias e fadiga. A compressão da bexiga pelo útero e a posição do feto aumentam a frequência urinária. O edema nas partes moles reduz o espaço das estruturas anatômicas, levando à síndrome de compressão nervosa e dor. A ação hormonal da relaxina causa frouxidão nos ligamentos das articulações, amolecendo as cartilagens pélvicas e do tornozelo, tornando-as mais suscetíveis a lesões. Essas alterações afetam a marcha, equilíbrio, agilidade e aumentam a fadiga muscular, gerando desconforto e limitações nas atividades diárias e profissionais.

Cabe ressaltar que mulheres que começam a desenvolver transtornos mentais podem, ou não, apresentar uma diminuição no autocuidado, o que torna o diagnóstico, em alguns casos, difícil de perceber. Quando os sintomas se manifestam podem ser caracterizados por mudanças comportamentais como o uso de drogas lícitas ou

ilícitas, aumento, diminuição ou negligência da ingestão alimentar, assim como o abandono ou a falta de adesão ao pré-natal (Santos; Calheiros; Silva, 2021).

A conexão entre o trabalho e a saúde mental abrange uma variedade de fatores que ultrapassam o estresse. O estresse relacionado ao trabalho é uma reação negativa do corpo a fatores estressantes vinculados às atividades profissionais, impactando tanto a saúde física quanto a mental do colaborador. O estresse no trabalho ocorre quando as demandas profissionais, como prazos apertados, excesso de responsabilidades e conflitos, excedem os recursos disponíveis para lidar com elas. Os sinais de estresse ocupacional incluem irritabilidade, ansiedade, depressão e baixa autoestima, além de comportamentos prejudiciais, como o uso abusivo de substâncias e isolamento social (Abreu *et al.,* 2024).

2.2 Principais transtornos mentais observados em gestantes

O período gestacional é a fase de maior ocorrência de transtornos mentais na mulher, carecendo de atenção especial para preservar ou recobrar o bem-estar e evitar dificuldades futuras para o filho (Aliane *et al*., 2009).

A gravidez consiste em um período de muitas mudanças para a mulher, seja no aspecto psicológico, individual, anátomo-fisiológico e social. A gestação e o puerpério são amplamente reconhecidos como períodos de risco para o surgimento ou agravamento de problemas de saúde mental, a ansiedade e a depressão são fatores dominantes, sendo possível observar alguns transtornos de humor e quadros psicóticos em menor predomínio, que acarretam graves consequências para o feto (Santos; Calheiros; Silva, 2021).

Segundo Santos *et al.* (2021), as psicopatologias mais frequentemente associadas à gestação incluem ansiedade, estresse, depressão, transtornos de humor, quadros psicóticos e queixas somáticas, entre outras. Entre essas, a ansiedade e a depressão destacam-se como as mais comuns durante o período gestacional.

Os sintomas de ansiedade são muito comuns durante a gravidez e o puerpério, porém, quando em níveis excessivos, podem impactar negativamente o curso da gestação e levar a complicações obstétricas como, parto prematuro, sendo um fator de risco para o surgimento de depressão pós-parto. A ansiedade patológica durante a gravidez pode levar a consequências como baixo peso ao nascer, escores reduzidos

de APGAR, atrasos no desenvolvimento fetal e impactos duradouros no bem-estar físico e psicológico da gestante (Souza *et al.*, 2023).

2.3 Evidências científicas sobre o impacto das condições laborais nas gestantes.

A Norma Regulamentadora (NR) nº 15, instituída pela Portaria nº 3214/1978 do Ministério do Trabalho, define os agentes químicos, físicos e biológicos que podem comprometer a saúde dos trabalhadores, além de estabelecer limites de tolerância para esses fatores. Entre os principais agentes destacados estão: ruído contínuo ou intermitente, ruídos de impacto, exposição ao calor, radiações ionizantes, condições de trabalho em ambientes hiperbáricos, vibrações, frio, umidade, agentes químicos cuja insalubridade depende de limites de tolerância e inspeções no local de trabalho, além de poeiras minerais e agentes biológicos (Andrade; Costa, 2023)

De acordo com Andrade e Costa (2023), a exposição a ambientes insalubres pode representar riscos significativos à saúde das gestantes e lactantes, podendo impactar negativamente tanto a gravidez quanto o bem-estar do bebê. A flexibilização das normas trabalhistas relacionadas à insalubridade pode gerar pressões indevidas sobre os profissionais de saúde para emissão de atestados médicos, o que pode comprometer a avaliação criteriosa das condições laborais e de saúde das trabalhadoras.

Segundo a Secretaria da Saúde do Mato Grosso do Sul, as condições de trabalho inadequadas podem intensificar sintomas relacionados à gravidez, além de gerar riscos específicos para a gestação, como malformações fetais, partos prematuros, fetos pequenos para a idade gestacional e doenças hipertensivas gestacionais. Além dos aspectos físicos e químicos, é fundamental considerar os fatores emocionais na relação entre gravidez e ocupação profissional. Estudos indicam que a frequência de partos prematuros e restrição do crescimento fetal aumenta conforme diminui o controle da gestante sobre suas condições de trabalho e aumentam as demandas. Também há maior risco de abortos, malformações e mortalidade infantil no primeiro ano de vida em cenários de estresse ocupacional elevado. Esses dados ressaltam a necessidade de uma abordagem abrangente na proteção das gestantes em seus ambientes laborais (Brasil, 2023).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi descritiva com abordagem quantitativa. Segundo Rodrigues *et al.* (2021), a pesquisa quantitativa é um método de investigação que busca solucionar problemas de natureza humana ou social, por meio de avaliação de teorias. Essa teoria é confirmada por meio de coleta de dados numéricos, que são analisados estatisticamente para verificar se as premissas são verdadeiras ou não. Um dos elementos fundamentais da pesquisa quantitativa é quantificação, o interesse no pesquisador está voltado para medir e avaliar o impacto das vaiáveis e a aplicabilidade de recursos e técnicas. A coleta de dados e análise estatística são essenciais para essa abordagem e tem como objetivo mensurar opiniões e informações por meio de estatísticas.

Foram verificadas informações referentes a transtornos mentais relacionados ao trabalho em gestantes no estado de Minas Gerais, no período de 2019 a setembro de 2024. Este período justifica-se por abranger os dados mais recentes disponíveis sobre transtornos mentais relacionados ao trabalho em gestantes na plataforma pesquisada.

Verificar dados referentes a gestantes residentes é relevante, pois as condições laborais podem impactar diretamente a saúde mental das gestantes, refletindo na saúde do feto e no bem-estar familiar.

As informações foram obtidas exclusivamente por meio da base de dados do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/transmentalmg.def.

As variáveis investigadas foram número de notificações de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho em gestantes por mês e por ano e notificações de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho em gestantes por trimestre de gestação.

Os dados obtidos foram organizados e tratados em planilhas, com o uso do software Microsoft Excel para a condução das análises estatísticas. A análise foi conduzida utilizando técnicas de estatística descritiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados provenientes do Banco de dados do DATASUS e retirado do “Sistema de Informação de Agravos de Notificação” (SINAN Net) de Minas Gerais, entre 2019 há setembro de 2024, revela um panorama preocupante sobre os

afastamentos do trabalho por transtornos mentais, com especial atenção às gestantes. A Tabela 1 apresenta dados sobre notificações de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho registradas no SINAN-NET – Minas Gerais entre os anos de 2019 e 2024.

Tabela 1 - Investigação de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho- notificações registradas no SINAN-NET- Minas Gerais entre 2019 e 2024.

ANO DA NOTIFICAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2019	9	10	9	27	31	23	13	20	13	18	13	46	232
2020	11	14	19	7	16	6	14	9	14	11	16	8	**145**
2021	7	5	10	8	17	17	20	11	18	15	26	28	182
2022	9	43	23	42	19	31	42	71	33	34	36	47	**430**
2023	24	40	52	16	65	54	39	36	61	54	46	44	**531**
2024	42	35	41	48	46	69	53	44	11	0	0	0	389

Fonte: Dados da pesquisa.

No período analisado, um total de 1.909 notificações foram registradas em Minas Gerais para mulheres afastadas do trabalho devido a transtornos mentais. O ano com o maior número de registros foi 2023, com 531 casos, seguido de 2022, com 430 notificações. O menor número foi observado em 2020, com 145 registros. A distribuição mensal indica um aumento das notificações a partir de abril, atingindo os maiores números entre junho e setembro. Esse padrão sugere uma possível relação com fatores sazonais ou sobrecarga de trabalho em determinados períodos do ano (Silveiro; Ribeiro; Franco, 2024).

Estudos indicaram que as mulheres apresentam uma maior chance de afastamento do trabalho por razões relacionadas à saúde mental, tem mais chances de apresentar os três sintomas principais de transtornos mentais (perda de interesse, insônia e sintomas de depressão) e apresentam maior probabilidade de serem diagnosticadas com transtornos mentais (Otoni, 2023).

O crescimento dos afastamentos ao longo dos anos pode estar associado a diversos fatores, como maior conscientização e notificação dos casos, agravamento das condições de trabalho e impactos da pandemia da COVID-19 nos anos de 2020 e 2021. Além disso, o aumento nos anos de 2022 e 2023 pode indicar um acúmulo de demandas reprimidas durante o período pandêmico, refletindo-se no adoecimento mental das trabalhadoras (Mendes, 2021).

Segundo Souza *et al.* (2021) é possível observar que uma parte das gestantes desenvolve alguma fragilidade psicológica, que foi intensificado devido a pandemia da

COVID-19. Esses fatores favorecem o surgimento de transtornos mentais que podem afetar a gestação, as relações da mãe com o bebê e com seus familiares.

A Tabela 2 apresenta dados sobre notificações de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho em gestantes registradas no SINAN-NET – Minas Gerais entre os anos de 2019 e 2024.

Tabela 2 - Investigação de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho em gestantes- notificações registradas no SINAN-NET- Minas Gerais entre 2019 e 2024.

ANO DA NOTIFICACAO	GESTANTE	1 TRIMESTRE	2 TRIMESTRE	3 TRIMESTRE
2019	19	1	4	0
2020	**9**	0	3	1
2021	31	1	1	1
2022	**35**	3	7	4
2023	**35**	4	15	9
2024	20	6	10	1
TOTAL	**149**	15	**40**	16

Fonte: Dados da pesquisa.

No recorte específico de gestantes afastadas por transtornos mentais, foram registradas 149 notificações no período analisado. O maior número foi identificado em 2022 e 2023, com 35 casos. O menor número foi registrado em 2020, com apenas 9 casos. Dentre os casos registrados, a maioria não especificou a idade gestacional (149 casos), enquanto os demais se distribuíram entre os trimestres da gestação, com maior concentração no segundo trimestre (40 casos). Os dados mostram que, no período de 2019 a 2024, houve 1.909 afastamentos entre mulheres em geral e 149 afastamentos entre gestantes. Isso significa que as gestantes representaram aproximadamente 7,8% do total de afastamentos.

A predominância de casos no segundo trimestre da gestação (40 casos) é consistente com estudos que indicam uma maior vulnerabilidade a transtornos mentais nesse período. Por exemplo, uma pesquisa publicada na Acta Paulista de Enfermagem encontrou que 55,84% das gestantes com transtornos mentais estavam no segundo trimestre (Kassada *et al.*, 2015).

O aumento das notificações de gestantes afastadas por transtornos mentais, especialmente em 2023, pode ser atribuído a uma maior conscientização e aprimoramento nos sistemas de notificação, refletindo uma identificação mais precisa desses casos. Que de acordo com Kassada *et al.* (2015), estudos indicam que a

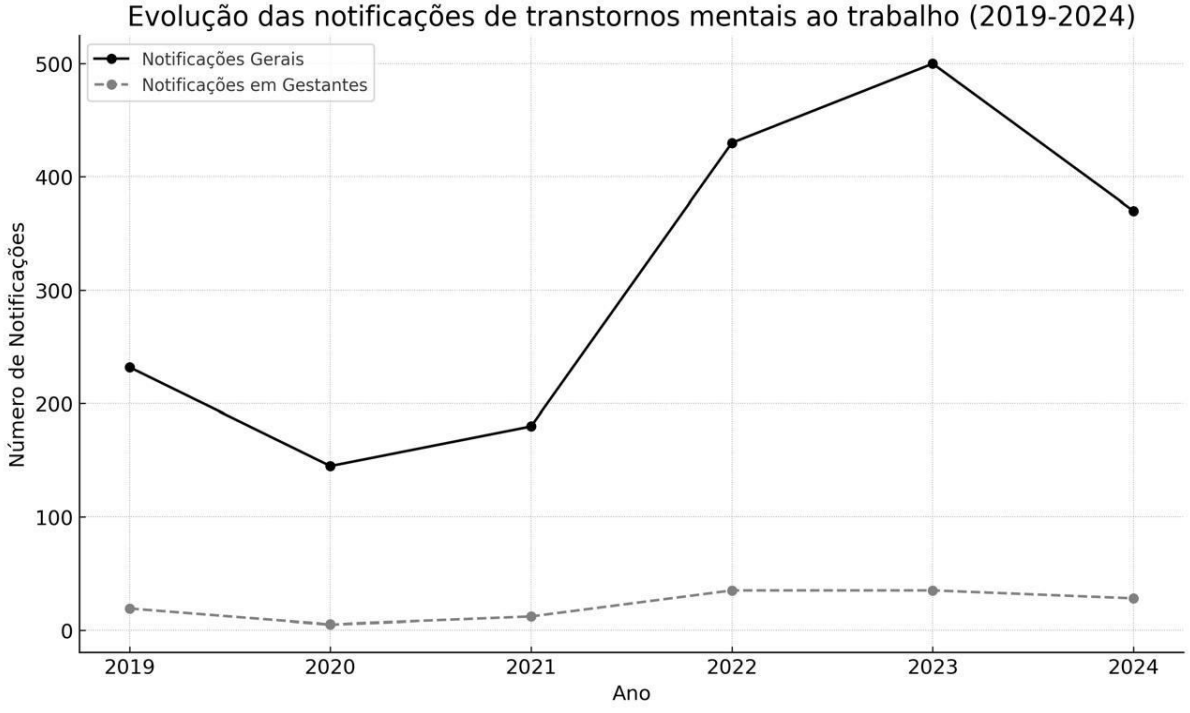
prevalência de transtornos mentais durante a gestação varia entre 7% e 20%, com a depressão sendo o mais comum.

Segundo Bragé *et al.* (2020), durante a gestação há alta incidência de transtornos mentais comuns, com variação de 12,94% a 26,6% em gestações de baixo risco, entre o segundo e o terceiro trimestre. A disparidade entre os dois grupos é notável, com um número muito menor de afastamentos registrados entre gestantes.

Souza (2023), relatou que apesar das diversas conquistas ao longo da história, as mulheres ainda enfrentam muitos desafios. A dupla, tripla ou até quádrupla jornada de trabalho, muitas vezes sem apoio nas tarefas domésticas, continua presente em muitas famílias, reflexo da ideia de que o homem é o provedor e a mulher deve se dedicar ao lar. Ainda assim elas seguem firmes na luta por igualdade de gênero, com o apoio do movimento feminista. A desigualdade no mercado de trabalho persiste, influenciada por um sistema patriarcal. A Lei nº 9.029/1995 combate à discriminação de gênero no trabalho, proibindo práticas como a exigência de exames ginecológicos, garantindo igualdade salarial, condições apropriadas de trabalho e proteção à gestante contra demissão sem justa causa (Brasil, 1995).

A Figura 1 apresenta a Evolução das notificações de Transtornos Mentais relacionados ao trabalho entre 2019 e 2024.

Figura 1 – Evolução das notificações de transtornos mentais ao trabalho (2019-2024).



Fonte: Dados da pesquisa.

O número de notificações gerais caiu de 232 em 2019 para 145 em 2020, refletindo o impacto inicial da pandemia de COVID-19. Esse período foi marcado por mudanças no trabalho, como o home office, além da possível subnotificação devido à dificuldade de acesso aos serviços de saúde (Yamamoto *et al.,* 2025). Entre gestantes, a queda também foi perceptível, passando de 19 para 9 notificações.

De acordo com Suardi (2021), diante da crise sanitária provocada pelo vírus SARS-CoV-2, que impactou tanto o Brasil quanto o restante do mundo, a carga horária profissional em diferentes ramos da economia foi comprometida, levando inúmeras organizações a adaptarem rapidamente seus métodos e rotinas de trabalho. Esse episódio representou um marco significativo na trajetória da humanidade e, nesse contexto, a pandemia da COVID-19 se destacou como impulsionador do crescimento do número de profissionais atuando em regime de trabalho remoto a partir de casa em escala mundial, inclusive no Brasil.

Para as gestantes, a mudança na dinâmica do trabalho resultou em obstáculos na adaptação ao novo cotidiano, imposto pelas ações preventivas contra a COVID-19. Sentimentos como isolamento, frustação, ansiedade, temor e aborrecimento foram mencionados como reações secundárias a esse contexto (Boeck *et al*., 2022).

A partir de 2021, observa-se um crescimento contínuo das notificações, especialmente na população geral. Esse aumento pode estar associado ao agravamento das condições de trabalho, ao retorno das atividades presenciais e a um maior reconhecimento da importância da saúde mental. Segundo Fonseca (2025), com a chegada da pandemia da COVID-19, indivíduos e instituições passaram a dedicar mais cuidado ao bem-estar dos funcionários. Isso porque o isolamento social e a alteração significativa no ambiente de trabalho foram alguns dos principais fatores responsáveis pelo crescimento dos casos de profissionais com transtornos relacionados à saúde mental.

Em 2022 e 2023, as notificações atingiram os maiores valores da série histórica. Na população geral, os números subiram para 430 em 2022 e chegaram ao pico de 531 em 2023. Entre gestantes, o crescimento também foi significativo, atingindo 35 notificações em 2022 e 2023.

Já no ano de 2023, observou-se um crescimento no número de ocorrências, aspectos como a carga excessiva de trabalho e a rejeição à vacinação por parte de uma parcela da sociedade também podem ter influenciado esse quadro. Os inúmeros obstáculos, como a ausência de adaptação, as constantes incertezas, o isolamento

social e o acúmulo de tarefas decorrentes do modelo de trabalho remoto adotado pelas organizações, impactaram diretamente os colaboradores submetidos a uma elevada exigência de produtividade e pouca autonomia, sendo um dos principais fatores para o aumento do estresse e do esgotamento psicológico (Fonseca, 2025).

No ano de 2024, os registros caíram para 389 na população geral e 20 entre gestantes. Essa redução pode indicar uma estabilização dos casos após os anos mais críticos da pandemia, melhorias nas políticas de saúde ocupacional, ou mesmo uma nova fase de subnotificação.

A literatura evidenciou que, durante a pandemia, mulheres grávidas enfrentaram obstáculos para obter atendimento pré-natal, além de outros desafios e fontes de estresse associados ao distanciamento social, como a limitação de contato com sua rede de apoio, a necessidade de lidar com o volume crescente de informações sobre casos e mortes por COVID-19, dificuldades econômicas, demandas do trabalho e do ensino remoto, bem como o aumento do risco de violência doméstica. Esses elementos contribuíram para um crescimento expressivo nos sintomas de depressão e ansiedade entre essas gestantes (Silva *et al*., 2021).

As gestantes apresentaram uma evolução similar, mas com números absolutos menores, representando entre 8% e 18% das notificações totais ao longo dos anos. A queda observada em 2024 pode ser um indicativo de recuperação ou uma mudança na forma como os casos estão sendo registrados e tratados.

Qualitativamente, a menor frequência de notificações entre gestantes não significa necessariamente que esse grupo esteja menos vulnerável. Pelo contrário, gestantes podem enfrentar barreiras para relatar problemas de saúde mental, seja por medo de estigmatização no ambiente de trabalho, seja pela dificuldade de acesso a serviços de saúde mental especializados durante a gestação (Silveira *et al.,* 2021).

A desigualdade ainda presente no ambiente de trabalho se reflete em discriminações, preconceitos e estereótipos que dificultam o desenvolvimento profissional das mulheres, especialmente em processos como admissão, promoção e qualificação. A intenção de ter filhos, por exemplo, pode ser mal vista, e a gestante muitas vezes teme informar sua condição à chefia por receio de prejuízos na carreira. Além disso, nem sempre há flexibilidade na jornada para a realização de consultas do pré-natal (Silva *et al.,* 2022).

Segundo o estudo de Felício *et al.* (2024), mulheres gestantes ou no período pós-parto relataram sentir-se vulneráveis e desassistidas durante a gestação e após

o nascimento do bebê. É importante considerar as dinâmicas de classe social, já que a pesquisa revelou uma participação menor de mulheres de baixa renda no preenchimento do questionário, o que também evidencia que esse sentimento de fragilidade e abandono afetou mulheres de diferentes classes sociais e etnias. Observa-se a necessidade de maiores investimentos e suporte nesse campo, especialmente no que diz respeito à saúde mental de gestantes e puérperas, considerando todas as transformações físicas e emocionais pelas quais passam, além dos fatores sociais, culturais e relacionados à saúde pública.

Apesar da grande diferença numérica entre gestantes e não gestantes no total de afastamentos por transtornos mentais, essa diferença deve ser analisada com cautela. O menor número de notificações entre gestantes pode estar relacionado a fatores como menor presença desse grupo na força de trabalho e afastamentos precoces por razões obstétricas, e a não notificação no sistema pesquisado (Silveira *et al.,* 2025).

Segundo Marques (2024) atualmente, os direitos das gestantes são variados e abrangentes. Entre os mais reconhecidos pela sociedade estão o direito ao afastamento em casos de gravidez de risco, a licença-maternidade e a realização de exames de acompanhamento pré-natal. Inicialmente, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) tratava da proteção ao trabalho feminino nos artigos 372 a 400, sendo que os dispositivos voltados especificamente à maternidade estão compreendidos entre os artigos 391 e 401 da legislação trabalhista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os transtornos mentais relacionados ao trabalho em gestantes no estado de Minas Gerais apresentam tendência de crescimento nos últimos anos, especialmente entre 2022 e 2023, possivelmente intensificados pelos efeitos da pandemia. Observou-se maior ocorrência de afastamentos no segundo trimestre gestacional, indicando um período de maior vulnerabilidade. Os resultados evidenciam a urgência de políticas públicas voltadas à saúde mental da gestante trabalhadora, com foco na prevenção, acompanhamento e acolhimento adequado. Promover ambientes laborais saudáveis e garantir direitos trabalhistas específicos são passos essenciais para a proteção integral desse grupo.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo Jacinto de et *al*. Trabalho e saúde mental: fatores associados ao estresse ocupacional entre professores universitários durante o ensino emergencial remoto. **Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, *[S. l.]*, v. 16, n. 1, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.36692/V16N1-157R. Acesso em: 15 de set. de 2024.

ALIANE, Poliana Patrício; RONZANI, Telmo Mota; SILVA, Cristiane Schumann; SILVA, Gabriel Resgala; MIRANDA, Daniele Batista; OLIVEIRA, Priscila Ferreira de; MENDES, Aline Fajardo; FURTADO, Erikson Felipe. Avaliação de saúde mental em gestantes. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 1, n. 2, p. 113-122, 2009. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v1n2/v1n2a04.pdf. Acesso em: 17 de nov. de 2024.

ANDRADE, Fernanda Soares de; COSTA, Cezar Henrique Ferreira. Impactos da reforma trabalhista para gestantes e lactantes. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação.** São Paulo, v.9. n.09. set. 2023. Disponível em: doi.org/10.51891/rease. v9i9.11226. Acesso em: 18 de nov. de 2024.

BOECK, Gabriele Avellar *et a*l. Saúde mental e COVID-19: sentimentos vivenciados por gestantes em tempos de pandemia. **Revista Concilium**, v. 22, n. 3, 2022. Disponível em: file:///C:/Users/shaya/Downloads/clm258-clm258-2.pdf. Acesso em: 23 de abr. de 2025.

BRAGÉ, Émilly Giacomelli *et al*. **Perfil de internações psiquiátricas femininas: uma análise crítica**. Jornal Brasileiro de Psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 69, n. 3, p. 164-171, jul./set. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/cxysQDvZYf9QqM6TckK5FHt/?format=html. Acesso em: 21 de abr. de 2025.

BRASIL. Lei n.º 9.029, de 13 de abril de 1995. **Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 17 abr. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9029.htm. Acesso em: 11 jun. 2025.

COELHO, Carla Cristina Augusto *et al*; **Cartilha de orientação à trabalhadora gestante e lactante da Fiocruz.** Brasília: Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz, 2021. Disponível em: file:///C:/Users/shaya/Downloads/cartilha_enfermagem_final_10082021.pdf. Acesso em: 17 de nov. de 2024.

Felício, M. L. T. D., Gripa, M. R., Crispim, M. R., Fernandes, J. M., & Preto, V. A. (2024). **O suporte à saúde mental de gestantes e puérperas nos serviços de saúde.** Interação Em Psicologia, 28(1). Disponível em: https://doi.org/10.5380/riep.v28i1.88139 . Acesso em: 30 de abr. de 2025.

FONSECA, Tayna Fernandes Martins. **Saúde mental no contexto organizacional durante a pandemia da COVID-19: observação dos fatores psicossociais e**

estratégias de intervenção. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Angicos, RN. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/b37a9c12-fdd5-4841-8a79-8702b9bf348f/content. Acesso em: 21 de abr. de 2025.

GARCIA, Andriely Mayara Almeida; SILVA Neto, Fernando Soares da; VIDAL, Giovanna Pontes. Análise das principais alterações estéticas provenientes da gravidez: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 9, Brasil, 2020. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6332/6133. Acesso em: 15 de set. de 2024.

GUIMARAES, Fernanda Jorge et al. Adoecimento mental em gestantes. **Revista eletrônica trimestral de enfermaria** n.53, 2019. Disponível em: https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v18n53/pt_1695-6141-eg-18-53-499.pdf. Acesso em: 09 de set. de 2024.

KASSADA, Danielle Satie *et al*. Prevalência de transtornos mentais e fatores associados em gestantes. **Acta Paulista de Enfermagem**, 28, p. 495-502, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-0194201500084. Acesso em: 18 de fev. de 2025.

MAMAN, Maria Julia Cavaler De; MICHELETTO, Letícia Callejon Cicilio; AGUIAR, Andrea Souto Silva de; GARCIA, Lêda Soares Brandão. Perfil clínico e psiquiátrico de gestantes atendidas em uma unidade de saúde de Criciúma, Santa Catarina**. Revista da AMRIGS,** Porto Alegre, v. 66, n. 1, p. 106-113, jan.-mar. 2022. Disponível em: 18_2616_Revista AMRIGS.indd (bvsalud.org). Acesso em: 15 de set. de 2024.

MARQUES, Adrielle de Almeida**. A tutela estatal de proteção ao trabalho da mulher gestante: uma análise da discriminação na relação de trabalho.** 2024. Artigo Científico (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Núcleo de Prática Jurídica, Goiânia, 2024. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/8510. Acesso em: 30 de abr. de 2025.

MATO GROSSO DO SUL - Secretaria da Saúde. **Recomendação Nº 01/ CEVIST/CEREST/DGVS/SES de 19 de maio de 2023**. Disponível em: https://www.vs.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2024/03/Recomendacao-n%C2%B001.pdf. Acesso em: 18 de nov. de 2024.

MENDES, Tâmaro Chagas et al. Impacto psicológico e fatores associados à pandemia da COVID-19 e ao distanciamento social em Minas Gerais, Brasil: estudo transversal. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 8, e48310817541, jul. 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/17541>. Acesso em: 11 jun. 2025.

OLIVEIRA, Maiara Prates; MALAGOLLI, Guilherme Augusto; CELLA, Daltro. Mercado de fertilizantes: dependência de importações do Brasil. **Revista Interface Tecnológica**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 489-498, 2019. Disponível em:

https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/606. Acesso em: 29 de set. de 2024.

OTONI, Paula Beatrice Ferreira da Silva**. Associação entre as condições de trabalho e o desenvolvimento de transtornos mentais.** 2023. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/39604. Acesso em: 21 de abr. de 2025.

RAMALHO, G. C.; ALVES, B. P.; TEMOTEO, R. C. A.; NASCIMENTO, M. B. G.; FERNANDES, P. K. R. S.; FREITAS, F. F. Q.; FERNANDES, M. C. Experiências e sentimentos vivenciados pelas mulheres na gestação. **Revista de Enfermagem Referência**, v. 6, n. 2, p. 1–7, 2023. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/referencia/article/view/31100. Acesso em: 19 de fev. 2025.

RODRIGUES, Tatiane Daby de Fatima Faria; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Josely Alves dos. As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. **Revista Prisma**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021. Disponível em: Vista do AS PESQUISAS QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS NA EDUCAÇÃO (emnuvens.com.br). Acesso em: 29 de set. de 2024.

SANTOS, Maria Eysianne Alves; CALHEIROS, Monique Silva; SILVA, Lucas Kayzan Barbosa da. Transtornos mentais na gestação: revisão integrativa. **Diversitas Journal**, Santana do Ipanema, v. 6, n. 2, p. 2382-2394, abr./jun. 2021. Disponível em: file:///C:/Users/shaya/Downloads/1355-Arquivo%2520contendo%2520o%2520artigo%2520sem%2520a%2520identifica%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520dos%2520autores-7663-8795-10-20210601.pdf. Acesso em: 17 de nov. de 2024.

SILVA, Ana Luiza Miranda da *et al*. Os impactos no pré-natal e na saúde mental de gestantes durante a pandemia de COVID-19: uma revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 34, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.25248/REAC.e8633.2021. Acesso em: 30 de abr. de 2025.

SILVA, Cristina Rodrigues da; ARAÚJO, Kalliny Alves; OLIVEIRA, Daniela Ponciano. A importância do pré-natal psicológico e da atuação do psicólogo no cuidado com a saúde mental materna. **Revista Amazônia Science & Health**, v. 11, Nª 2, p. 153-157, 2023. Disponível em: Vista do O cuidado com a saúde mental materna por meio do pré-natal psicológico (unirg.edu.br). Acesso em: 15 de set. de 2024.

SILVA, Jéssica Kelly Alves *et al.* Identificação de sinais precoces de alteração/transtornos mentais em puérperas para promoção do autocuidado. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, v. 16, p. 11705, jan.-dez. 2024. Disponível em: Vista do Identification of early signs of change/mental disorders in puerpera to promote self-care / Identificação de sinais precoces de alteração/ transtornos mentais em puérperas para promoção do autocuidado (unirio.br). Acesso em: 15 de set. de 2024.

SILVA, Lília Bittencourt; GONDIM, Sônia Maria Guedes; CARNEIRO, Laila Leite; SIMÕES, Ana Célia Araujo. Maternidade-trabalho: experiências emocionais ao longo da gravidez, licença-maternidade e retorno ao trabalho. **Revista Psicologia:**

Organizações & Trabalho, v. 22, n. 3, p. 1–13, 2022. ISSN 1984-6657. Disponível em: https://doi.org/10.5935/rpot/2022.3.23359. Acesso em: 22 de abr. de 2025.

SILVA, M. M. J., LIMA, G. S.; MONTEIRO, J. C. S.; CLAPIS, M. J. Depressão na gravidez: fatores de risco associados à sua ocorrência. SMAD, **Rev Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** 16(1):1-12. 2020. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.1806-6976.smad.2020.153332. Acesso em: 15 de set. de 2024.

SILVEIRA, E. G. *et al.* Prevalência de transtornos mentais e fatores associados em gestantes. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 29, p. –, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/RKzDhCBjvfzX6DN45hpTFHF/. Acesso em: 11 jun. 2025.

SILVÉRIO, Ana Carolina de Paula; FRANCO, Cláudio Teodoro Peixoto; RIBEIRO, Marcos Guilherme Lemos. Perfil epidemiológico do transtorno mental relacionado ao trabalho no estado de Minas Gerais de 2013 a 2022. **Revista Eletrônica Acervo Saúde, Uberaba,** v. 24, n. 1, p. [pp.], 2024. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/14994>. Acesso em: 10/06/2024.

SOUSA, Ana Luísa Vieira de; et al; Transtornos mentais e o período gestacional. **e-Acadêmica**, v. 4, n. 2, e3042491, 2023. Disponível em: https://www.eacademica.org/eacademica/article/view/491. Acesso em: 17 de nov. 2024.

SOUSA, Samara Cristina Lima; DIAS, Alice Pereira; CUNHA, Kayron Rodrigo Ferreira; BEZERRA, Kelven Rubson Soares; LIMA, Amanda de Oliveira; NASCIMENTO, Silvânia Maria Cunha do; SANTOS, Maycon Guimarães; MACEDO, Jucelene Soares de; ALVES, Francisco Robson de Oliveira; SANTOS, Kyvia Naysis de Araujo; SOUSA, Amanda Fernanda Damasceno Saraiva de; BARBOSA, Nanielle Silva. **A pandemia da Covid-19 e o adoecimento mental da gestante.** *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 10, n. 15, e329101522656, 2021. Disponível em: http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i15.226561. Acesso em: 18 de abr. de 2025.

SOUZA, Thayná Santos. **A gestante no mercado de trabalho: uma abordagem da desigualdade no ambiente de trabalho.** 2023. Monografia (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2023. Disponível em: https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/7048/1/TC.%20THAYN%C3%81%20SANTOS%20SOUZA..pdf. Acesso em: 22 de abr. de 2025.

STEEN, Mary; FRANCISCO, Adriana Amorim. Bem-estar e saúde mental materna. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 32, n. 4, p. III-IVI, 2019. Disponível em: SciELO - Brasil - Bem-estar e saúde mental materna bem-estar-estar e saúde mental materna. Acesso em: 15 de set. de 2024.

SUARDI, Juliana Arderius. **O impacto do home office na vida de mulheres mães durante a pandemia da COVID-19.** 2021. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021. Disponível em:

https://repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/10201/Juliana+Arderius+Suardi_.pdf?sequence=1. Acesso em: 22 de abr. de 2025.

YAMAMOTO, Thaís Sayuri; BONAN, Cláudia; FONSECA, Vânia de Matos; RODRIGUES, Andreza Pereira; REIS, Ana Paula dos. Cuidar-se é ser cuidada: gestantes na pandemia de COVID-19. **Saúde & Debate**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 145, e9621, abr./jun. 2025. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/sdeb/2025.v49n145/e9621/. Acesso em: 11 jun. 2025.